



Índice

I.	Introdução	5
II.	Organização do Município	5
1.	Assembleia Municipal Órgão Deliberativo	5
2.	Câmara Municipal Órgão Executivo.....	6
3.	Participações do Município	9
4.	Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais	10
III.	Recursos Humanos	11
3.1.	Balço Social	11
3.1.1.	Introdução	11
3.1.2.	Recursos Humanos da Câmara Municipal de Esposende	12
3.1.3.	Encargos com o pessoal	24
3.1.4.	Higiene e Segurança e Saúde no Trabalho	29
3.1.5.	Formação	32
3.1.6.	Relações Profissionais e Disciplina	33
3.1.7.	Eleitos Locais, GAP'S e Dirigentes	34
3.1.8.	Perfil dos Recursos Humanos do Município de Esposende	35
IV.	Política de Gestão	36
V.	Sistema de Gestão	37
5.1.	Ações decorrentes de Revisões Anteriores.....	37
5.2.	Alterações de contexto relevantes para o Sistema	38
5.3.	Desempenho e Eficácia do Sistema.....	39
5.3.1.	Objetivos, Desempenho dos processos e Conformidade do serviço	41
5.3.2.	Não conformidades e oportunidades de melhoria	42
5.3.3.	Satisfação do cliente e retorno de informação das partes interessadas relevantes.....	43
5.3.4.	Desempenho de Fornecedores	44
5.4.	Riscos e Oportunidades.....	45
5.5.	Avaliação da Conformidade Legal	46
5.6.	Desempenho Ambiental.....	46
5.7.	Recursos	47
5.8.	Comunicação com as partes interessadas	47
5.9.	Conclusões	48



VI. Modernização Administrativa	51
VII. Análise Financeira e Económica	53
7.1. Grandes Opções do Plano	53
7.2. Execução Global do Orçamento	56
7.2.1. Comparação entre o orçamento inicial, final e executado	56
7.2.2. Equilíbrio Orçamental.....	59
7.3. Orçamento da Receita	60
7.3.1. Evolução da Receita Global	60
7.3.2. Estrutura das Receitas Estruturais.....	61
7.3.3. Estrutura das Receitas Extraordinárias.....	66
7.4. Orçamento da Despesa	68
7.4.1. Evolução da Despesa Global.....	68
7.4.2. Evolução das Despesas Estruturais Despesas de Investimento.....	68
7.4.3. Estrutura das Despesas Estruturais Atividades.....	70
7.4.4. Estrutura das Despesas de Investimento Atividades.....	74
VIII. Situação Económico-Financeira - Demonstrações Financeiras	77
8.1. Balanço	78
8.2. - Demonstração dos Resultados	80
8.3. – Demonstração dos Fluxos de Caixa	82
8.4. – Demonstração das Alterações no Património Líquido	83
8.5. Indicadores económicos financeiros	84
8.6. - Anexo às demonstrações financeiras.....	85
Nota 1. Identificação da Entidade, período de relato e referencial contabilístico	85
1.1. Identificação da entidade, período de relato.....	85
1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras	85
Nota 2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	86
2.1. Bases de mensuração	86
2.1.1. Pressuposto da continuidade	87
2.1.2. Pressuposto do acréscimo (ou da periodização económica)	87
2.1.3. Consistência da apresentação	87
2.1.4. Materialidade e agregação.....	87
2.1.5. Compensação	88
2.1.6. Informação comparativa	88
2.1.7. Classificação de Balanço	88



2.1.8. Principais estimativas e julgamentos	88
2.1.9. Acontecimentos subsequentes	89
2.1.10. Alterações de políticas, estimativas e erros	89
Nota 3. Ativos intangíveis	89
3.1. Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas.....	90
3.2. Ativos intangíveis - quantia escriturada e variações do período	90
3.2.A. Ativos intangíveis – adições	90
Nota 4. Acordos de concessão de serviços: concedente.....	90
Nota 5. Ativos fixos tangíveis.....	90
5.1. Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas ...	91
5.2. Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período	91
5.2A. Ativos fixos tangíveis – adições	92
5.2B. Ativos fixos tangíveis – diminuições.....	92
Nota 7. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	92
Nota 8 - Propriedades de investimento	93
8.1. Propriedades de investimento – Modelo do justo valor	93
8.2. Propriedades de investimento – Modelo do justo valor – quantia escriturada e variações do período	93
Nota 9. Imparidade de Ativos.....	94
Nota 10. Inventários	94
10.1. Inventários.....	94
10.2. Inventários: Movimentos do período.....	94
Nota 13. Rendimento de transações com contraprestação.....	95
Nota 14. Rendimento de transações sem contraprestação	96
Nota 15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	97
Nota 17. acontecimentos após a data de relato	97
Nota 18. Instrumentos Financeiros	98
18.1. Os investimentos financeiros encontram-se no quadro seguinte:	98
IX. Perspetivas de Futuro.....	100
X. Nota Final.....	101
XI. Certificação Legal das Contas	104
7. Anexos	108



I. Introdução

A Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) e o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) trazem um novo paradigma às finanças públicas, centrado, fundamentalmente, na sua contabilidade, relato, controlo e transparência das contas públicas.

Envolvendo os vários eixos dos subsistemas da contabilidade pública (orçamental, financeira e de gestão), este novo paradigma impõe o desenvolvimento de mecanismos que permitam, para além do cumprimento legal, também, a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível europeu e internacional.

No que concerne à prestação de contas, o foco deve incidir no reporte de informação orçamental, económico-financeira e não financeira, que reflita, de forma dinâmica e transparente, tanto as mudanças que ocorrem nas entidades públicas, como as necessidades sentidas pelos utilizadores dessa informação.

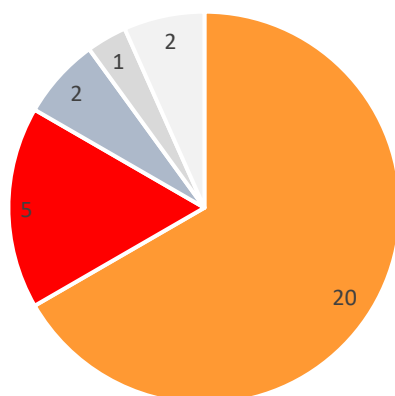
Assim, no âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro do Município de Esposende para o ano de 2021 passa, sobretudo, por proporcionar informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras determinada pelas suas necessidades, ainda para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões, pois este novo sistema orçamental e financeiro é mais eficiente e mais convergente com os sistemas contabilísticos a nível internacional.

II. Organização do Município

1. Assembleia Municipal | Órgão Deliberativo

De acordo com o estipulado na Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal de Esposende, órgão deliberativo do Município é constituída por 30 membros, dos quais 21 são eleitos diretamente e os restantes 9 são Presidentes de Junta de Freguesia, que a integram.





■ PSD
 ■ PS
 ■ CDS/PP
 ■ CHEGA
 ■ Independentes

Mesa da Assembleia:

- **Presidente:** Carlos Manuel Pires Martins da Silva
- **1. Secretário:** Otílio da Silva Hipólito
- **2. Secretário:** Jaquelina Casado Afonso Areias

De 1 de Janeiro a 31 de dezembro de 2021, a Assembleia Municipal de Esposende realizou seis sessões ordinárias, em 26 de fevereiro, 29 de abril, 30 de junho, 17 de setembro, 09 de outubro e 21 de dezembro.

2. Câmara Municipal | Órgão Executivo

De acordo com o estipulado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para além do Presidente, a Câmara Municipal de Esposende é composta por 6 vereadores.

Situação	Nome	Áreas Funcionais
Presidente	António Benjamim da Costa Pereira	- Comunicação e Marketing Territorial;



		<ul style="list-style-type: none"> - Planeamento e Gestão de Instrumentos de Gestão Territorial; - Gestão de Fundos e Instrumentos de Financiamento; - Administração e Recursos Humanos; - Gestão de Projetos e Obras Municipais; - Setor Empresarial Local; - Juntas de Freguesia. - Gestão Urbanística; - Gestão e Manutenção de Equipamentos e Infraestruturas; - Florestas; - Proteção Civil. - Proteção Animal e Veterinária; - Saúde Pública; - Ambiente e Energia; - Qualidade e Auditoria; - Coesão e Desenvolvimento Social; - Educação; - Cultura. - Desenvolvimento Económico e Empreendedorismo; - Agricultura e Pescas; - Comércio e Indústria; - Turismo; - Mercados, Feiras e Venda Ambulante; - Metrologia; - Trânsito e Mobilidade.
Vereador	Artur Guilherme Lima de Sousa Emílio	
Vice-presidente	Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger	
Vereador	António Sérgio Moreira Mano	
Vereador	Mário Rui Pereira Ferreira Neiva Losa	<ul style="list-style-type: none"> - Desporto;



- Juventude;
- Modernização Administrativa;
- Sistemas e Infraestruturas de Informação;
- Gestão de Transportes (Viaturas do Município);
- Gestão e Organização de Eventos.

Vereador Luís António Sequeira Peixoto

Vereador Maria Alexandra Campos Esteves
Faria de Vilar

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021



3. Participações do Município

Designação	Sede	Participação		Capital próprio/Fundo Patrimonial	Resultado Líquido	
		Valor	%		Valor	Ano
Comunidade Intermunicipal do Cávado	Rua do Carmo, 29, 4700 -3 09 Braga		8,65%	2 417 030,55	63 908,50	2020
Agência de Energia do Cávado	Rua do Carmo, 29, 4700 -3 09 Braga		14,30%	34 542,01	5 982,00	2020
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Marnoco e Sousa, 52, 3004 - 511 Coimbra		0,32%	2 873 716,19	373 688,05	2021
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Praça do Comércio, Ala Oriental, 1149-015 Lisboa	633 096,00	0,15%	424 650 004,18	5 378 171,80	2019
Esposende 2000 E.M	Av. Eng. Arantes e Oliveira, 4740-204 Esposende	100 000,00	100,00%	451 609,98	-64 637,77	2021
EAMB – Esposende Ambiente, E.M.	Rua da Ribeira, 4740-245 Esposende	20 250 000,00	100,00%	22 369 531,93	14 728,78	2021
Águas do Norte	Av. Osnabruck, 29, 5000-427 Vila Real	1 013 020,00	0,91%	273 448 103,24	4 199 667,92	2021
CELANUS - Empresa Turismo	Hotel Ofir, 4740 - 405 Fão	2 500,00	1,00%	920 851,17	165,04	2020
Resulima - Valorização Tratamento Resíduos Sólidos	Aterro Sanitário do Vale do Lima e Baixo Cávado, 4936-908 Vila Nova de Anha	120 000,00	4,80%	23 301 140,00	61 251,00	2021
Zendensino, CIPRL	Rua Amorim Campos, 4740-335 Fão	2 550,00	49,90%	755 745,77	413,39	2021
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Castelo Santiago da Barra, 4900-360 Viana do Castelo			12 170 331,33	676 880,04	2020
Polis Litoral Norte	Edifício de Apoio à Doca de Recreio, 4900-405 Viana do Castelo	3 110 000,00	15,00%	6 275 250,72	0,00	2019
CIAB	Rua D. Afonso Henriques, 1, 4700-030 Braga			215 476,55	16 816,18	2020



III. Recursos Humanos

3.1. Balanço Social

3.1.1. Introdução

O Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, regulamenta a elaboração do balanço social na Administração Pública, adaptando os comandos da Lei do Balanço Social às especificidades do regime jurídico do pessoal e da estrutura dos serviços e organismos.

Assim, os serviços e organismos da administração pública, qualquer que seja a respetiva relação jurídica de emprego, devem elaborar, anualmente, o seu balanço social com referência a 31 de dezembro do ano anterior.

O Balanço social é um instrumento de planeamento e gestão na área dos recursos humanos, que disponibiliza informação essencial à gestão das organizações, na medida em que caracteriza a evolução daqueles recursos e permite avaliar o seu desempenho social e o desenvolvimento do seu capital humano, focalizando os seus pontos fortes, detetando os fracos e corrigindo estratégias adotadas, nunca esquecendo a unidade de missão e visão.

Este documento, com referência a 31 de dezembro de 2021, visa sintetizar, de uma forma clara, a evolução verificada no Município de Esposende ao longo deste ano, em comparação com o ano de 2020, evidenciando um conjunto de indicadores nas áreas dos recursos humanos e financeiros de forma a demonstrar aqueles que mais interessam quando estamos a proceder à análise de uma Câmara Municipal.

A informação para a elaboração do presente Balanço Social foi obtida, na sua maior parte, pelas aplicações do Sistema Assistido de Gestão de Aplicações – Gestão de Pessoal e SNC-AP.

A estrutura dos quadros do presente Balanço obedece à que foi disponibilizada e enviada à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), através do Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL).

De seguida resumem-se os principais resultados e indicadores no âmbito dos Recursos Humanos em 2021.

Em 31 de dezembro, o número de efetivos, contabilizados segundo as regras definidas pela DGAL, era de 221 trabalhadores.



3.1.2. Recursos Humanos da Câmara Municipal de Esposende

Efetivos segundo a relação jurídica de emprego

Em 31 de dezembro de 2021 encontravam-se em exercício de funções no Município de Esposende 221 trabalhadores, mais 8 que no ano anterior, dos quais 205 detinham relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, 8 estavam nomeados em comissão de serviço (dirigentes e membros dos gabinetes de apoio pessoal) e 8 encontravam-se em outra situação (cedência de interesse público).

A relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado predomina com uma taxa de quase 92.8%, ficando a comissão de serviço e as outras situações com apenas 3.6% do total de efetivos cada uma.

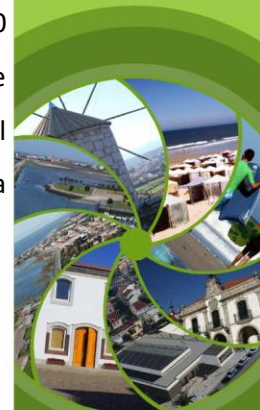
Quadro 1 - [BS100] Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género

		Dirigente - Superior	Dirigente - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Comissão de Serviço	H:	0	2	0	0	0	0	0	0	1	3
	M:	0	2	0	0	0	0	0	0	3	5
	T:	0	4	0	0	0	0	0	0	4	8
CTFP por tempo indeterminado	H:	0	0	26	23	42	0	5	0	6	102
	M:	0	0	39	45	19	0	0	0	0	103
	T:	0	0	65	68	61	0	5	0	6	205
CTFP a termo resolutivo certo	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CTFP a termo resolutivo incerto	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outra	H:	0	0	4	0	2	0	0	0	0	6
	M:	0	0	1	0	1	0	0	0	0	2
	T:	0	0	5	0	3	0	0	0	0	8
Total	H:	0	2	30	23	44	0	5	0	7	111
	M:	0	2	40	45	20	0	0	0	3	110
	T:	0	4	70	68	64	0	5	0	10	221

Efetivos segundo o cargo/carreira e modalidade de vinculação

De acordo com a estrutura orgânica do Município em vigor em 31 de dezembro de 2021 estavam previstos 17 cargos dirigentes, sendo 2 de direção intermédia de 1º grau, 13 de direção intermédia de 2º grau e 2 de 3º grau, encontrando-se providos apenas 4 cargos dirigentes intermédios de 2º grau, 3 em regime de comissão de serviço e 1 em regime de substituição.

A carreira que integra o maior número de trabalhadores é a de técnico superior, com 70 trabalhadores, seguido da carreira de assistente técnico com 68 efetivos e a carreira de assistente operacional tem 64 trabalhadores. A carreira menos representada é a de informática, com um total de 5 trabalhadores. Em outros, onde se inclui o pessoal dos gabinetes de apoio pessoal, a carreira de fiscal e carreiras não revistas, são contabilizados 10.





Alguns índices/taxas

	2020	2021
Índice Enquadramento ¹	1.9%	1.8%
Índice Tecnicidade (restrito) ²	34.3%	31.7%
Tecnicidade Informática ³	2.4%	2.3%

Prestadores de Serviço

Em 31 de dezembro de 2021 eram 26 os prestadores de serviço, em regime de avença.

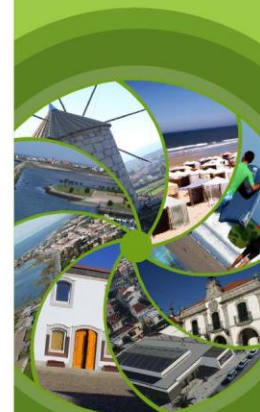
Quadro 1.1 - [BS110] Contagem dos prestadores de serviços (pessoas singulares) segundo a modalidade de prestação de serviços e gênero

		Total
Tarefa	H:	0
	M:	0
	T:	0
Avença	H:	11
	M:	15
	T:	26
Total	H:	11
	M:	15
	T:	26

¹ (Número de Dirigentes/Total de Recursos humanos) x 100

² (Número de técnicos superiores/Total de recursos humanos) x 100

³ (Número de efetivos carreiras informática/Total de recursos humanos) x 100



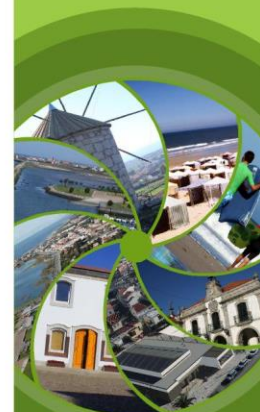
Estrutura Etária

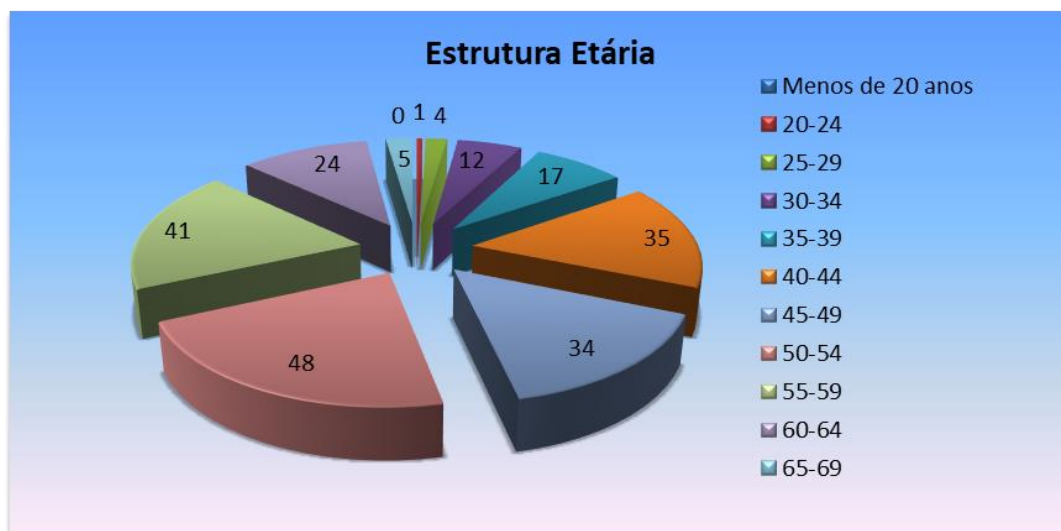
A faixa etária dos 50-54 anos passa a ser, em 2021, a que concentra o maior número de efetivos, com um total de 48, logo seguida da faixa dos 55-59, com 41. As faixas etárias de 40-44 e 45-49 surgem a seguir com 35 e 34 efetivos, respetivamente.

A grande maioria dos trabalhadores detém idade entre os 40 e os 59 anos, representando cerca de 71.5% dos trabalhadores ao serviço em 31 de dezembro de 2021. Se considerarmos todos os trabalhadores com 40 ou mais anos, temos uma taxa de 84.6%, valor aproximado ao verificado no ano de 2020.

Quadro 2 - [BS200] Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo o escalão etário e género

		Dirigente - Superior	Dirigente - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Policia Municipal	Outros	Total
Menos de 20 Anos	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
20-24	H:	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
25-29	H:	0	0	1	0	1	0	0	0	0	2
	M:	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2
	T:	0	0	2	1	1	0	0	0	0	4
30-34	H:	0	0	2	0	1	0	0	0	0	3
	M:	0	0	5	3	1	0	0	0	0	9
	T:	0	0	7	3	2	0	0	0	0	12
35-39	H:	0	0	1	2	1	0	1	0	0	5
	M:	0	0	3	4	5	0	0	0	0	12
	T:	0	0	4	6	6	0	1	0	0	17
40-44	H:	0	0	4	4	3	0	0	0	1	12
	M:	0	2	10	8	2	0	0	0	1	23
	T:	0	2	14	12	5	0	0	0	2	35
45-49	H:	0	0	6	4	2	0	1	0	2	15
	M:	0	0	10	7	1	0	0	0	1	19
	T:	0	0	16	11	3	0	1	0	3	34
50-54	H:	0	1	7	8	9	0	1	0	0	26
	M:	0	0	8	9	5	0	0	0	0	22
	T:	0	1	15	17	14	0	1	0	0	48
55-59	H:	0	1	5	1	15	0	2	0	2	26
	M:	0	0	3	8	4	0	0	0	0	15
	T:	0	1	8	9	19	0	2	0	2	41
60-64	H:	0	0	3	1	11	0	0	0	2	17
	M:	0	0	0	5	1	0	0	0	1	7
	T:	0	0	3	6	12	0	0	0	3	24
65-69	H:	0	0	1	3	0	0	0	0	0	4
	M:	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	T:	0	0	1	3	1	0	0	0	0	5
70 ou mais anos	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	H:	0	2	30	23	44	0	5	0	7	111
	M:	0	2	40	45	20	0	0	0	3	110
	T:	0	4	70	68	64	0	5	0	10	221





A taxa de envelhecimento⁴, que tem como referência o somatório dos efetivos de idade igual ou superior a 55 anos sobre o total de efetivos, é de 31.7%.

A idade média⁵ dos trabalhadores situa-se nos 49,7 anos.

O leque etário⁶, que tem em conta a diferença de idades entre o trabalhador mais novo e o mais velho, é de 3.26, correspondendo a 20 e 66 anos, respetivamente.

Efetivos Segundo o Sexo

A taxa de feminização⁷ é de 49.8% e a taxa de emprego masculino de 50.2%, correspondendo aos valores absolutos de 110 e 111 efetivos, respetivamente, sendo a primeira vez em mais de 15 anos que o número de homens supera o das mulheres.



⁴ (Número de recursos humanos com idade > = 55 anos/Total de recursos humanos) x 100

⁵ Soma das idades/Total de recursos humanos

⁶ Trabalhador mais idoso/Trabalhador mais novo

⁷ (N.º trabalhadores sexo feminino/Total de recursos humanos) x 100



Estrutura de Antiguidades

Com referência a 31 de dezembro de 2021, 53 trabalhadores detêm até 5 anos de antiguidade, sendo o intervalo que conta com mais trabalhadores.

A grande maioria dos trabalhadores conta com menos de 25 anos de antiguidade, 151, representando mais de 68% do total de trabalhadores. Com 25 anos ou mais de antiguidade são contabilizados 70 trabalhadores, que corresponde a cerca de 31.7% do total.

A média de antiguidade na função pública⁸ situa-se em pouco mais de 18 anos e meio.

Quadro 3 - [BS300] Contagem dos trabalhadores por cargo / carreira segundo o nível de antiguidade e género

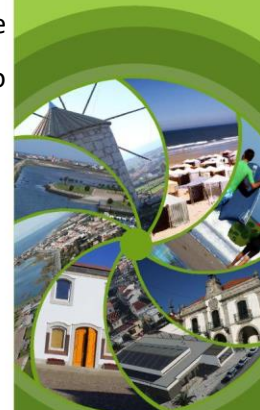
		Dirigente - Superior	Dirigente - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Até 5 Anos	H:	0	0	7	4	12	0	0	0	0	23
	M:	0	0	14	8	8	0	0	0	0	30
	T:	0	0	21	12	20	0	0	0	0	53
5-9	H:	0	0	2	0	1	0	0	0	1	4
	M:	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2
	T:	0	0	2	1	2	0	0	0	1	6
10-14	H:	0	0	5	2	3	0	1	0	1	12
	M:	0	0	5	5	5	0	0	0	0	15
	T:	0	0	10	7	8	0	1	0	1	27
15-19	H:	0	1	3	1	2	0	1	0	0	8
	M:	0	2	10	8	1	0	0	0	2	23
	T:	0	3	13	9	3	0	1	0	2	31
20-24	H:	0	0	4	5	3	0	1	0	1	14
	M:	0	0	7	8	5	0	0	0	0	20
	T:	0	0	11	13	8	0	1	0	1	34
25-29	H:	0	1	5	2	6	0	1	0	2	17
	M:	0	0	3	0	0	0	0	0	0	3
	T:	0	1	8	2	6	0	1	0	2	20
30-34	H:	0	0	2	5	13	0	1	0	2	23
	M:	0	0	1	13	0	0	0	0	0	14
	T:	0	0	3	18	13	0	1	0	2	37
35-39	H:	0	0	2	2	1	0	0	0	0	5
	M:	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
	T:	0	0	2	4	1	0	0	0	0	7
40 ou mais anos	H:	0	0	0	2	3	0	0	0	0	5
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
	T:	0	0	0	2	3	0	0	0	1	6
Total	H:	0	2	30	23	44	0	5	0	7	111
	M:	0	2	40	45	20	0	0	0	3	110
	T:	0	4	70	68	64	0	5	0	10	221

Estrutura Habitacional

A percentagem de trabalhadores com habilitação superior (bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento) é de mais de 44%.

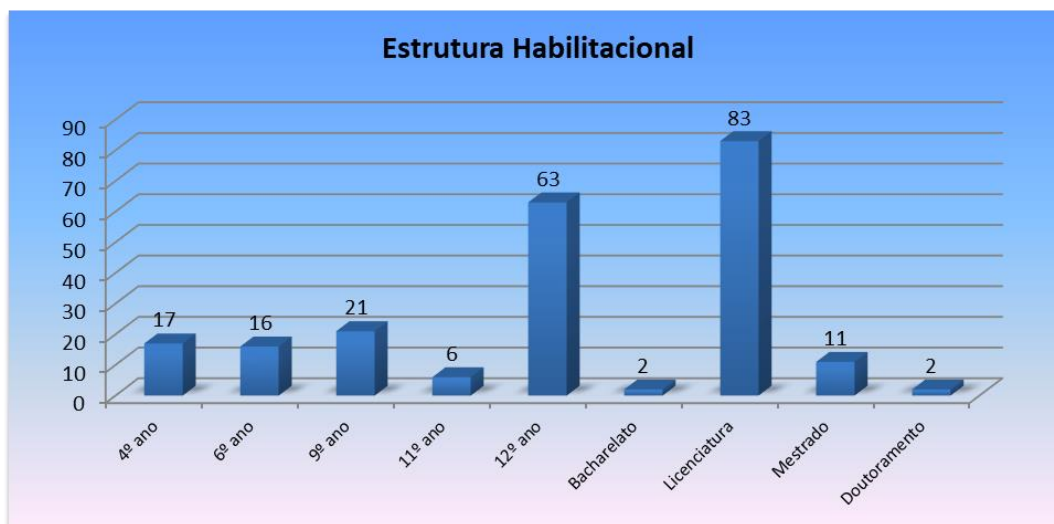
Apesar de ter diminuído ligeiramente o seu peso no total de efetivos em cerca de 4%, relativamente a 2020, a licenciatura mantém-se como o grau mais representado, com mais de 37.5%. O 12º ano é a segunda habilitação com mais representatividade, com 28.5%.

⁸ Soma das antiguidades na função pública/Total de efetivos



Quadro 4 - [BS400] Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo o nível de escolaridade e género

		Dirigente - Superior	Dirigente - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Menos de 4 anos de escolaridade	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4 anos de escolaridade	H:	0	0	0	0	16	0	0	0	0	16
	M:	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	T:	0	0	0	0	17	0	0	0	0	17
6 anos de escolaridade	H:	0	0	0	1	12	0	0	0	2	15
	M:	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	T:	0	0	0	1	13	0	0	0	2	16
9º ano ou equivalente	H:	0	0	0	2	10	0	0	0	1	13
	M:	0	0	0	2	5	0	0	0	1	8
	T:	0	0	0	4	15	0	0	0	2	21
11º ano	H:	0	0	0	3	1	0	0	0	0	4
	M:	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
	T:	0	0	0	5	1	0	0	0	0	6
12º ano ou equivalente	H:	0	0	0	12	5	0	1	0	3	21
	M:	0	0	0	29	12	0	0	0	1	42
	T:	0	0	0	41	17	0	1	0	4	63
Bacharelato	H:	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	M:	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	T:	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
Licenciatura	H:	0	2	24	4	0	0	3	0	1	34
	M:	0	2	34	11	1	0	0	0	1	49
	T:	0	4	58	15	1	0	3	0	2	83
Mestrado	H:	0	0	5	0	0	0	1	0	0	6
	M:	0	0	5	0	0	0	0	0	0	5
	T:	0	0	10	0	0	0	1	0	0	11
Doutoramento	H:	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	M:	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	T:	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Total	H:	0	2	30	23	44	0	5	0	7	111
	M:	0	2	40	45	20	0	0	0	3	110
	T:	0	4	70	68	64	0	5	0	10	221



Trabalhadores Estrangeiros

Em 31 de dezembro de 2021, não havia registo de trabalhadores estrangeiros.

Quadro 5 - [BS500] Contagem dos trabalhadores estrangeiros por cargo / carreira segundo a nacionalidade e género

		Dirigente - Superior	Dirigente - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
União Europeia	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CPLP	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



Trabalhadores Portadores de Deficiência

Em 31 de dezembro de 2021, encontravam-se em exercício de funções 5 trabalhadores portadores de deficiência, 3 na carreira técnica superior, 1 na carreira de assistente técnico e 1 em outros.

Quadro 6 - [BS600] Contagem dos trabalhadores portadores de deficiência por cargo / carreira segundo o escalão etário e gênero

	Dirigente - Superior	Dirigente - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Menos de 20 Anos	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
20-24	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
25-29	H:	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	1	0	0	0	0	0	1
30-34	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
35-39	H:	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	1	0	0	0	0	1
40-44	H:	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	1	0	0	0	0	0	1
45-49	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
50-54	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
55-59	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
60-64	H:	0	0	0	0	0	0	0	1	1
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0	1	1
65-69	H:	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	1	0	0	0	0	0	1
70 ou mais anos	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	H:	0	0	3	1	0	0	0	1	5
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	3	1	0	0	0	1	5

Trabalhadores Admitidos e Regressados

Durante o ano de 2021 foram admitidos, ou regressaram, 21 trabalhadores. Foram admitidos 13 trabalhadores na sequência de procedimento concursal, 1 por acordo de cedência de interesse público, 1 por acordo de mobilidade entre órgãos, 1 regresso por cessação do acordo de mobilidade entre órgãos, 2 regressos de licença sem remuneração e 3 regressos de outras situações, nomeadamente após ausência superior a 6 meses, por doença ou outro motivo.



Quadro 7 - [BS700] Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano por cargo/carreira segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação e género

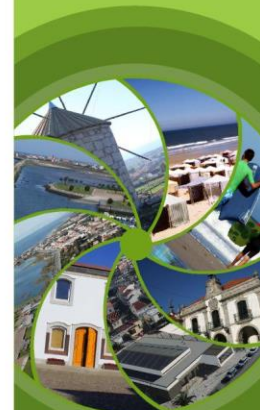
		Dirigente - Superior	Dirigente - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Procedimento concursal	H:	0	0	0	1	5	0	0	0	0	6
	M:	0	0	1	2	4	0	0	0	0	7
	T:	0	0	1	3	9	0	0	0	0	13
Cedência de interesse público	H:	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Mobilidade interna a órgãos ou serviços	H:	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	M:	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	T:	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Regresso de licença	H:	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Comissão de serviço	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CEAGP/CEAGPA	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras situações	H:	0	0	2	0	1	0	0	0	0	3
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	2	0	1	0	0	0	0	3
Total	H:	0	0	3	1	9	0	0	0	0	13
	M:	0	0	2	2	4	0	0	0	0	8
	T:	0	0	5	3	13	0	0	0	0	21

Saídas de Trabalhadores

Neste período houve um total de 13 saídas, 3 por caducidade de contrato a termo, 1 por iniciativa do trabalhador na sequência de procedimento concursal para outro órgão, 1 saída por aposentação e 8 por outros motivos, nomeadamente 2 por ausência superior a 6 meses, 3 por início de licença sem remuneração, 1 por cedência de interesse público e 2 por mobilidade entre órgãos.

Quadro 8 - [BS800] Contagem das saídas de trabalhadores por cargo/carreira segundo o motivo de saída por género

		Dirigente - Superior	Dirigente - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Caducidade	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	3	0	0	0	0	0	0	3
	T:	0	0	3	0	0	0	0	0	0	3
Revogação (mútuo acordo)	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resolução ou Exoneração (iniciativa do empregador)	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resolução, Denúncia ou Exoneração (iniciativa do trabalhador)	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	T:	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Sanção disciplinar	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Conclusão sem sucesso do período experimental	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fim da situação de mobilidade interna	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fim da situação de cedência de interesse público	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Morte	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reforma/aposentação	H:	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Limite de idade	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cessação da comissão de serviço	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	H:	0	0	1	0	3	0	0	0	0	4
	M:	0	0	4	0	0	0	0	0	0	4
	T:	0	0	5	0	3	0	0	0	0	8
Total	H:	0	0	1	0	4	0	0	0	0	5
	M:	0	0	7	0	1	0	0	0	0	8
	T:	0	0	8	0	5	0	0	0	0	13



Postos de Trabalho Previstos e não Ocupados

No ano de 2021, dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal e não ocupados, num total de 31, 29 não foram ocupados por não terem sido promovidos os procedimentos concursais e 2 cujo procedimento concursal se encontrava em curso no final do ano.

Quadro 10 - [BS1000] Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano por cargo / carreira segundo a dificuldade de recrutamento

	Dirigente - Superior	Dirigente - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Não abertura de procedimento concursal	0	0	16	10	3	0	0	0	0	29
Impugnação do procedimento concursal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Falta de aprovação do órgão executivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Procedimento concursal improcedente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Procedimento concursal em desenvolvimento	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Total	0	0	18	10	3	0	0	0	0	31

Mudança de Situação

Relativamente a mudanças de situação nas respetivas carreiras, no ano de 2021 houve 1 promoção em carreira não revista, 1 consolidação de mobilidade entre órgãos, na categoria, e 44 alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório.

Quadro 11 - [BS1100] Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores por cargo/carreira segundo o motivo e género

	Dirigente - Superior	Dirigente - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Promoções (carreiras não revistas e carreiras subsistentes)	H:	0	0	0	0	0	1	0	0	1
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Procedimento concursal	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Consolidação da mobilidade na categoria (3)	H:	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório (1)	H:	0	0	6	5	5	2	0	2	20
	M:	0	0	11	12	1	0	0	0	24
	T:	0	0	17	17	6	2	0	2	44
Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária (regra) (2)	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária (exceção) (2)	H:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	H:	0	0	6	5	5	3	0	2	21
	M:	0	0	11	13	1	0	0	0	25
	T:	0	0	17	18	6	3	0	2	46

Trabalho Noturno

Não existem trabalhadores em regime de trabalho noturno.

Quadro 14.1 - [BS1410] Contagem das horas de trabalho noturno, normal e extraordinário, segundo o género

		Total
Normal	H:	0
	M:	0
	T:	0
Extraordinário	H:	0
	M:	0
	T:	0
Total	H:	0
	M:	0
	T:	0

Trabalho extraordinário diurno e noturno e trabalho extraordinário em dias de descanso semanal e feriados, segundo o género

Durante o ano de 2021 foram realizadas 4950 horas de trabalho extraordinário, mais 2611 horas do que no ano anterior, representando um aumento de quase 112%. As mesmas razões que levaram a uma redução em 2020 relativamente a 2019, a pandemia do COVID-19, implicam agora um aumento significativo, devido, em grande parte, ao processo de vacinação no concelho de Esposende que mobilizou um número significativo de trabalhadores do Município, cujos horários de funcionamento contribuíram em muito para este aumento de trabalho suplementar. Comparando com 2019, o aumento foi de mais de 27%.

Quadro 14.2 - [BS1420] Contagem das horas de trabalho extraordinário, diurno e noturno, segundo o género

		Total
Extraordinário Diurno	H:	2 890
	M:	2 060
	T:	4 950
Extraordinário Nocturno	H:	0
	M:	0
	T:	0
Total	H:	2 890
	M:	2 060
	T:	4 950

Da mesma forma, houve um aumento significativo relativamente ao trabalho efetuado em dias de descanso semanal e feriados, tendo sido realizadas um total de 5962 horas, mais 3827 do que em 2020, mas, ao contrário do ocorrido no trabalho em dias úteis, foram realizadas menos 1543,5 horas em dias de descanso relativamente a 2019.



Quadro 14.3 - [BS1430] Contagem das horas de trabalho extraordinário em dias de descanso semanal e feriados segundo o gênero

		Total
Descanso semanal obrigatório	H:	1 307
	M:	860
	T:	2 167
Descanso semanal complementar	H:	2 514
	M:	931
	T:	3 445
Feriados	H:	247
	M:	103
	T:	350
Total	H:	4 068
	M:	1 894
	T:	5 962

Em resumo, durante o ano de 2021 foram realizadas um total de 10912 horas de trabalho suplementar, um aumento de cerca de 144% relativamente ao ano de 2020, mas menos, cerca de 3.8%, relativamente a 2019.

O quadro seguinte representa o peso de cada tipo de trabalho suplementar no total de trabalho realizado durante o ano, nos últimos 3 anos.

Trabalho Efetuado	2019		2020		2021	
	Total Geral	%	Total Geral	%	Total Geral	%
Extraordinário Diurno	3 837	33.8%	2 339	52.3%	4950	45.4%
Dias Descanso Complementar	3 828	33.8%	1 449	32.4%	3445	31.6%
Dias Descanso Semanal	3 180	28.0%	596	13.3%	2167	19.8%
Dias Feriado	497	4.4%	90	2.0%	350	3.2%
TOTAL	11 342	100%	4 474	100%	10912	100%

Evolução do número de horas de trabalho extraordinário ao longo dos últimos anos:

	2017	2018	2019	2020	2021
Total de Horas Trabalho Extraordinário	10 445	10 733	11 342	4 474	10912

Ausências

Durante o ano de 2021 foram contabilizados um total de 5415 dias de ausência, menos 632 do que no ano anterior. Do total de ausências, 3498 dias foram motivadas por doença do trabalhador, menos 150 dias do que em 2020, e representam 64.6% do total de ausência em 2021.

As ausências no âmbito da parentalidade, num total de 736 dias, representam em 2021 mais de 13.6% do total de ausências, tendo sido registada uma diminuição relativamente a 2020, de 299 dias.



As ausências por conta do período de férias totalizaram 22,5 dias, menos 89,5 do que em 2020. Este tipo de ausência tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos, conforme se pode verificar no quadro abaixo.

	2017	2018	2019	2020	2021
Ausências por conta do período de férias	196	238,5	205	112	22,5

A carreira que regista o índice de absentismo mais elevado em 2021 é a de assistente operacional, com 2753 dias, sendo o motivo de doença a justificação mais apresentada, representando 75.7% do total das ausências nesta carreira.

As ausências por acidente em serviço, que inclui as ausências por acidentes ocorridos no ano bem como as ausências por acidentes ocorridos em anos anteriores, totalizam 290 dias, correspondendo 168 dias a 2 homens da carreira técnica superior e 122 dias a 5 homens da carreira de assistente operacional.

A taxa de absentismo⁹ no ano de 2021 é de 10.65%, menos quase 2 pontos percentuais relativamente a 2020.

O índice médio de ausências ao trabalho no ano de 2021, por trabalhador, foi de 24,5 dias, menos 3,5 dias do que no ano anterior.

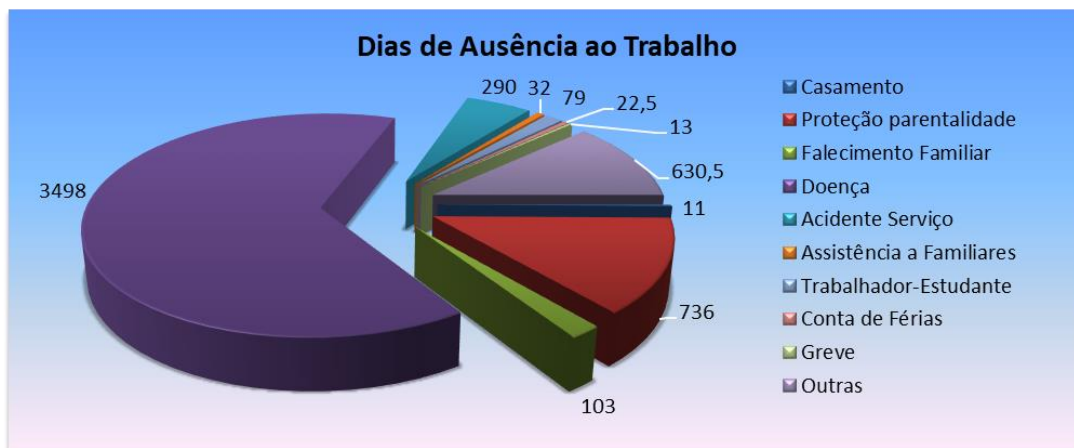
Em função do género, verifica-se que o valor médio de ausências no sexo masculino e feminino é de aproximadamente 28 e 21 dias, respetivamente.

⁹ Número de dias de faltas/(Número anual dias trabalháveis x Número total de recursos humanos)x100



Quadro 15 - [BS1500] Contagem dos dias de ausência ao trabalho durante o ano por cargo / carreira segundo o motivo da ausência e género

		Dirigente - Superior	Dirigente - Intermediário	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Casamento	H:	0,00	0,00	11,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,00
	M:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	T:	0,00	0,00	11,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,00
Proteção na parentalidade	H:	0,00	0,00	66,00	52,00	67,00	0,00	0,00	0,00	0,00	185,00
	M:	0,00	0,00	359,00	153,00	39,00	0,00	0,00	0,00	0,00	551,00
	T:	0,00	0,00	425,00	205,00	106,00	0,00	0,00	0,00	0,00	736,00
Falecimento de familiar	H:	0,00	0,00	13,00	8,00	23,50	0,00	4,00	0,00	0,00	48,50
	M:	0,00	0,00	11,50	23,00	19,00	0,00	0,00	0,00	1,00	54,50
	T:	0,00	0,00	24,50	31,00	42,50	0,00	4,00	0,00	1,00	103,00
Doença	H:	0,00	0,00	464,00	36,00	1 510,00	0,00	3,00	0,00	84,00	2 097,00
	M:	0,00	4,00	507,00	307,00	573,00	0,00	0,00	0,00	10,00	1 401,00
	T:	0,00	4,00	971,00	343,00	2 083,00	0,00	3,00	0,00	94,00	3 498,00
Por acidente em serviço ou doença profissional	H:	0,00	0,00	168,00	0,00	122,00	0,00	0,00	0,00	0,00	290,00
	M:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	T:	0,00	0,00	168,00	0,00	122,00	0,00	0,00	0,00	0,00	290,00
Assistência a familiares	H:	0,00	0,00	14,00	0,00	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29,00
	M:	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00
	T:	0,00	0,00	17,00	0,00	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32,00
Trabalhador-estudante	H:	0,00	0,00	0,00	48,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48,00
	M:	0,00	0,00	0,00	31,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31,00
	T:	0,00	0,00	0,00	79,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79,00
Por conta do período de férias	H:	0,00	0,00	4,00	4,00	0,50	0,00	0,00	0,00	1,00	9,50
	M:	0,00	0,00	1,50	6,50	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,00
	T:	0,00	0,00	5,50	10,50	5,50	0,00	0,00	0,00	1,00	22,50
Com perda de vencimento	H:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	M:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	T:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cumprimento de pena disciplinar	H:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	M:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	T:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Greve	H:	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	2,00
	M:	0,00	0,00	2,00	1,00	8,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,00
	T:	0,00	0,00	3,00	1,00	8,00	0,00	0,00	0,00	1,00	13,00
Injustificadas	H:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	M:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	T:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	H:	0,00	1,00	21,50	13,00	368,50	0,00	0,00	0,00	0,50	404,50
	M:	0,00	0,50	199,00	13,00	2,50	0,00	0,00	0,00	11,00	226,00
	T:	0,00	1,50	220,50	26,00	371,00	0,00	0,00	0,00	11,50	630,50
Total	H:	0,00	1,00	762,50	161,00	2 106,50	0,00	7,00	0,00	86,50	3 124,50
	M:	0,00	4,50	1 083,00	534,50	646,50	0,00	0,00	0,00	22,00	2 290,50
	T:	0,00	5,50	1 845,50	695,50	2 753,00	0,00	7,00	0,00	108,50	5 415,00



3.1.3. Encargos com o pessoal

Total dos encargos com pessoal

Do total dos encargos com o pessoal, 76% corresponde à remuneração base, a qual inclui os subsídios de férias e natal.

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021



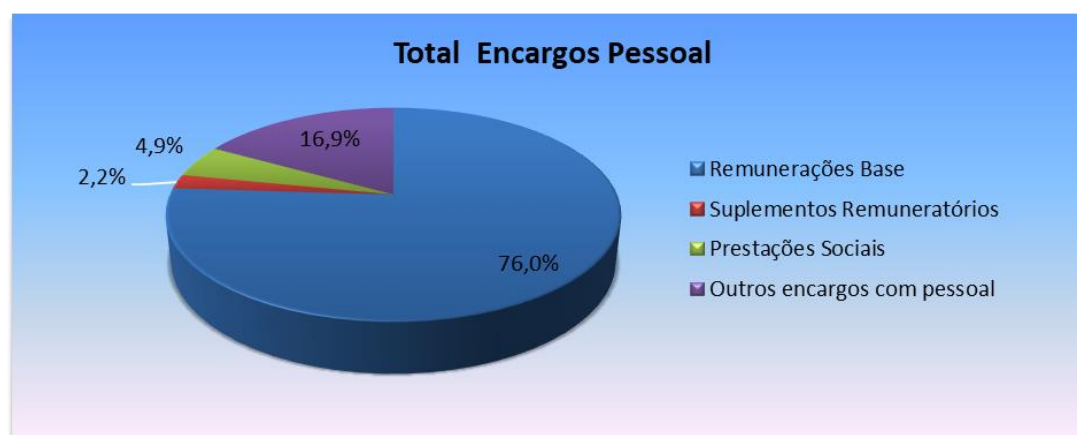
Nos suplementos remuneratórios incluem-se as despesas com trabalho suplementar, abono para falhas, ajudas de custo e despesas de representação.

As prestações sociais dizem respeito a abono de família, subsídios no âmbito da parentalidade e subsídio de refeição pago aos trabalhadores.

Em outros encargos com pessoal são contabilizadas as contribuições para o regime de segurança social e caixa geral de aposentações, bem como os encargos com prémios de seguros.

Quadro 18 - [BS1800] Total dos encargos com pessoal durante o ano

	Valor (Euros)
Remunerações Base	3 808 296,91
Suplementos Remuneratórios (2)	108 559,10
Prémios de Desempenho	0,00
Prestações Sociais (1)	246 964,21
Outros encargos com pessoal	848 478,99
Total	5 012 299,21



Em 2021 houve mais uma atualização da base remuneratória para a função pública, passando a remuneração mais baixa a ser de 665€, tendo sido aplicados alguns ajustes às remunerações superiores, nos termos do Decreto-Lei n.º 10/2021, de 01/02.

Em 31 de dezembro de 2021, dos trabalhadores que integram o balanço social, auferiam a remuneração mínima mensal na administração pública, 36 trabalhadores, representando mais de 16.3% do total de trabalhadores, sendo que 18 são mulheres e 18 homens.

Com remuneração abaixo de 1 000€ existem 114 trabalhadores, cerca de 51.6%.

A auferir entre os 1 000€ e os 2 000€ estão 80 trabalhadores e acima de 2 000€ temos um total de 27 trabalhadores.

Em resumo, com remuneração abaixo de 1 000€ temos 114 trabalhadores, cerca de 51.6% e com remuneração acima de 1 000€ temos um total de 107 trabalhadores que representam cerca de



48.4% do universo de trabalhadores que integram o balanço social.

O leque salarial ilíquido¹⁰ é de 4.66.

Escalão de remunerações/género	M	F	Total
665 – 1 000€	65	49	114
1 001 – 1 500€	24	34	58
1 501 – 2 000€	5	17	22
2 001 – 2 500€	9	6	15
>2 501€	8	4	12
	111	110	221

Suplementos Remuneratórios

Os suplementos remuneratórios têm um peso, no total de encargos com pessoal, de pouco mais de 2%, verificando-se, em 2021, um substancial aumento relativamente ao ano anterior de cerca de 87% no valor total dos suplementos, em grande parte devido ao aumento da despesa em matéria de trabalho suplementar, a qual teve um significativo aumento, representando, no ano de 2021, cerca de 83% do total dos suplementos, quase 14 pontos acima do valor verificado no ano de 2020.

Do total da despesa com trabalho extraordinário, 41 865,66 € corresponde a trabalho realizado em dias úteis e 48 226,43 € diz respeito a trabalho realizado em dias de descanso semanal, obrigatório e complementar e em dias feriados, totalizando 90 092,09 €, o que representa um aumento de mais de 125.5% relativamente ao ano de 2020.

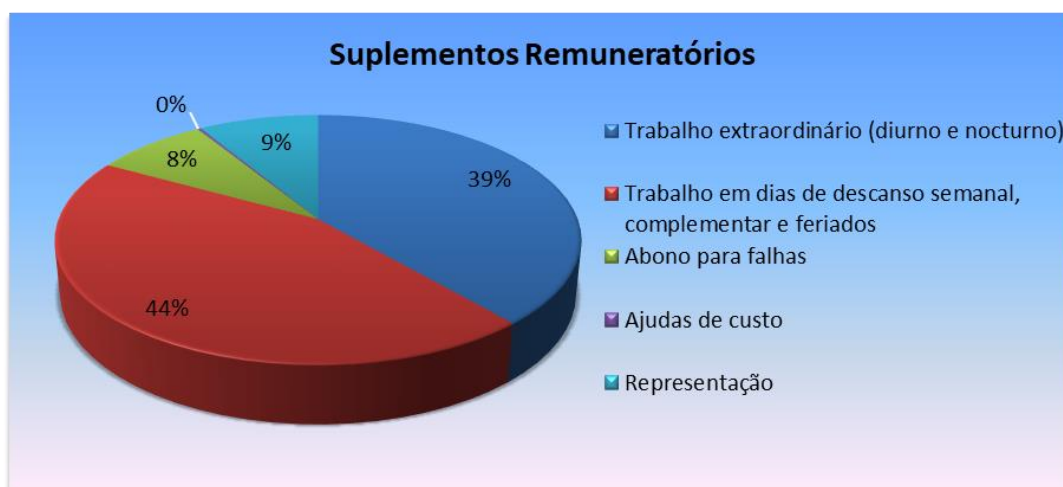
Quanto aos restantes suplementos, as despesas de representação, pagas a titulares de cargos dirigentes, representa cerca de 8.6%, o abono para falhas cerca de 8.1% e as ajudas de custo cerca de 0.3%.

¹⁰ Vencimento salarial ilíquido mais alto/vencimento salarial ilíquido mais baixo.



Quadro 18.1 - [BS1810] Suplementos remuneratórios

	Valor (Euros)
Trabalho extraordinário (diurno e nocturno)	41 865,66
Trabalho normal nocturno	0,00
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (não incluído em trabalho extraordinário)	48 226,43
Disponibilidade permanente	0,00
Outros regimes especiais de prestação de trabalho	0,00
Risco, penosidade e insalubridade	0,00
Fixação na periferia	0,00
Trabalho por turnos	0,00
Abono para falhas	8 806,49
Participação em reuniões	0,00
Ajudas de custo	282,28
Representação	9 378,24
Secretariado	0,00
Outros suplementos remuneratórios	0,00
Total	108 559,10



Prestações Sociais

As prestações sociais, com um valor total de 246 964,21€, representam cerca de 5% do total dos encargos com pessoal. Destas, 93.5% correspondem ao subsídio de refeição. Os outros encargos com prestações sociais são o abono de família e os subsídios no âmbito da protecção da parentalidade.



Quadro 18.2 - [BS1820] Prestações sociais

	Valor (Euros)
Abono de Família	5 000,51
Subsídios no âmbito da protecção da parentalidade	2 738,66
Subsídio de educação especial	0,00
Subsídio mensal vitalício	0,00
Subsídio de refeição	239 225,04
Subsídio de funeral	0,00
Subsídio por morte	0,00
Benefícios Sociais	0,00
Outras prestações sociais	0,00
Total	246 964,21



Quadro 18.2.1 - [BS18210] Benefícios de apoio social

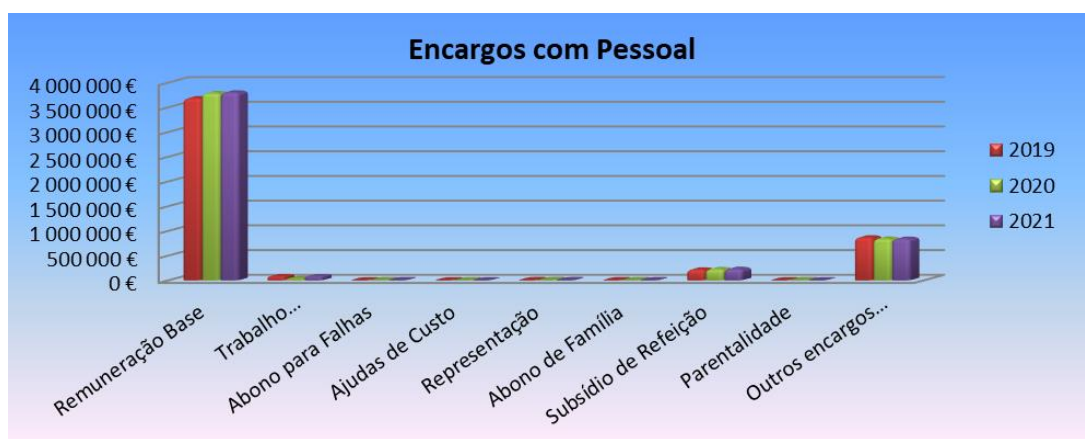
	Valor (Euros)
Grupos desportivos / casa de pessoal	0,00
Refeitórios	0,00
Subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar	0,00
Colónias de férias	0,00
Subsídio de estudos	0,00
Apoio socioeconómico	0,00
Outros benefícios sociais	0,00
Total	0,00

No ano de 2021 não foram concedidos benefícios de apoio social.

O quadro e o gráfico seguintes apresentam a evolução dos encargos com pessoal, incluindo prestações sociais, nos últimos 3 anos, em valores inteiros.



Encargos com Pessoal	2019	2020	2021
Remuneração Base	3 691 783 €	3 792 653 €	3 808 296,91 €
Trabalho Extraordinário (total)	88 147 €	39 929 €	90 092,09 €
Abono por Falhas	2 548 €	7 495 €	8 806,49 €
Ajudas de Custo	2 260 €	1 139 €	282,28 €
Representação	9 350 €	9 378 €	9 378,24 €
Abono de Família	5 772 €	7 929 €	5 000,51 €
Abono Complementar	0 €	0 €	0 €
Subsídio de Refeição	227 830 €	234 660 €	239 225,04 €
Parentalidade	1 303 €	8 399 €	2 738,66 €
Outros encargos com pessoal	876 798 €	849 512 €	848 478,99 €



3.1.4. Higiene e Segurança e Saúde no Trabalho

Acidentes

No ano de 2021 ocorreram 9 acidentes no local de trabalho, 6 dos quais deram origem a ausência ao trabalho por acidente, tendo resultado um total de 100 dias perdidos com baixa.

Os dias perdidos com baixa, resultado de acidentes ocorridos em anos anteriores a 2021, foi de 2593 dias.



Quadro 19.1 - [BS1900] Contagem dos acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa por género (No local de trabalho)

		Total	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortais
Número total de acidentes	H:	9	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0
	T:	9	0	0	0	0
Número de acidentes com baixa	H:	0	0	5	1	0
	M:	0	0	0	0	0
	T:	0	0	5	1	0
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	H:	0	0	63	37	0
	M:	0	0	0	0	0
	T:	0	0	63	37	0
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	H:	0	0	844	1 509	0
	M:	0	0	96	144	0
	T:	0	0	940	1 653	0

Relativamente ao número de acidentes “In itinere”, ocorridos no percurso para e do trabalho, em 2021 ocorreu 1 acidente do qual não resultaram dias de trabalho perdidos.

Os dias perdidos com baixa, resultado de acidentes deste tipo ocorridos em anos anteriores a 2021, foi de 405 dias.

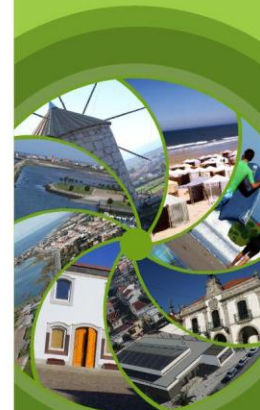
Quadro 19.2 - [BS1920] Contagem dos acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa por género (In itinere)

		Total	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortais
Número total de acidentes	H:	0	0	0	0	0
	M:	1	0	0	0	0
	T:	1	0	0	0	0
Número de acidentes com baixa	H:	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	H:	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	H:	0	0	28	136	0
	M:	0	0	19	222	0
	T:	0	0	47	358	0

Do total de acidentes ocorridos em 2021, resultaram 7 casos de incapacidade temporária e absoluta (ITA's).

Quadro 20 - [BS2000] Contagem dos casos de incapacidade declarados durante o ano relativamente aos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho

	Total
Casos de incapacidade permanente absoluta	0
Casos de incapacidade permanente parcial	0
Casos de incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual	0
Casos de incapacidade temporária e absoluta	7
Casos de incapacidade temporária e parcial	0
Total	7



Doenças Profissionais

Em 2021 não existe registo de nenhuma doença profissional.

Quadro 21 - [BS2100] Contagem das situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos

	Ações realizadas durante o ano	Trabalhadores abrangidos pelas ações realizadas
Ações realizadas durante o ano		
Trabalhadores abrangidos pelas ações realizadas		

Medicina no Trabalho

A atividade no âmbito da medicina no trabalho é assegurada por serviços externos, nos termos do quadro infra.

Quadro 22 - [BS2200] Contagem das atividades de medicina no trabalho e respetivos encargos

	Número	Total (Euros)
Total dos exames médicos efetuados (a)	291	0,00
Exames de admissão (b)	17	0,00
Exames periódicos (c)	185	0,00
Exames ocasionais e complementares (d)	89	0,00
Exames de cessação de funções (e)	0	0,00
Despesas com medicina no trabalho	0	14 712,00
Visitas aos postos de trabalho	1	0,00

Intervenção das Comissões de Segurança e Saúde no Trabalho

Não se encontra constituída comissão de segurança e saúde no trabalho.

Quadro 23 - [BS2300] Contagem das intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho por tipo

	Total
Reuniões da Comissão	0
Visitas aos Locais de Trabalho	0
Outras	0
Total	0

Ações de Reintegração Profissional em Resultado de Acidentes de Trabalho ou Doença Incapacitante

Durante o ano de 2021, houve necessidade de adaptar 3 postos de trabalho, em resultado de acidentes de trabalho ou doença incapacitante.

Quadro 24 - [BS2400] Contagem dos trabalhadores sujeitos a ações de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença

	Total
Alteração das funções exercidas	0
Formação Profissional	0
Adaptação do posto de trabalho	3
Alteração do regime de horário de trabalho	0
Mobilidade Interna	0
Total	3

Ações de Formação e Sensibilização em Matéria de Segurança e Saúde no Trabalho

Em 2021 foram realizadas 12 ações de sensibilização nesta matéria, tendo sido abrangidos 58 trabalhadores.

Quadro 25 - [BS2500] Contagem das ações de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho

	Total
Ações realizadas durante o ano	12
Trabalhadores abrangidos pelas ações realizadas	58

Custos com a Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais

Quadro 26 - [BS2600] Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais

	Valor (Euros)
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho (a)	89 344,47
Equipamentos de proteção (b)	13 656,70
Formação em prevenção de riscos (c)	1 357,14
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais (d)	5 116,31

a) Encargos na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho e encargos na organização/modificação dos espaços de trabalho;

b) Encargos na aquisição de bens ou equipamentos;

c) Encargos na formação, informação e consulta;

d) Inclui os custos com a identificação, avaliação e controlo dos fatores de risco.

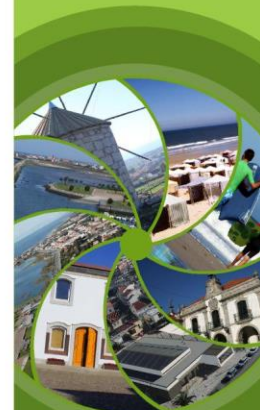
3.1.5. Formação

Ações de Formação

Em 2021 foram frequentadas 67 ações, sendo 64 externas e 3 internas.

Quadro 27 - [BS2700] Contagem das ações de formação profissional por tipo segundo a duração da ação

	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	De 60 a 119 horas	120 horas ou mais
Internas	3	0	0	0
Externas	52	3	6	3
Total	55	3	6	3



Participantes em Ações de Formação

Quadro 28 - [BS2800] Contagem dos participantes em ações de formação profissional por cargo / carreira segundo o tipo de ação

	Dirigente - Superior	Dirigente - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Internas	0	1	7	4	7	0	1	0	1	21
Externas	0	4	76	19	16	0	16	0	0	131
Total	0	5	83	23	23	0	17	0	1	152

O total de participações em ações de formação em 2021 foi de 152, com uma média de 22,5 horas de formação por trabalhador.

À semelhança de 2020, devido às restrições impostas por causa da pandemia gerada pela COVID 19, durante o ano de 2021 a formação foi desenvolvida, essencialmente, através de meios alternativos, com formação à distância, tendo sido mesmo o caso da grande maioria das formações frequentadas, ultrapassando os 70%.

Horas Despendidas em Ações de Formação

O total de horas frequentadas de formação chegou às 4994 horas, sendo a carreira de técnico superior a que mais formação frequenta, seja em participações seja em número de horas.

Quadro 29 - [BS2900] Contagem das horas dispendidas em ações de formação profissional por cargo / carreira segundo o tipo de ação

	Dirigente - Superior	Dirigente - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Internas	0	2	20	8	7	0	2	0	1	40
Externas	0	84	2 832	1 135	246	0	657	0	0	4 954
Total	0	86	2 852	1 143	253	0	659	0	1	4 994

Custos de Formação

Os custos totais com a formação ascendeu a 3 819,90€.

Quadro 30 - [BS3000] Despesas anuais com formação profissional

	Valor (Euros)
Ações internas	0,00
Ações externas	3 819,90
Total	3 819,90

3.1.6. Relações Profissionais e Disciplina

Com referência a 31 de dezembro de 2021, encontravam-se 43 trabalhadores do Município de Esposende inscritos em associações sindicais (a maioria no STAL, mais de 90%).

Não existe comissão de trabalhadores.

Não foi instaurado qualquer processo disciplinar.



Quadro 31 - [BS3500] Relações Profissionais

	Total
Número de trabalhadores sindicalizados	43
Número de elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	0
Total de votantes para comissões de trabalhadores	0

Quadro 32 - [BS3200] Disciplina

	Total
Processos transitados do ano anterior	0
Processos instaurados durante o ano	0
Processos transitados para o ano seguinte	0
Processos decididos - arquivados	0
Processos decididos - repreensão escrita	0
Processos decididos - multa	0
Processos decididos - suspensão	0
Processos decididos - despedimento por facto imputável ao trabalhador	0
Processos decididos - cessação da comissão de serviço	0

3.1.7. Eleitos Locais, GAP'S e Dirigentes

Quadro 33 - [BS3300] Eleitos Locais

	Regime permanência - tempo inteiro - câmara municipal - presidente e vereadores	Regime permanência - meio tempo - câmara municipal - vereadores	Regime não permanência - câmara municipal	Regime não permanência - assembleia municipal
N.º de Eleitos	5	0	2	21

Quadro 34 - [BS3400] Gabinetes de Apoio Pessoal

	Do mapa de pessoal do município	De outra entidade pública, com vínculo à Administração Pública	Sem vínculo à Administração Pública	Total
Chefe do gabinete	0	0	1	1
Adjuntos	0	0	0	0
Secretários	3	0	0	3
Total	3	0	1	4

Quadro 35 - [BS3500] Dirigentes e equiparados

	Dirigente superior (diretor municipal/diretor delegado)	Dirigente intermédio de 1.º grau (diretor de departamento municipal/diretor delegado)	Dirigente intermédio de 2.º grau (chefe de divisão municipal)	Dirigente intermédio de 3.º grau ou inferior	Chefe de equipa multidisciplinar (equiparado a diretor de departamento Municipal)	Chefe de equipa multidisciplinar (equiparado a chefe de divisão municipal)	Total
N.º de cargos previstos em regulamento municipal	0	2	13	2	0	0	17
N.º de cargos providos em 31/12	0	0	4	0	0	0	4



3.1.8. Perfil dos Recursos Humanos do Município de Esposende

Caracterização do perfil profissional dos trabalhadores

- ✓ Vínculo: Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado (92.8%)
- ✓ Carreiras:
 - Técnico Superior – 31.7%
 - Assistente Técnico – 30.8%
 - Assistente Operacional – 29.0%
 - Outros (carreiras não revistas e membros GAP) – 4.5%
 - Carreiras de Informática – 2.3%
 - Dirigentes – 1.8%
- ✓ Índice de tecnicidade: 31.7%
- ✓ Sexo: Feminino (49.8%); Masculino (50.2%)
- ✓ Idade média: 49,7 anos
- ✓ Taxa de emprego jovem (menos de 25 anos): 0%
- ✓ Taxa de envelhecimento (trabalhadores com idade igual/superior a 55 anos): 32%
- ✓ Grupo etário dominante: 50 a 54 anos
- ✓ Antiguidade média na FP: 18,6 anos
- ✓ Habilitações: formação superior (44.3%) e Ensino Secundário (28.5%)
- ✓ Taxa de absentismo: 10.7%
- ✓ Média de absentismo: 24,5 dias



IV. Política de Gestão



ESPOSENDE

A Câmara Municipal de Esposende, no âmbito das atribuições que lhes estão cometidas por via do regime legal vigente, deve assegurar a promoção e a salvaguarda dos interesses próprios da sua população designadamente nos domínios da Gestão do equipamento rural e urbano, Energia, Transportes e comunicações, Educação, ensino e formação profissional, Património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, Saúde, Ação social, Habitação, Proteção civil, Ambiente e saneamento básico, Defesa do consumidor, Promoção do desenvolvimento, Ordenamento do território e urbanismo e Cooperação externa.

Para a prossecução das aludidas atribuições, é sua missão promover um serviço de elevada responsabilidade, de forma exemplar, competente, transparente e inovador, tendo como visão a qualidade de vida dos cidadãos e o desenvolvimento sustentado de todo o território, em todas as vertentes - social, económica e ambiental.

A motivação e o compromisso ético de todas as partes interessadas são fulcrais para o sucesso da nossa visão, envolvendo todos os trabalhadores da autarquia, as entidades e pessoas que trabalham em nosso nome, as autoridades que acompanham, regulam e fiscalizam as nossas atividades, bem como toda a comunidade que servimos, seja residente ou visitante.

É com base nesta filosofia que implementamos o nosso Sistema de Gestão, aderindo aos seguintes princípios:

1º. SERVIÇOS DE QUALIDADE

Tendo por base a prossecução do interesse público legal, são privilegiados os seguintes eixos de intervenção:

- Uma administração aberta, permitindo a participação dos munícipes através do permanente conhecimento dos processos e procedimentos que e lhes digam respeito;
- A desburocratização, de forma a tornar célere o procedimento e, desta forma, satisfazer em tempo útil as necessidades da população;
- O respeito absoluto da legalidade, pela igualdade de oportunidades e de tratamento de todos os cidadãos e pelos direitos e interesses destes, protegidos por lei;
- A transparência, o diálogo e a participação expressos numa act. de permanente de interação com as populações;
- A contínua procura de procedimentos inovadores, racionais e desburocratizantes, focalizados não apenas na eficaz gestão dos critérios técnicos, económicos e financeiros, mas também numa maior solidariedade social.

2º. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A proteção da Informação, como suporte à eficiência do serviço prestado aos munícipes e demais partes interessadas, assente na integridade, disponibilidade dos sistemas e infraestruturas de informação e na confidencialidade dos dados é uma prioridade na gestão do Município.

3º. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A identificação dos aspetos ambientais resultantes da atividade municipal permite avaliar os impactos e priorizar as ações, tendo em vista a sua minimização e controlo.

A promoção da utilização sustentável dos recursos naturais, designadamente energia e água, a prevenção da poluição, a adequada gestão de resíduos e a promoção de políticas de economia circular, constituem objetivos do Município.

4º. SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO

Constitui uma prioridade a identificação dos perigos a que os nossos colaboradores e demais partes interessadas se encontram expostos, no âmbito da segurança e saúde do trabalho, tendo em vista a avaliação dos riscos e priorização das ações, garantindo a sua minimização e controlo e a prevenção da ocorrência de lesões, incidentes, acidentes e doenças profissionais. Alinhamos pelo respeito efetivo dos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem e dos princípios convencionados da Organização Internacional do Trabalho sobre normas laborais.

5º. MELHORIA CONTINUA

O estabelecimento de uma cultura de melhoria contínua que consolida a gestão dos processos, reforça a orientação para o cidadão e promove a eficiência do modelo de gestão integrado, assegurando o cumprimento da legislação e regulamentação aplicável, sempre respeitando e fazendo respeitar todos os princípios constantes no nosso código de ética.

É com base nestes eixos que claramente aprimoramos as nossas metodologias de trabalho e as estratégias de gestão de todas as áreas em que intervimos, amocionando, assim, ser reconhecidos como um Município de excelência.

Esposende, 31 de Outubro de 2018

© Provisório da Câmara Municipal de Esposende:

Benjamim Henriques, MSc

CME.PG.1

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021



V. Sistema de Gestão

Atendendo à emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde, no dia 30 de janeiro de 2020, bem como à classificação do vírus como uma pandemia, no dia 11 de março de 2020, foi necessário acautelar, estrategicamente, a previsão de normas de contingência para a SARS-CoV-2. Nesse contexto, o ano de 2021 foi, a par de 2020, um ano atípico, diferenciador e resiliente no que concerne à forma de atuação de um Município no seu contexto e relação com as suas partes interessadas.

Foi vivida uma situação excecional, a qual exigiu a tomada de decisão e a aplicação de medidas extraordinárias e de caráter urgente.

Ao longo do ano, e de forma paulatina, procurou-se dar cumprimento às orientações da Direção Geral da Saúde, na preocupação de garantir a segurança e saúde de todos quantos vivem e trabalham em Esposende. No seguimento do trabalho realizado no ano 2020, foi promovido o condicionamento do contacto social, nomeadamente por via do encerramento de alguns equipamentos públicos e o cancelamento ou adiamento de eventos de massas.

Por este facto, e no âmbito do Sistema de Gestão, adiante designado por Sistema, foi, em 2021, um ano diferente, atípico e em que a procura da melhoria contínua e da inovação foi relativizada em função da urgência da resposta efetiva no combate à pandemia.

Contudo, importa desde já referir que foi mantida a certificação pela norma ISO 14001:2015 e pela norma ISO 9001:2015, assegurando a conformidade de todas as atividades com as normas destes sistemas de gestão da qualidade e ambiente e o reconhecimento por parte da entidade certificadora SGS.

Os dados apresentados e analisados neste relatório constituem uma entrada indispensável à Gestão Estratégica e Operacional do Município, na medida em que refletem o trabalho desenvolvido no ano 2021 e sustentam as ações definidas nos diversos planos de ação para 2022.

5.1. Ações decorrentes de Revisões Anteriores

Tendo em conta que, desde 13 de março de 2020 e até à presente data, a prioridade efetiva do Executivo Municipal foi o combate e resposta à situação pandémica que vivemos, grande parte das ações previstas para 2021 foram suspensas.

Perspetiva-se, numa nova abordagem à pandemia, que as mesmas serão recuperadas no decurso do ano 2022, sendo, assim, possível a retoma da normalidade dos serviços municipais e das suas funções e atividades.



5.2. Alterações de contexto relevantes para o Sistema

Os anos 2020 e 2021 representaram o teste real de adaptação a alterações de contexto relevantes para o Sistema.

A disrupção provocada pela pandemia levou a alterações estruturais, quer no contexto do concelho, quer no próprio funcionamento dos serviços municipais e, em muitos casos, acelerou outras, que tenderão a perdurar no tempo. Todos reconhecemos que cada um de nós mudou, que o mundo mudou.

Por outro lado, é um tempo em que a pandemia pôs em pausa muitos dos esforços para salvar o planeta de uma subida da temperatura e da destruição de espécies e de ecossistemas, bem como uma erosão galopante das costas que afeta Portugal, nomeadamente Esposende.

Em termos específicos, importa salvaguardar o seguinte:

1. Estruturação da atividade municipal em função de níveis de ativação constantes no Plano Nacional de Preparação e Resposta para a doença pelo novo coronavírus.
2. Definição de uma cadeia de comando e controlo com vista à operacionalização das medidas de contingência necessárias para o controlo da pandemia no concelho.
3. Acompanhamento da situação epidemiológica e definição de ações em função da incidência e do índice de transmissibilidade.
4. Definição e implementação de medidas gerais (Ex: distanciamento social, uso de máscara, higiene das mãos, circulação nos edifícios, adaptação de postos de trabalho, entre outras) para os colaboradores do município e da população em geral.
5. Acompanhamento personalizado de colaboradores positivos à COVID 19 e/ou contactos de alto risco.
6. Definição e implementação de medidas específicas para os vários edifícios municipais, em função do seu âmbito (Ex: Mercado Municipal, Feira Quinzenal, Sessões da Assembleia Municipal, entre outras).
7. Definição de modelo de organização e funcionamento dos serviços municipais, tendo por base o horário Normal de Trabalho coadjuvado com regime de Teletrabalho e o resguardo social para trabalhadores com dever especial de proteção por razões clínicas/saúde.
8. Implementação de procedimento de atuação perante caso positivo ou suspeito.
9. Procedimento para avaliação de riscos no posto de trabalho tendo por base o contexto de epidemias/pandemias.



Tais medidas encontram-se devidamente suportadas no Plano de Contingência do Município, sendo este acompanhado periodicamente e auditado de forma sistemática.

Ainda no âmbito das alterações de contexto, o facto de se estar perante a consolidação do processo de transferência de competências em vários domínios, alguns já integrados, outros em vias de integração, levou à necessidade de revisão da análise de SWOT do Sistema, bem assim como à preparação de novos regulamentos, criação e revisão de taxas, planeamento temporal de ações, entre outros.

5.3. Desempenho e Eficácia do Sistema

Integrando a missão e os valores enunciados e assente na política definida, importa referir, em primeira instância, os princípios inerentes ao desempenho e eficácia do Sistema implementado:

1º. Serviços de Qualidade

Tendo por base a prossecução do interesse público legal, são privilegiados os seguintes eixos de intervenção:

- Uma administração aberta, permitindo e incentivando a participação dos munícipes através do permanente conhecimento dos processos e procedimentos que lhes digam respeito;
- A desburocratização, de forma a tornar célere o procedimento e, desta forma, satisfazer em tempo útil as necessidades das populações;
- O respeito absoluto pela legalidade, pela igualdade de oportunidades e de tratamento de todos os cidadãos e pelos direitos e interesses destes, protegidos por lei;
- A transparência, o diálogo e a participação expressos numa atitude permanente de interação com as populações;
- A contínua procura de procedimentos inovadores, racionais e desburocratizantes, focalizados não apenas na eficaz gestão dos critérios técnicos, económicos e financeiros, mas também numa melhor solidariedade social.

2º. Segurança da Informação

A proteção da Informação, como suporte à eficiência do serviço prestado aos munícipes e demais partes interessadas, assente na integridade, disponibilidade dos sistemas e infraestruturas de informação e na confidencialidade dos dados, é uma prioridade na gestão do Município.

3º. Sustentabilidade Ambiental



A identificação dos aspetos ambientais resultantes da atividade municipal permite avaliar os impactos e priorizar as ações, tendo em vista a sua minimização e controlo.

A promoção da utilização sustentável dos recursos naturais, designadamente energia e água, a prevenção da poluição, a adequada gestão de resíduos e a promoção de políticas de economia circular, constituem objetivos do Município.

4º. Segurança e Saúde no Trabalho

Constitui uma prioridade a identificação dos perigos a que os nossos colaboradores e demais partes interessadas se encontram expostos, no âmbito da segurança e saúde do trabalho, tendo em vista a avaliação dos riscos e priorização de ações, garantindo a sua minimização e controlo e a prevenção da ocorrência de lesões, incidentes, acidentes e doenças profissionais. Pugnamos pelo respeito efetivo dos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem e das principais convenções da Organização Internacional do Trabalho sobre normas laborais.

5º. Melhoria Contínua

O estabelecimento de uma cultura de melhoria contínua que consolida a gestão dos processos, reforça a orientação para o cidadão e promove a eficiência do modelo de gestão integrado, assegurando o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis, sempre respeitando e fazendo respeitar todos os princípios constantes no nosso código de ética.

No âmbito da Melhoria do Sistema de Gestão implementado e certificado por entidade externa, salientam-se os seguintes benefícios:

- Consolidação da Missão da Organização e sistematização das metodologias com base nas quais devem ser geridas, executadas e controladas as atividades enquadradas no Sistema de Gestão implementado;
- Reforço de uma cultura focalizada no cliente e na proteção do ambiente, na otimização dos recursos e na melhoria contínua;
- Promoção da adoção de uma gestão por objetivos, no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, e a responsabilização pela sua concretização;
- Melhoria do desempenho dos processos e estimular a visibilidade da não qualidade com o objetivo da redução dos custos, otimização dos recursos e melhoria contínua;
- Minimização dos riscos associados ao ambiente, incluindo os acidentes ambientais;
- Melhoria da eficiência dos processos minimizando os consumos de matérias-primas, água e energia;



- Aumento da eficácia e proatividade ao nível do controlo operacional, incluindo as questões ambientais;
- Cumprimento da legislação aplicável relacionada com a qualidade e o ambiente;
- Melhoria da imagem da organização, evidenciando, junto das partes Interessadas, a utilização de práticas de proteção ambiental e de prevenção da poluição.

5.3.1. Objetivos, Desempenho dos processos e Conformidade do serviço

Desde o ano 2019, e ao longo dos últimos 2 anos, procurou-se estabelecer uma correlação entre o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho (SIADAP) e os objetivos e desempenho dos processos, com vista a constituir um modelo único de avaliação do desempenho, na medida em que o SIADAP visa contribuir para a melhoria e qualidade de serviço da Administração Pública, para a coerência e harmonia da ação dos serviços, dirigentes e demais trabalhadores e para a promoção da sua motivação profissional e desenvolvimento de competências. Este subordina-se à prossecução dos princípios:

- a) Coerência e integração, alinhando a ação dos serviços, dirigentes e trabalhadores na prossecução dos objetivos e na execução das políticas públicas;
- b) Responsabilização e desenvolvimento, reforçando o sentido de responsabilidade de dirigentes e trabalhadores pelos resultados dos serviços, articulando melhorias dos sistemas organizacionais e processos de trabalho e o desenvolvimento das competências dos dirigentes e dos trabalhadores;
- c) Universalidade e flexibilidade, visando a aplicação dos sistemas de gestão do desempenho a todos os serviços, dirigentes e trabalhadores, mas prevendo a sua adaptação a situações específicas;
- d) Transparência e imparcialidade, assegurando a utilização de critérios objetivos e públicos na gestão do desempenho dos serviços, dirigentes e trabalhadores, assente em indicadores de desempenho;
- e) Eficácia, orientando a gestão e a ação dos serviços, dos dirigentes e dos trabalhadores para a obtenção dos resultados previstos;
- f) Eficiência, relacionando os bens produzidos e os serviços prestados com a melhor utilização de recursos;
- g) Orientação para a qualidade nos serviços públicos;
- h) Comparabilidade dos desempenhos dos serviços, através da utilização de indicadores que permitam o confronto com padrões nacionais e internacionais, sempre que possível;



- i) Publicidade dos resultados da avaliação dos serviços, promovendo a visibilidade da sua atuação perante os utilizadores;
- j) Publicidade na avaliação dos dirigentes e dos trabalhadores, nos termos previstos na presente lei;
- l) Participação dos dirigentes e dos trabalhadores na fixação dos objetivos dos serviços, na gestão do desempenho, na melhoria dos processos de trabalho e na avaliação dos serviços;
- m) Participação dos utilizadores na avaliação dos serviços.

Neste propósito, foi, em 2021, desenhado um novo processo, no âmbito da rede de processo, denominado Gestão do Capital Intelectual e que visa a integração e gestão coordenada da avaliação do desempenho, da formação e da gestão de competências de todos os colaboradores. Na estruturação deste, e até ao final do ano 2022, espera-se ser possível ter um sistema de monitorização da gestão municipal alicerçada em objetivos de desempenho dos processos, das unidades orgânicas e das pessoas.

Pela da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, foram transferidas para os municípios competências em diversos domínios, cujo exercício se encontra na plena disponibilidade dos municípios desde 1 de janeiro de 2021. Tendo em conta as sucessivas alterações neste domínio, as mesmas foram sendo assumidas paulatinamente durante o ano 2021. Durante o ano 2022 espera-se concluir todo este processo, perspetivando-se a necessidade de reajuste da rede de processos e das equipas de trabalho, face às necessidades que as competências a assumir pressupõe.

5.3.2. Não conformidades e oportunidades de melhoria

Uma não conformidade está relacionada com procedimentos que geraram resultados insatisfatórios, decorrente do incumprimento de determinado requisitos como, por exemplo, incumprimento legal ou de procedimentos pré-estabelecidos.

Em 2021, à semelhança de 2020, e em face do já exposto, foi entendimento não se proceder a qualquer registo de não conformidades e oportunidades de melhoria.

Relativamente à gestão de reclamações importa ressaltar que se encontra definido um procedimento com vista a dar cumprimento ao Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio, e suas subsequentes alterações, assentando num circuito digital que contabiliza o tempo total de tramitação e os seus intervenientes.



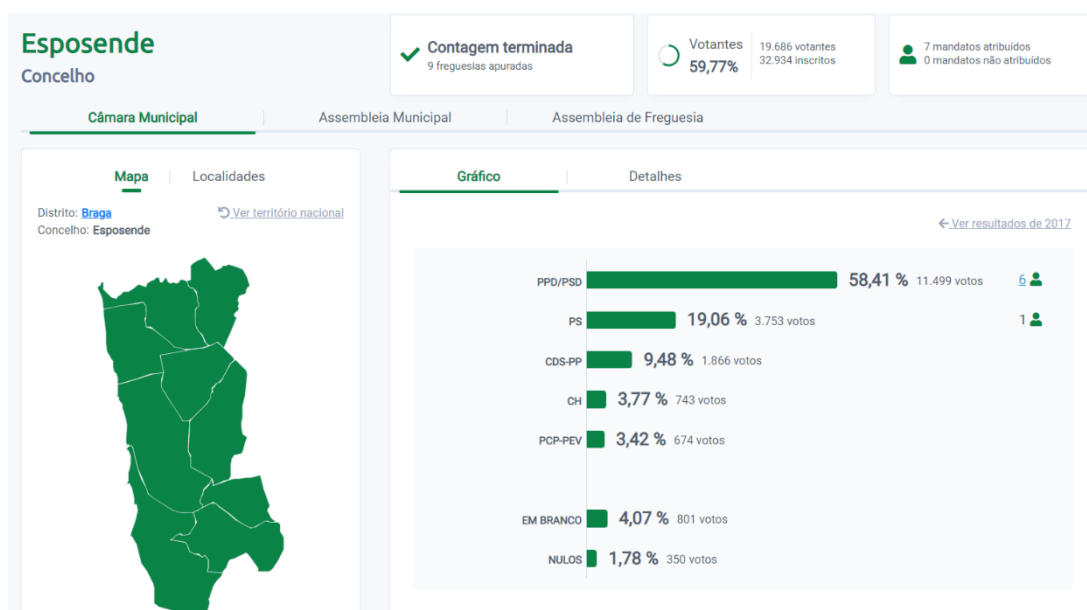
A tipologia das reclamações rececionadas no Município é bastante variada, sendo que na sua grande maioria não se relacionam diretamente com o seu desempenho, mas com queixas associadas, sobretudo, a má vizinhança, e da responsabilidade de entidades terceiras, cabendo ao Município o seu esclarecimento e eventual encaminhamento. Durante o ano de 2021 foram geridas 106 reclamações. Importa salvaguardar que este número não pode ser comparado com períodos homólogos, em virtude da conjuntura do ano em si. Contudo das 106 reclamações registadas, 71 já se encontram concluídas e apresentaram um tempo médio de tramitação de 32,45 dias.

Importa destacar que no início de 2022, mas com referência à atividade desenvolvida no ano 2021, foi realizada uma auditoria interna aos processos definidos no sistema de gestão e uma auditoria externa, que visou a renovação da certificação ISO 9001 e ISO 14001.

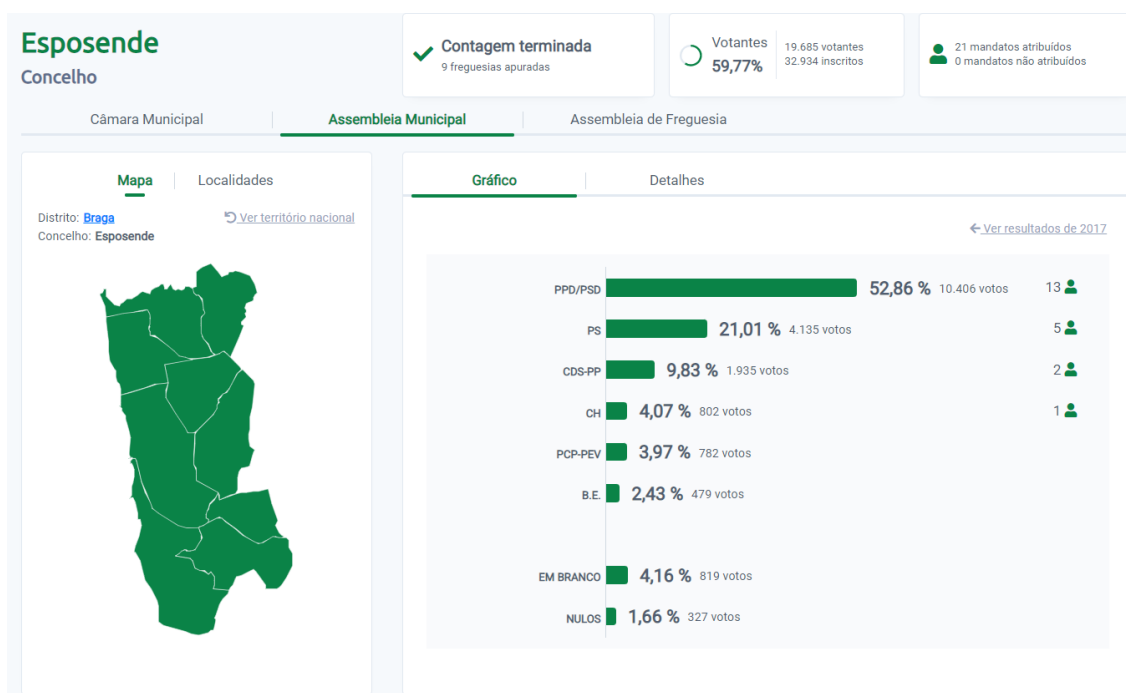
5.3.3. Satisfação do cliente e retorno de informação das partes interessadas relevantes

Tendo em conta que a gestão municipal assenta no escrutínio periódico por parte dos cidadãos, através do ato eleitoral que elege o órgão executivo e o órgão deliberativo, considera-se que no ano 2021 os resultados eleitorais são um indicador de avaliação da satisfação do cliente e das partes interessadas.

Assim e em face dos resultados temos¹¹:



¹¹ Fonte: <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/autarquicas2021/resultados/territorio-nacional?local=LOCAL-030600&election=CM>



5.3.4. Desempenho de Fornecedores

A avaliação de fornecedores é um importante instrumento de gestão, utilizado para avaliar o cumprimento dos requisitos exigidos a cada fornecedor/fornecimento no contrato celebrado, com o objetivo de potenciar os pontos positivos e minimizar os pontos negativos.

Contudo, 2020 e 2021 ficarão marcados por interações comerciais diferentes, por regulações de mercado que posicionaram a lei da oferta e da procura e por uma adaptação quer por parte do Município, quer por parte dos seus fornecedores.

O objetivo fundamental foi garantir que a saúde e a segurança dos cidadãos são prioridades absolutas, sendo essencial assegurar que os equipamentos que são essenciais na prevenção e no combate à doença são rapidamente disponibilizados a quem deles mais necessita. Pelo que, foi considerado insignificante a avaliação do desempenho dos fornecedores, na medida em que durante o ano 2021 nos debatemos com escassez de produtos no mercado, com restrições nos prazos e quantidades de entrega, com alterações constantes ao nível dos requisitos e especificações de compra, entre outros. A par do referido, importa ressaltar a paralisação quase completa do tecido empresarial.

Acresce ainda uma nova condicionante, que repercutirá efeitos sobretudo durante o ano 2022, que é a necessidade do reequilíbrio financeiro dos contratos estabelecidos.



5.4. Riscos e Oportunidades

A clausula 6.1 - Ações para abordar riscos e oportunidades - é provavelmente uma das cláusulas mais importantes da norma ISO 9001 em termos de resposta de uma organização à COVID-19. O ano de 2021 é caracterizado pelo tempo de incerteza, pelo que todas e quaisquer decisões tomadas pela organização precisaram de ser assumidas de maneira extremamente ágil e com o reconhecimento de que a base factual em que foram tomadas estava sujeita a uma incerteza considerável e que era passível de tudo mudar muito rapidamente.

Neste contexto, a tomada de decisão teve por base o chamado ciclo da OODA (“Observar, Orientar, Decidir, Agir”), numa abordagem de quatro etapas para a tomada de decisão, focada no filtro das informações disponíveis no contexto de tomar rapidamente a decisão mais apropriada e, ao mesmo tempo, entender que alterações podem ser feitas à medida que mais dados se tornam disponíveis.

Num contexto de adaptação constante, importa destacar as necessidades de procura de novos produtos e serviços e a capacidade de ajuste a realidades distintas, como por exemplo a área médica. A título de exemplo destaca-se implementação e gestão do Centro de Vacinação da COVID-19, existente no concelho.

Importa salvaguardar que, neste contexto, enquadram-se a análise dos riscos operacionais, de corrupção, de contexto, e outros a considerar para a conformidade das atividades e serviços levados a efeito pelo Município. Foi tida ainda em conta a Recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção e o plano-tipo preparado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Em 2021, e tendo em conta o já referido, foram mantidas as metodologias definidas, nomeadamente no que concerne ao cumprimento da Recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção.

Contudo, durante o ano 2022, perspetiva-se uma alteração de procedimento, de forma a realizar:

- A análise dos principais conceitos inerentes à gestão do risco;
- A análise dos requisitos expressos nas normas ISO 9001: 2015 e ISO 14001:2015 relativamente ao pensamento baseado no risco, por processo;
- A definição de metodologia tendo por base a abordagem simplificada à ISO 31000: 2013 e de forma a determinar um princípio único e transversal para gestão do risco;



- A integração dos requisitos decorrentes do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro e relativo ao Mecanismo Nacional Anticorrupção e ao estabelecimento do regime geral de prevenção da corrupção.

5.5. Avaliação da Conformidade Legal

A avaliação da conformidade legal tem como objetivo avaliar a adequabilidade da Autarquia face aos requisitos legais, estatutários e regulamentares aplicáveis. Durante o ano 2021, e no seguimento do ano 2020, o foco principal foi a adequação das atividades desenvolvidas face aos requisitos legais definidos no âmbito dos vários estados de emergência e situações de calamidade decretados. Por seu turno, foram igualmente tidas por relevante as normas e orientações definidas pela Direção Geral de Saúde. A avaliação efetuada foi repercutida nos diversos despachos exarados pelo Sr. Presidente da Câmara e na constante atualizada do Plano de Contingência do Município.

5.6. Desempenho Ambiental

No ano 2021 foi iniciada a formação-ação *Sustentabilidade das Políticas Públicas e dos Territórios (Inter)Municipais*.

Sendo que esta ação tem por base os princípios da Agenda 2030 e que esta é uma oportunidade para os municípios, na medida em que fornece um roteiro de médio prazo para o processo de desenvolvimento, em torno de objetivos comuns, para a formulação de políticas que se reforcem mutuamente, para além de ser uma ferramenta que facilita a comunicação, a capacitação e envolvimento dos quadros municipais, e um veículo para alargar parcerias e oportunidades de financiamento.

Neste propósito a ação tem por base o capacitação e implementação de projetos nas seguintes áreas de atuação:





5.7. Recursos

Face aos atuais desafios que a administração pública local enfrenta, bem como decorrente da estratégia do novo Executivo Municipal, é necessário repensar a afetação de colaboradores às diferentes unidades orgânicas, por forma a garantir a resposta adequada às necessidades identificadas, bem como definir responsabilidades e autoridades para todas as funções relevantes. Tal pressuposto foi igualmente identificado em sede de auditoria externa, realizada pela entidade certificadora.

5.8. Comunicação com as partes interessadas

Perante a situação de pandemia pelo novo coronavírus, o país e as suas instituições prepararam-se, colocando à disposição instrumentos e ferramentas estratégicas de orientação, preparação e resposta, com vista a informar e consciencializar a população.

O Município apresentou-se na linha da frente desde o início da pandemia, criando uma estratégia de comunicação diversificada e para diferentes públicos.

Destaca o seguinte:

1. Área dedicada no site institucional com agregação de toda a informação;
2. Elaboração de guias de boas práticas para diferentes públicos;



3. Despachos e avisos;
4. Informação sobre o ponto de situação da situação epidemiológica nas redes sociais e no site institucional;
5. Linha do tempo;
6. Várias Notas de Imprensa e campanhas de sensibilização por via de vários recursos de divulgação (suportes físicos e digitais).

Em sede da revisão de todos os processos definidos e definido para 2022, a comunicação com as partes interessadas será revista. Numa ótica de análise processo a processo e de forma a identificar os requisitos relevantes para cada uma destas.

5.9. Conclusões

O período vivido (2020 e 2021) será, sem dúvida, um período que ficará marcado na história mundial. E se é facto que sempre existiram dúvidas quanto ao futuro, agora, neste momento exato, incerteza é tudo o que temos. Questões relativas ao modo de trabalho, ao modo de vida, à possibilidade de novas réplicas, são dúvidas que subsistem. As questões são muitas, mas para nenhuma há resposta concreta. E se é verdade que a incerteza pode levar-nos a um imenso abismo, também é verdade que nos oferece uma oportunidade de contribuirmos para a construção de algo melhor, mais justo e equilibrado.

Neste momento, diante de uma pandemia que perdura, e novos cenários geopolíticas na Europa, carrega-se o desafio de aceitar incertezas e acolher transformações.

Os riscos e as oportunidades são, neste momento, um binómio perfeito de mudança e de evolução. Por este facto mantemos as pretensões tidas nos últimos anos:

- Reavaliar e rever os processos definidos, de forma a otimizar a rede de processos e alinhá-la com uma nova perspetiva de gestão estratégica e operacional, nomeadamente com vista a promover contextos de inovação tecnológica e social na Administração Autárquica, por forma a incluir desafios para a cidadania participativa, novos modelos de gestão pública distintos dos já conhecidos, otimizar os custos de transação e as redes, de forma a que se



consiga garantir um serviço público de qualidade, definido pelos olhos dos munícipes, prestado com eficiência, eficácia e economicidade.

- Neste contexto, é também pressuposto, e de forma alinhada, promover uma análise mais pormenorizada e integrada do contexto e das necessidades e expectativas das partes interessadas, de forma que a seja possível consubstanciar as reais necessidades e expectativas.
- Redefinir a metodologia de gestão dos riscos e oportunidades de forma a alinhar com a nova rede de processos e a desdobrar pelos vários processos definidos, para que os riscos e oportunidades identificados possam ser tratados e operacionalizados diretamente em cada um deles.
- Consolidar a metodologia para assegurar o cumprimento dos requisitos definidos no Regulamento de Proteção de Dados.
- Integrar na revisão dos processos a total desmaterialização de atividades e tarefas, para que, de forma transversal a toda a organização, e integrando os canais e fluxos de informação existentes, as soluções de gestão documental promovam a articulação e cooperação entre as diversas áreas da gestão.
- Medir a execução da estratégia em relação às metas da missão, da visão e dos objetivos estratégicos, utilizando inovadoras formas de avaliação do impacto para monitorizar e avaliar o desempenho organizacional, o valor social, as políticas locais, entre outros, pois, nomeadamente pelas suas características, e pelo impacto das suas atividades no meio envolvente, o Município de Esposende poderá desempenhar um papel relevante de “alavanca” e promoção das questões da qualidade, servindo de modelo ou elemento catalisador para os diferentes agentes e organizações na sua esfera de influência. Porém reconhece, desde já, algumas dificuldades identificadas, nomeadamente:
 - Intangibilidade dos resultados;
 - Definição de soluções simples para problemas complexos;
 - Desenvolvimento e implementação de estratégias em contextos desafiadores;
 - Definição de abordagens da mesma forma como se definem objetivos;
 - Garantia da transferência de conhecimento.

Por este facto, reconhece-se a extrema necessidade de desenvolver e implementar metodologias que garantam a avaliação do impacto e retorno do investimento realizado, face a 4 eixos prioritários:

1. Uso de capital humano, financeiro, ambiental;
2. Impacto alcançado;
3. Evolução no impacto no tempo;



4. Perspetivas de futuro.

- Implementar um projeto inovador na área do desenvolvimento sustentável, por forma a destacar o Município ao nível do seu sistema de gestão ambiental e do seu contributo para os objetivos do desenvolvimento sustentável.
- Neste contexto é também nossa perspetiva rever a metodologia de avaliação dos aspetos ambientais, com vista a que esta reflita de forma inequívoca a realidade das atividades e competências municipais.
- Implementar um sistema de saúde e segurança no trabalho que abranja a totalidade das atividades desenvolvidas e que destaque o Município na promoção do trabalho sustentável e do envelhecimento saudável, a fim de melhorar a saúde e a motivação dos trabalhadores e das trabalhadoras, reduzir a rotatividade e o absentismo, bem como aumentar a produtividade, assegurar a adaptação do trabalho às capacidades individuais de todos os trabalhadores e demais colaboradores com vínculo estabelecido com o Município.
- Implementação de todas as ações corretivas decorrentes da auditoria de conformidade legal no sentido de estabelecer mais e melhores critérios e estratégias visando o cumprimento integral dos requisitos neste contexto.
- Acompanhar a integração das novas competências transitadas do Estado para o governo local, nomeadamente em termos de Educação, Saúde e Ação Social, nas áreas mais complexas de entre as que são alvo de transferência de competências e que grande impacto têm, e direto, na vida da população.

Face ao exposto, podemos concluir que o Sistema de Gestão implementado responde, na sua generalidade, aos requisitos dos referenciais normativos ISO 9001 – Sistemas de gestão da Qualidade e ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental, contribuindo para a melhoria do desempenho do Município. Tendo em conta as mudanças estruturais em curso e as perspetivas de consolidação das mesmas, entende-se que o Sistema de Gestão é eficaz.



VI. Modernização Administrativa

De forma a dar cumprimento ao Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio, e suas subsequentes alterações, é pretendido neste ponto a apresentação das medidas implementadas em 2021 que visaram criar condições para uma Administração Pública mais eficiente e eficaz, com vantagens para os cidadãos e as empresas, reduziram custos de contexto, ofereceram um novo modelo de distribuição de serviços públicos, qualificaram o seu atendimento, e melhoraram o seu acesso a determinados serviços.

Formalidades extintas ou simplificadas ou Plataforma on-line para submissão dos processos urbanísticos.

Estudo de novas plataformas para acomodar as novas competências.

Implementação de melhorias no contexto das plataformas desenvolvidas internamente, de suporte a várias das atividades do município.

Melhoria no acolhimento e atendimentos dos utentes e Atendimento por marcação prévia

Melhoria nos meios de comunicação com os utentes do serviço de Estratégia de comunicação para a COVID-19



Disponibilização de suportes informativos Estratégia de comunicação para a COVID-19

Inovações tecnológicas introduzidas Trabalho por acesso remoto para a globalidade dos colaboradores.

Avaliação dos elogios, sugestões e reclamações O município tem implementada uma metodologia para a gestão das reclamações, conforme referido anteriormente.

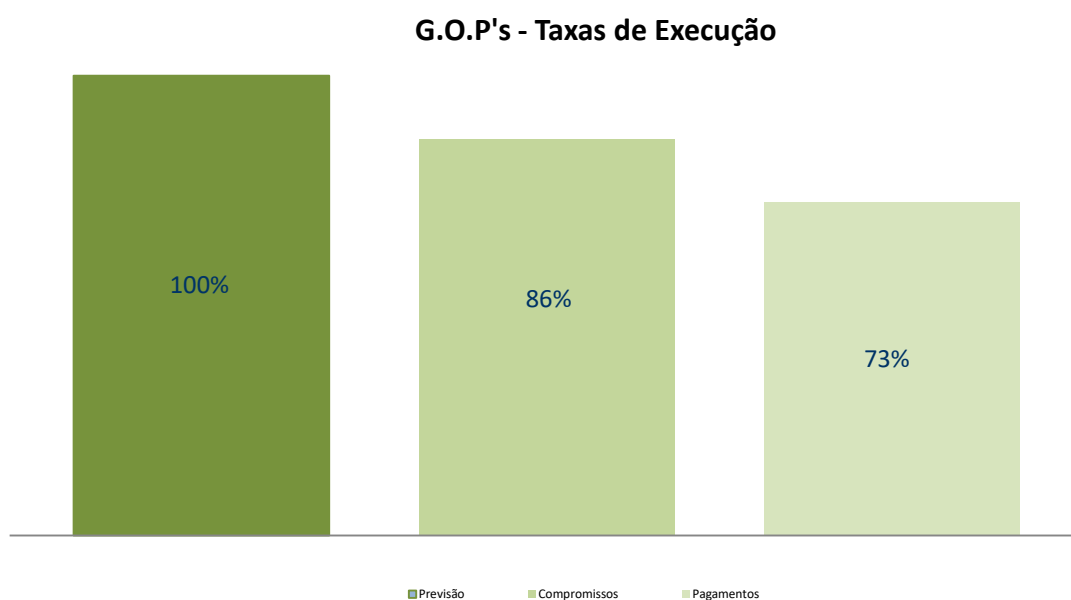
Acessibilidades As acessibilidades constituem uma condição essencial para o pleno exercício dos direitos das pessoas com deficiência, e de todas as outras pessoas que experimentam uma situação de limitação funcional ao longo das suas vidas. Neste domínio, em todos os projetos e obras municipais levadas a cabo durante o ano 2021, foi preocupação assegurar as condições necessárias ao acesso a pessoas com mobilidade condicionada.



VII. Análise Financeira e Económica

7.1. Grandes Opções do Plano

As principais linhas de intervenção Municipal encontram-se refletidas nas Grandes Opções do Plano (GOP's), que contabilizam a materialização do programa de ação previsto pelo Executivo Municipal. Em 2021, o orçamento municipal apresenta-se refletido, na totalidade, nas Grandes Opções do Plano, pelo que a execução global do orçamento da despesa e as GOP's apresentam os graus de execução de acordo com o gráfico abaixo.



Em 2021 registou-se uma taxa de execução de 86% na ótica do compromisso face à previsão orçamentada, ou seja, dos 36.705.401,43€ previstos para Atividades e Investimentos 31.729.947,33€ tinham a sua execução finalizada ou a decorrer. Em termos de pagamentos as G.O.P's totalizaram 26.682.795,79€.



Funções		Previsão	Compromissos	Pagamentos
1.	Funções gerais	12 117 769,00	11 278 152,29	10 084 864,71
1.1.	Serviços gerais de administração pública	11 852 848,00	11 017 364,41	9 831 017,21
1.1.1.	Administração geral	11 852 848,00	11 017 364,41	9 831 017,21
1.2.	Segurança e ordem públicas	264 921,00	260 787,88	253 847,50
1.2.1.	Proteção civil e luta contra incêndios	264 921,00	260 787,88	253 847,50
2.	Funções sociais	16 087 386,00	12 974 115,87	10 127 150,25
2.1.	Educação	3 477 147,00	2 599 704,18	2 209 575,08
2.1.1.	Ensino não superior	1 643 447,00	1 139 468,83	881 624,49
2.1.2.	Serviços auxiliares de ensino	1 833 700,00	1 460 235,35	1 327 950,59
2.2.	Saúde	607 431,00	294 312,70	276 186,95
2.2.1.	Serviços individuais de saúde	607 431,00	294 312,70	276 186,95
2.3.	Segurança e acção sociais	506 960,00	469 664,69	428 753,57
2.3.2.	Acção social	506 960,00	469 664,69	428 753,57
2.4.	Habituação e serviços colectivos	8 417 402,00	6 877 069,84	5 031 072,81
2.4.1.	Habituação	851 380,00	405 890,09	362 462,63
2.4.2.	Ordenamento do território	2 133 071,00	2 095 873,74	953 158,78
2.4.3.	Saneamento	1 997 337,00	1 125 736,58	813 767,22
2.4.5.	Resíduos sólidos	1 815 596,00	1 652 598,58	1 430 521,57
2.4.6.	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	1 620 018,00	1 596 970,85	1 471 162,61
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	3 078 446,00	2 733 364,46	2 181 561,84
2.5.1.	Cultura	1 746 167,00	1 482 987,13	1 169 312,45
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	1 332 079,00	1 250 377,33	1 012 249,39
2.5.3.	Outras actividades cívicas e religiosas	200,00		0,00
3.	Funções económicas	3 050 532,00	2 370 654,12	1 903 498,69
3.1.	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	200,00		0,00
3.2.	Indústria e energia	810 036,00	808 600,06	657 154,05
3.3.	Transportes e comunicações	835 800,00	789 866,82	646 922,88
3.3.1.	Transportes rodoviários	835 800,00	789 866,82	646 922,88
3.4.	Comércio e turismo	1 014 316,00	391 170,53	280 279,04
3.4.1.	Mercados e feiras	555 764,00	508,54	0,00
3.4.2.	Turismo	458 552,00	390 661,99	280 279,04
3.5.	Outras funções económicas	390 180,00	381 016,71	319 142,72
4.	Outras funções	5 529 714,43	5 107 025,05	4 567 282,14
4.1.	Operações da dívida autárquica	850 365,00	840 761,86	828 302,90
4.2.	Transferências entre administrações	1 234 076,00	972 969,36	959 105,71
4.3.	Diversas não especificadas	3 445 273,43	3 293 293,83	2 779 873,53
		36 785 401,43	31 729 947,33	26 682 795,79

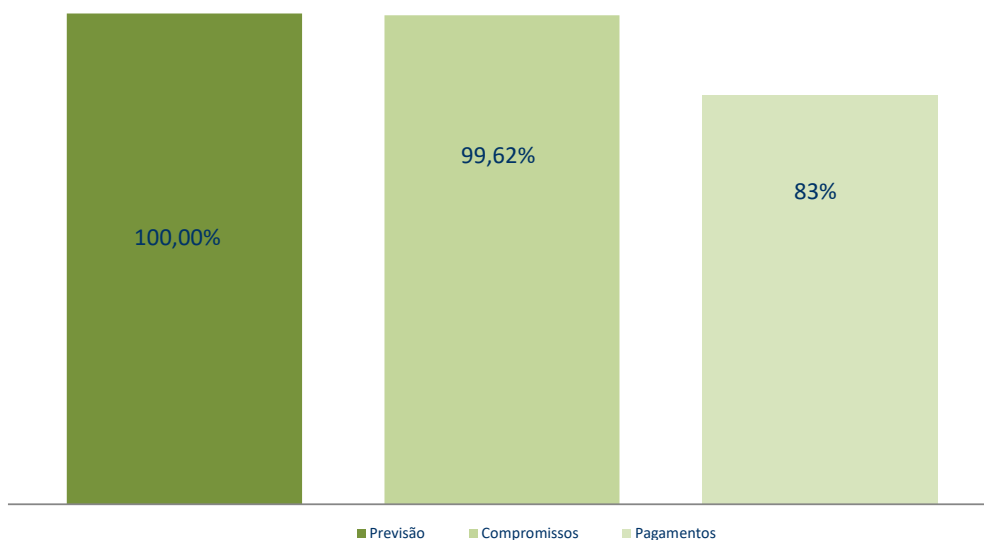
Ao nível da intervenção sectorial, as funções que apresentam maior intervenção são, a Administração Geral (37%), a Educação (8%) e Protecção do meio ambiente e conservação da natureza (6%). Mais à frente estão identificados, por funções, os projetos que o município desenvolveu durante o ano de 2021.

Analisando a execução das Grandes Opções do Plano por tipologia de despesa, 8.173.214€ traduziram-se em investimento direto espelhado no Plano Plurianual de Investimentos e 18.509 581€ estão refletidos no Plano de Atividade Municipais com as despesas de funcionamento e as atividades realizadas ao longo do ano.



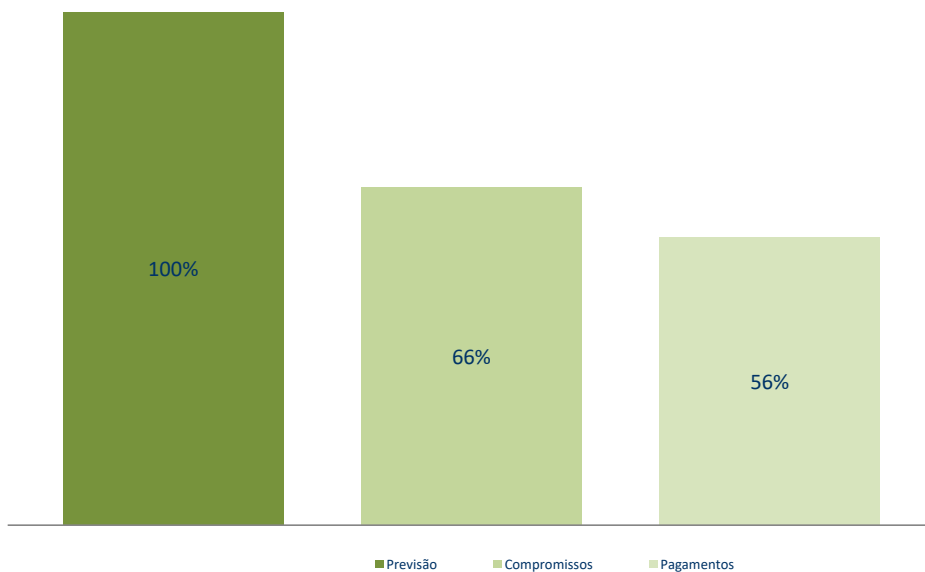
Se tivermos em conta que a concretização dos Planos de Atividades e de Investimentos está sujeita a um grande número de condicionantes, podemos afirmar que estes documentos, tal como tem acontecido, ao longo dos últimos anos, apresentam uma excelente taxa de execução.

Plano de Atividades Municipais - Taxas de Execução



O Plano de Atividades Municipais teve taxas de execução globais bastante positivas, sendo que 99,62% das ações previstas foram alvo de adjudicação e 83% do orçamentado já tinha sido realizado e pago em 31 de dezembro de 2021.

Plano Plurianual de Investimentos - Taxas de Execução



A análise da execução do Plano Plurianual de Investimentos traduz-se numa realização de obra a decorrer e finalizada de 56%.

Funções	Previsão			Executado			%		
	PAM	PPI	Total	PAM	PPI	Total	PAM	PPI	Total
Serviços gerais de administração pública	10 109 231	1 743 617	11 852 848	8 596 952	1 234 065	9 831 017	85%	71%	83%
Segurança e ordem públicas	261 381	3 540	264 921	250 690	3 157	253 848	96%	89%	96%
Educação	1 532 700	1 944 447	3 477 147	1 327 951	881 624	2 209 575	87%	45%	64%
Saúde	270 131	337 300	607 431	243 877	32 310	276 187	90%		45%
Segurança e acção sociais	398 290	108 670	506 960	334 058	94 696	428 754	84%	87%	85%
Habituação	316 000	535 380	851 380	288 563	73 899	362 463	91%	14%	43%
Ordenamento do território	500	2 132 571	2 133 071	0	953 159	953 159		45%	45%
Saneamento		1 997 337	1 997 337	0	813 767	813 767		41%	41%
Resíduos sólidos	1 815 396	200	1 815 596	1 430 522	0	1 430 522	79%	0%	79%
Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	1 558 923	61 095	1 620 018	1 436 386	34 776	1 471 163	92%	57%	91%
Cultura	861 472	884 695	1 746 167	502 634	666 679	1 169 312	58%	75%	67%
Desporto, recreio e lazer	1 162 353	169 726	1 332 079	864 844	147 405	1 012 249	74%	87%	76%
Outras actividades cívicas e religiosas	200	0	200	0	0	0	0%		0%
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	100	100	200	0	0	0	0%	0%	0%
Indústria e energia	794 100	15 936	810 036	649 591	7 563	657 154	82%	47%	81%
Transportes rodoviários	585 476	250 324	835 800	465 961	180 962	646 923	80%	72%	77%
Comércio e turismo	163 997	850 319	1 014 316	85 424	194 856	280 279	52%	23%	28%
Outras funções económicas	315 430	74 750	390 180	244 720	74 422	319 143	78%	100%	82%
Operações da dívida autárquica	850 365	0	850 365	828 303	0	828 303	97%	n.a.	97%
Transferências entre administrações	1 234 076	0	1 234 076	959 106	0	959 106	78%		78%
Diversas não especificadas	0	3 445 273	3 445 273	0	2 779 874	2 779 874		81%	81%
Total	22 230 121	14 555 280	36 785 401	18 509 582	8 173 214	26 682 796	83%	56%	73%

7.2. Execução Global do Orçamento

7.2.1. Comparação entre o orçamento inicial, final e executado

O Orçamento é um documento previsional, e como tal, define um conjunto de meios necessários para se fazer face aos objetivos propostos pelo Plano de Atividades Municipais e pelo Plano Plurianual de Investimentos.

Assim, este documento que agora apresentamos não é mais do que uma análise da execução desse mesmo orçamento.

A aproximação entre a taxa de execução dos Planos e a taxa de execução orçamental define o sucesso de uma gestão autárquica.

O Município de Esposende tem pautado a sua gestão por um grande rigor na elaboração dos seus Orçamentos e dos seus Planos e, por isso, pode orgulhar-se de nos últimos anos apresentar excelentes taxas de execução.



O Orçamento de 2021 teve uma dotação total (receitas e despesas) de 36 785 401,43€, tendo-se verificado um resultado de 33 222 780,49€ nas receitas, equivalente a 90,32% de execução, e de 26 682 795,79€ nas despesas, equivalente a 72,54% de execução.

Orçamento da receita				
RECEITA	Previsão	Execução		
		Valor	Desvio	%
01 Impostos directos	7 543 200,00	9 059 652,86	1 516 452,86	120,10%
02 Impostos indirectos	531 910,00	453 188,11	-78 721,89	85,20%
04 Taxas, multas e outras penalidades	540 500,00	571 623,76	31 123,76	105,76%
05 Rendimentos da propriedade	781 540,00	770 649,73	-10 890,27	98,61%
06 Transferências correntes	9 251 451,00	8 666 709,68	-584 741,32	93,68%
07 Venda de bens e serviços correntes	1 496 800,00	1 578 761,75	81 961,75	105,48%
08 Outras receitas correntes	27 500,00	22 259,14	-5 240,86	80,94%
Total das receitas correntes	20 172 901,00	21 122 845,03	949 944,03	104,71%
09 Venda de bens de investimento	18 060,00	230 936,75	212 876,75	1278,72%
10 Transferências de capital	7 518 272,00	4 336 599,60	-3 181 672,40	57,68%
12 Passivos financeiros	3 309 975,00	1 759 998,31	-1 549 976,69	53,17%
13 Outras receitas de capital	20,00	0,00	-20,00	
Total das receitas de capital	10 846 327,00	6 327 534,66	-4 518 792,34	58,34%
15 Reposições não abatidas nos pagamentos	10,00	6 237,37	6 227,37	62373,70%
16 Saldo de gerência	5 766 163,43	5 766 163,43	0,00	100,00%
Total das outras receitas	5 766 173,43	5 772 400,80	6 227,37	100,11%
Total da receita	36 785 401,43	33 222 780,49	-3 562 620,94	90,32%

Orçamento da despesa				
DESPESA	Previsão	Execução		
		Valor	Desvio	%
01 Despesas com o pessoal	6 195 844,12	6 131 803,37	-64 040,75	98,97%
02 Aquisição de bens e serviços	7 940 932,88	6 519 632,24	-1 421 300,64	82,10%
03 Juros e outros encargos	59 855,00	37 479,05	-22 375,95	62,62%
04 Transferências correntes	2 303 134,00	2 105 350,87	-197 783,13	91,41%
05 Subsídios	1 444 152,00	1 434 209,67	-9 942,33	99,31%
06 Outras despesas correntes	572 661,00	384 846,32	-187 814,68	67,20%
Total das despesas correntes	18 516 579,00	16 613 321,52	-1 903 257,48	89,72%
07 Aquisição de bens de capital	15 756 371,43	8 173 470,04	-7 582 901,39	51,87%
08 Transferências de capital	1 720 801,00	1 105 180,38	-615 620,62	64,22%
09 Ativos financeiros	200,00	0,00	0,00	
10 Passivos financeiros	791 350,00	790 823,85	-526,15	99,93%
11 Outras despesas de capital	100,00	0,00	-100,00	
Total das despesas de capital	18 268 822,43	10 069 474,27	-8 199 148,16	55,12%
Total das despesas	36 785 401,43	26 682 795,79	-10 102 405,64	72,54%

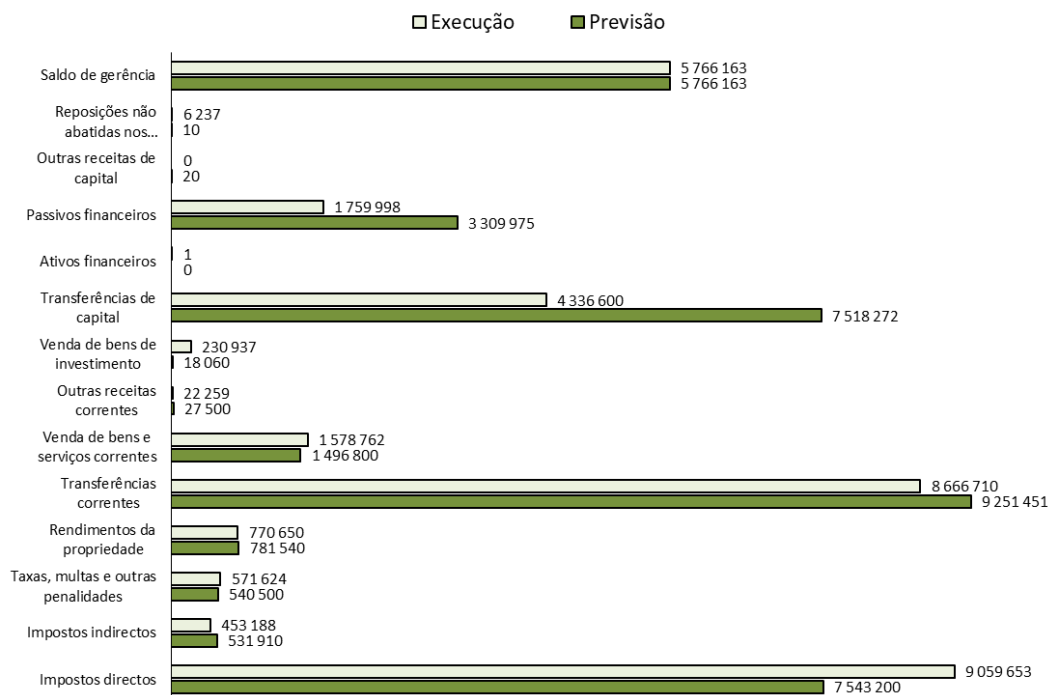
O orçamento inicialmente aprovado totalizava 30 067 700,00€, tendo sofrido várias alterações orçamentais e uma revisão orçamental, acabando o Orçamento final com o valor de 36 785 401,43€



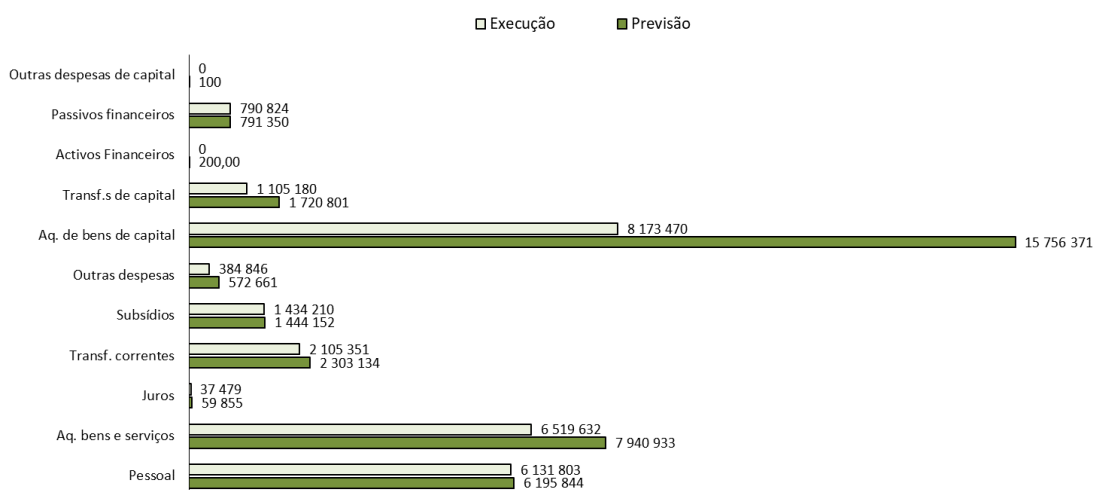


O orçamento municipal sendo um documento previsional, a sua concretização conduz naturalmente a desvios de execução, assim os gráficos seguintes apresentam essas diferenças para cada uma das rubricas da Receita e da Despesa.

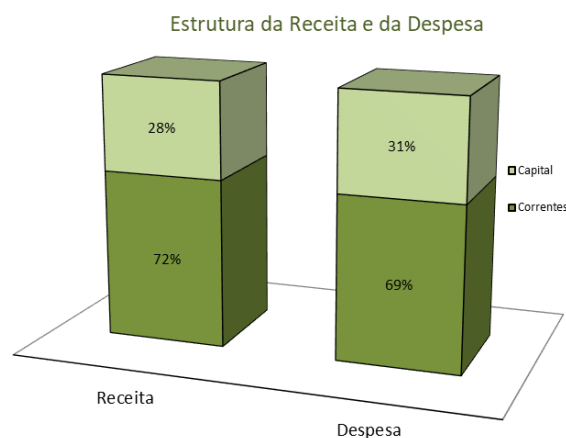
Orçamento da Receita - Previsão/Execução



Orçamento da Despesa - Previsão/Execução



O gráfico seguinte mostra a estrutura da Receita e da Despesa, segundo uma ótica corrente e de capital. Verifica-se que os agregados correntes são superiores aos de capital, sendo o da despesa superior ao da receita, com 69% e 72% respetivamente.



7.2.2. Equilíbrio Orçamental

No art. 40º da Lei n.º 73/2013, de 3/set (RFALEI) 1, sob a epígrafe “ Equilíbrio orçamental “, prevê-se o seguinte:

“ 1 - Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

3 - O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.”

Da aplicação desta disposição legal, resultou no exercício de 2021 um saldo global positivo de 3 800 691,41 e uma poupança corrente no Município de Esposende de 4 509 523,51€. Este equilíbrio orçamental traduz a capacidade da autarquia conseguir, com receita corrente financiar a estrutura necessária ao funcionamento dos serviços municipais e a capacidade para cumprimento dos encargos com as amortizações dos empréstimos contratados.

Descrição	Ano 2020	Ano 2021
	Valores	Valores
A - Receitas correntes cobradas brutas	19 878 828,63	21 122 845,03
B - Despesas correntes pagas	17 250 611,30	16 613 321,52
C - Saldo corrente ((A)-(B))	2 628 217,33	4 509 523,51
D - Amortização média dos EMLP	833 128,43	708 832,10
E - Diferença ((C)-(D))	1 795 088,90	3 800 691,41

7.3. Orçamento da Receita

7.3.1. Evolução da Receita Global

A receita do Município de Esposende fixou-se no ano de 2021 em 27 456 617,06€ que comparada com os 23 824 260,11€ de 2020, representa um aumento de 15,25%.

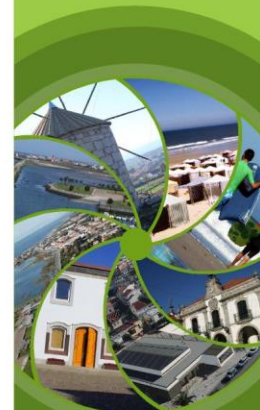


A análise dos principais aspetos caracterizadores da estrutura financeira do Município entre 2018 e 2021 foi efetuada agregando-se as diversas rubricas da receita segundo a sua origem.

- Receitas estruturais – indicam o grau de autonomia da Autarquia face a recursos alheios, refletindo também o dinamismo e a situação económica interna do concelho.

- Receitas extraordinárias – traduzem um tipo de rendimentos limitados no tempo que contribuem para fazer face a despesas de capital. Assim o mapa abaixo reflete a evolução das receitas entre os anos 2018 e 2021.

RUBRICAS DA RECEITA	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS (2018-2021)								Taxa Média Cresc. Anual 2018/21	Variação 2020/2021 valor	Taxa Média Cresc. Anual 20/21
	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%			
RECEITAS ESTRUTURAIIS											
Impostos directos	7 401 179,90	31,9	7 621 402,10	36,8	8 024 799,76	33,7	9 059 652,86	33,0	7,0	1 034 853,10	12,90
Impostos indirectos, taxas e multas	932 702,50	4,0	1 053 056,10	5,1	1 259 739,41	5,3	1 024 811,87	3,7	3,2	- 234 927,54	-18,65
Rendimentos da propriedade	594 426,38	2,6	764 976,90	3,7	751 780,22	3,2	770 649,73	2,8	9,0	18 869,51	2,51
Venda de bens e serviços e Outros	1 587 622,91	6,8	1 594 369,27	7,7	1 613 897,87	6,8	1 782 124,05	6,5	3,9	168 226,18	10,42
Transferências da administração central	7 727 456,09	33,3	8 285 077,79	40,0	9 384 524,80	39,4	9 779 401,89	35,6	8,2	394 877,09	4,21
Total das receitas estruturais	18 243 387,78	78,7	19 318 882,16	93,3	21 034 742,06	88,3	22 416 640,40	81,6	7,1	1 381 898,34	6,57
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS											
Venda de bens de investimento	36 571,15	0,2	20 695,30	0,1	19 754,10	0,1	230 936,75	0,8	84,8	211 182,65	1069,06
Fundos Comunitários e contratos programa	1 407 655,64	6,1	1 355 638,47	6,6	2 769 763,95	11,6	3 049 041,60	11,1	29,4	279 277,65	10,08
Empréstimos bancários	3 495 000,00	15,1	0,00	0,0	0,00	0,0	1 759 998,31	6,4	-20,4	1 759 998,31	
Total das receitas extraordinárias	4 939 226,79	21,3	1 376 333,77	6,7	2 789 518,05	11,7	5 039 976,66	18,4	0,7	2 250 458,61	80,68
RECEITA GLOBAL	23 182 614,57	100,0	20 695 215,93	100,0	23 824 260,11	100,0	27 456 617,06	100,0	5,8	3 632 356,95	15,25



No quadriénio 2018-2021, as receitas estruturais apresentam uma taxa de crescimento médio anual de 5,8%, suportado pelo aumento generalizado das receitas que compõem este agrupamento das receitas, representando 81,6% das receitas totais no ano de 2021.

As receitas extraordinárias representam 18,4% das receitas totais, sendo que se destaca o aumento das receitas com fundos comunitários e empréstimos bancários, relacionado com o grande investimento em despesas de capital no Município de Esposende.



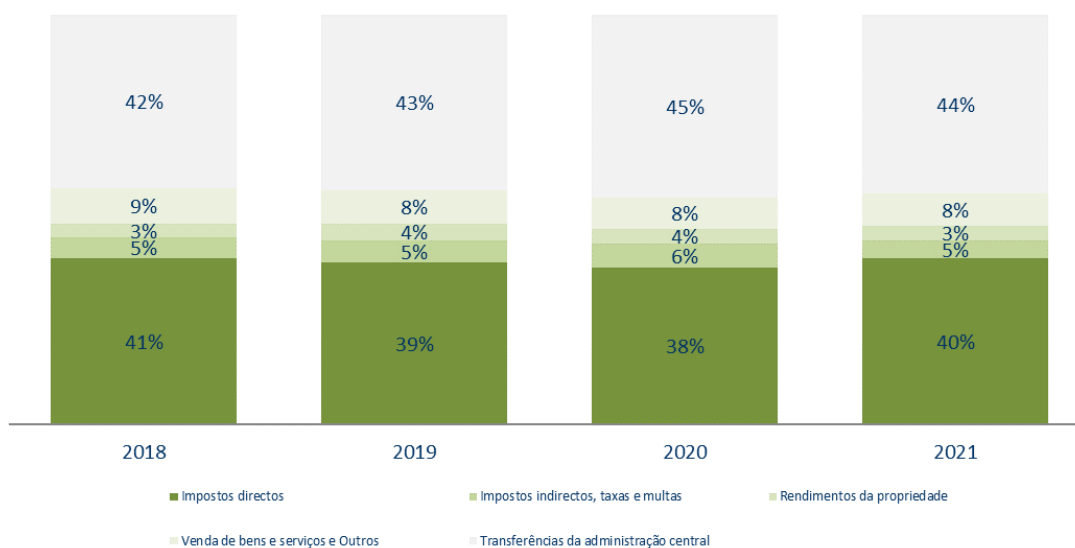
7.3.2. Estrutura das Receitas Estruturais

As receitas estruturais desagregam-se nos seguintes grupos:

- Impostos Diretos
- Impostos Indiretos, Taxas e Multas
- Rendimentos de Propriedade
- Venda de Bens, Serviços e Outros
- Transferências da Administração Central



Peso das Receitas Estruturais



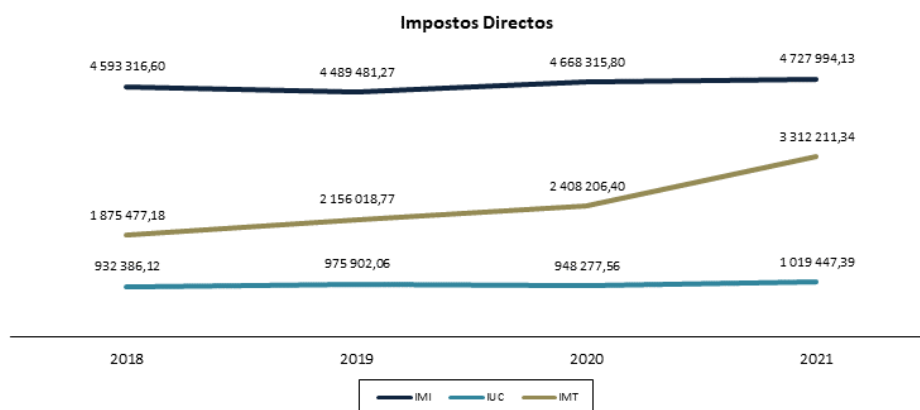
A receita estrutural é o suporte financeiro da execução orçamental e as componentes com maior peso são as Transferências do Orçamento do Estado e os Impostos Directos, os quais representam 84% das receitas deste agrupamento.

7.3.2.1. Impostos Directos

Receita	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	Taxa Média Cresc. Anual 2018/21	Variação 2020/2021 valor	Taxa Média Cresc. Anual 2020/21
Imposto Municipal sobre Imóveis	4 593 316,60	62,1	4 489 481,27	58,9	4 668 315,80	58,2	4 727 994,13	52,2	0,97	59 678,33	1,28
Imposto Único de Circulação	932 386,12	12,6	975 902,06	12,8	948 277,56	11,8	1 019 447,39	11,3	3,02	71 169,83	7,51
Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis	1 875 477,18	25,3	2 156 018,77	28,3	2 408 206,40	30,0	3 312 211,34	36,6	20,87	904 004,94	37,54
Total dos Impostos Directos	7 401 179,90	100,0	7 621 402,10	100,0	8 024 799,76	100,0	9 059 652,86	100,0	6,97	1 034 853,10	12,90

Cerca de 9 milhões de euros (33% da receita total) tiveram a sua origem nos Impostos Directos, nomeadamente na tributação de rendimentos de capital, de propriedade imobiliária (rústica e urbana) e pela posse ou utilização de determinados bens.





O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) continua a ser o imposto com maior nível de cobrança. Nos últimos 4 anos a arrecadação do IMI registou um crescimento médio anual de 1%, tendo, em 2021, registado um aumento de cerca de 60 000€ face a 2020.

O Imposto Único de Circulação (IUC) regista uma taxa de crescimento médio anual de 3,02%, o que representa em 2021 um aumento face a 2020 de 7,5% equivalente a 71 169,83€.

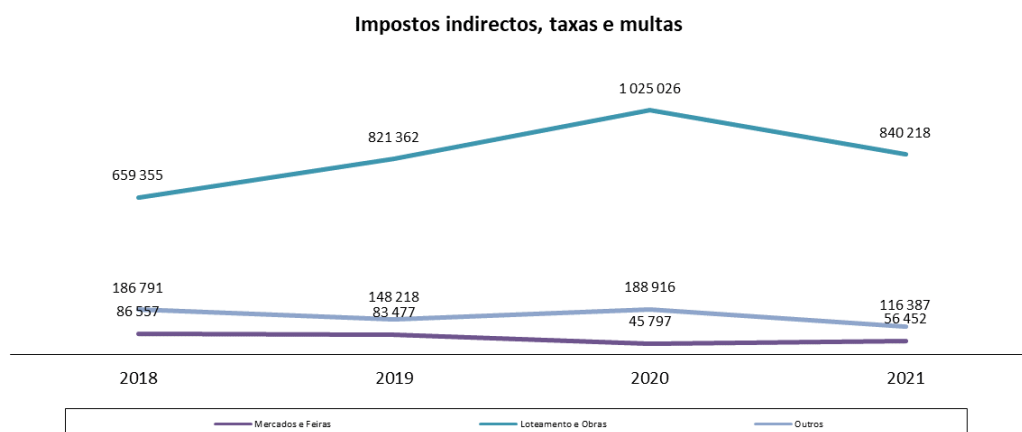
O IMT regista uma taxa média de crescimento de 20,87%, tendo mantido a tendência de crescimento verificada nos anos anteriores, no ano de 2021 face a 2020 esta receita apresenta um acréscimo de 904 004,94€.

7.3.2.2. Impostos indirectos, taxas e multas

Receita	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	Taxa Média Cresc. Anual 2018/21	Variação 2020/2021 valor	Taxa Média Cresc. Anual 2020/21
Mercados e Feiras	86 557,25	9,3	83 476,55	7,9	45 796,52	3,6	56 452,20	5,5	-13,3	10 655,68	23,27
Loteamento e Obras	659 354,61	70,7	821 361,72	78,0	1 025 026,43	81,4	840 217,88	82,0	8,4	- 184 808,55	-18,03
Ocupação de Via Pública	70 961,65	7,6	79 619,69	7,6	69 390,14	5,5	11 754,99	1,1	-45,1	- 57 635,15	-83,06
Publicidade	240,00	0,0	504,00	0,0	192,00	0,0	2 688,00	0,3	123,7	2 496,00	1300,00
Taxa Municipal dos direitos de passagem - Lei das Comunicações Electrónicas	11 579,37	1,2	11 126,95	1,1	12 643,20	1,0	13 131,80	1,3	4,3	488,60	3,86
Taxa de Depósito da ficha técnica de habitação	795,00	0,1	915,00	0,1	2 379,50	0,2	600,00	0,1	-9,0	- 1 779,50	-74,78
Outros	53 368,75	5,7	41 008,39	3,9	39 565,81	3,1	45 094,90	4,4	-5,5	5 529,09	13,97
Multas e outras penalidades	49 845,87	5,3	15 043,80	1,4	64 745,81	5,1	54 872,10	5,4	3,3	- 9 873,71	-15,25
Total dos Impostos Indirectos, Taxas e Multas	932 702,50	100,0	1 053 056,10	100,0	1 259 739,41	100,0	1 024 811,87	100,0	3,2	- 234 927,54	-18,65

Neste grupo de receitas, o Município arrecadou, em 2021, cerca de 1,02 milhões de euros, representando uma taxa média de crescimento no quadriénio de 3,2%. Neste agrupamento de receitas, destacam-se as diminuições ocorridas nas taxas de licenciamento urbanístico e ocupação de via pública relacionadas com o abrandamento económico associado ao SARs COVID 19.



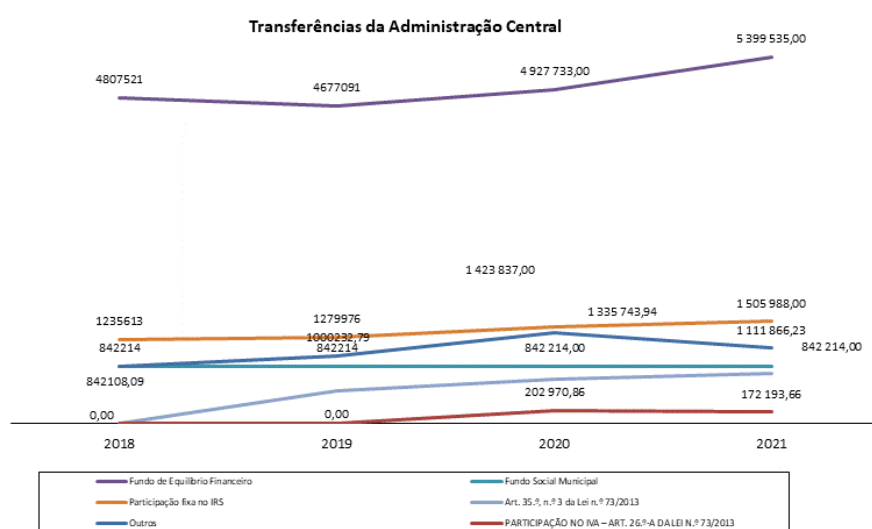


7.3.2.3. Transferências da Administração Central

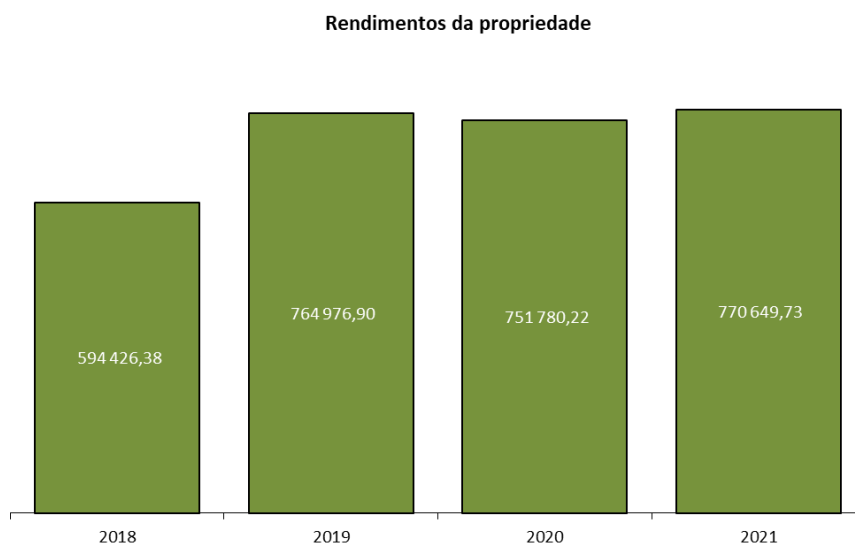
As Transferências do Orçamento de Estado registam uma taxa média de crescimento anual de 8,2%. Estas transferências representam 35,6% da receita global do Município.

Receita	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	Taxa Média Cresc. Anual 2018/21	Varição 2020/2021 valor	Taxa Média Cresc. Anual 2020/21
Fundo de Equilíbrio Financeiro	4 807 521,00	62,2	4 677 091,00	56,5	4 927 733,00	52,5	5 399 535,00	55,2	3,9	471 802,00	9,57
Fundo Social Municipal	842 214,00	10,9	842 214,00	10,2	842 214,00	9,0	842 214,00	8,6	0,0	-	0,0
Participação fixa no IRS	1 235 613,00	16,0	1 279 976,00	15,4	1 423 837,00	15,2	1 505 988,00	15,4	6,8	82 151,00	5,8
Art. 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013			485 564,00	5,9	652 026,00	6,9	747 605,00	7,6		95 579,00	14,7
PARTICIPAÇÃO NO IVA – ART. 26.º-A DA LEI N.º 73/2013					202 970,86	2,2	172 193,66	1,8		- 30 777,20	-15,2
Outros	842 108,09	10,9	1 000 232,79	12,1	1 335 743,94	14,2	1 111 866,23	11,4	9,7	- 223 877,71	-16,8
Transferências da Administração Central	7 727 456,09	100,0	8 285 077,79	100,0	9 384 524,80	100,0	9 779 401,89	100,0	8,2	394 877,09	4,21

A maior variação ocorrida deve-se ao Fundo de Equilíbrio Financeiro.



7.3.2.4. Rendimentos de Propriedade



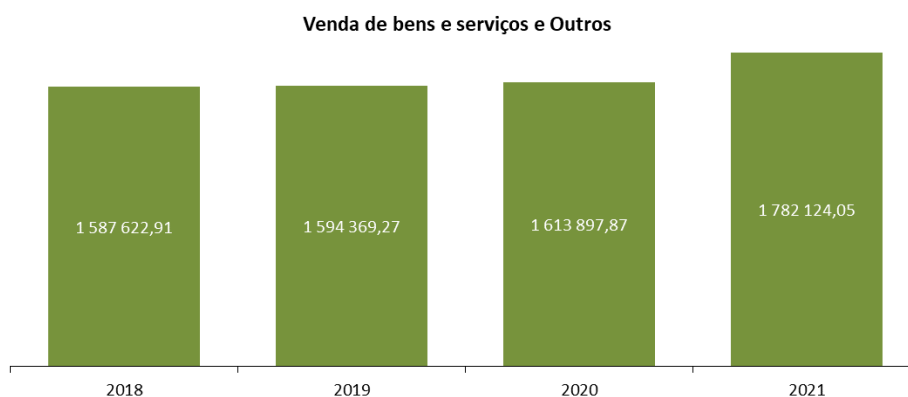
Em 2021, os Rendimentos de Propriedade aumentaram 18 869,51€ face a 2020, por força de receita relacionada com o Fundo de Apoio Municipal.

7.3.2.5. Venda de bens e serviços e outras receitas

Receita	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	Taxa Média Cresc. Anual 2018/21	Varição 2020/2021 valor	Taxa Média Cresc. Anual 2020/21
Venda de bens	6 826,10	0,4	11 284,85	0,7	1 863,95	0,1	1 415,04	0,1	-40,8	448,91	-24,08
Resíduos Sólidos	1 307 124,38	82,3	1 357 121,06	85,1	1 408 078,78	87,2	1 510 637,09	84,8	4,9	102 558,31	7,3
Transportes escolares	90 574,61	5,7	32 452,33	2,0	3 226,68	0,2	3 644,68	0,2	-65,7	418,00	13,0
Outros serviços	60 018,02	3,8	73 851,46	4,6	29 705,16	1,8	34 026,64	1,9	-17,2	4 321,48	14,5
Rendas	31 125,33	2,0	29 671,69	1,9	27 911,48	1,7	29 038,30	1,6	-2,3	1 126,82	4,0
Outras receitas	91 954,47	5,8	89 987,88	5,6	143 111,82	8,9	203 362,30	11,4	30,3	60 250,48	42,1
Total da venda de bens e serviços correntes e outras reci	1 587 622,91	100,0	1 594 369,27	100,0	1 613 897,87	100,0	1 782 124,05	100,0	3,9	168 226,18	10,42

Em 2021, este agrupamento de receitas representa 6,49% da receita total do município, registando uma taxa média de crescimento de 10,42%, destacando-se o aumento ocorrido nos Resíduos Sólidos e nas outras receitas.

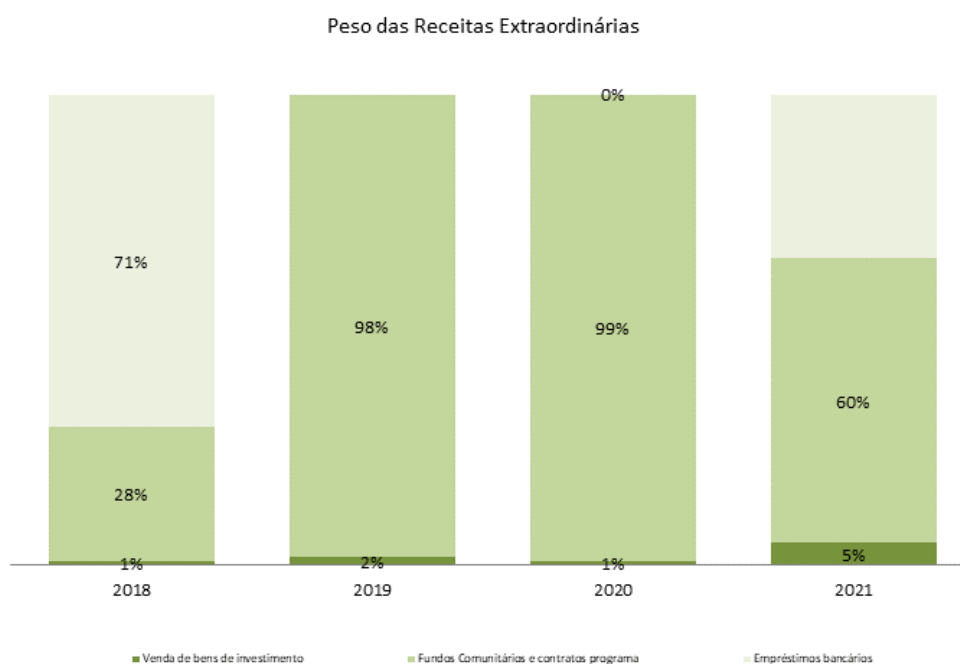




7.3.3. estrutura das Receitas Extraordinárias

As receitas extraordinárias são constituídas pelas seguintes rubricas:

- Venda de Bens de Investimento
- Fundos Comunitários e Contratos Programa
- Empréstimos Bancários



As receitas extraordinárias têm como principal objetivo, financiar o investimento autárquico, revestindo-se de carácter não permanente sendo maioritariamente compostos por meios de financiamento externo. Os Fundos Comunitários são os que apresentam maior peso nesta estrutura de receitas.



7.3.3.1. Venda de Bens de Investimento e arrendamento

Este agrupamento de receitas, em 2021 registou em aumento significativo face a 2020, em resultado da venda de bens relacionados com a Habitação Social.

7.3.3.2. Fundos Comunitários e Contratos Programa

O valor das participações externas para co-financiar, em 2021 registou um aumento de 279 277,65€ por força da execução dos investimentos associados, apresentando um aumento de 10,08% face a 2020.

Este agrupamento de receitas, em 2021, representam 11% desta estrutura de receitas.



7.3.3.3. Empréstimos Bancários

O recurso a Empréstimos Bancários é uma fonte de financiamento complementar, às Receitas Estruturais, Transferências Recebidas e Venda de Bens de Investimento, no financiamento do Investimento Municipal.

Durante o ano de 2021 terminaram 3 empréstimos da Caixa Geral de Depósitos e foi executado o empréstimo relacionado com o Plano de Investimentos de Freguesias – 2ª fase no Crédito Agrícola.

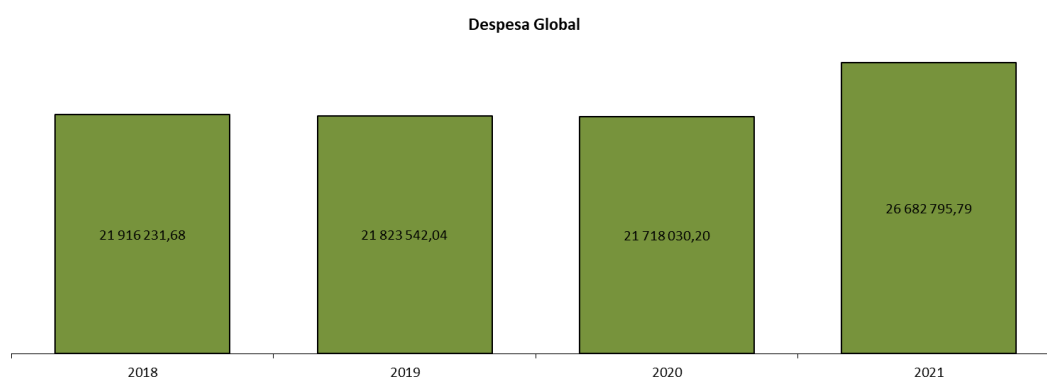
A dívida de Financiamentos aumentou 1 051 166,21€ no ano de 2021.



7.4. Orçamento da Despesa

7.4.1. Evolução da Despesa Global

A despesa global do Município de Esposende totalizou, em 2021, 26 682 795,79€, o que representa um aumento de 22,58% face ao ano anterior.



7.4.2. Evolução das Despesas Estruturais | Despesas de Investimento

A análise da despesa foi efetuada, através da desagregação da despesa global em dois grupos, em função da sua aplicação.

- Despesas estruturais – Reflete os custos com o pessoal, serviço da dívida (amortizações e juros de empréstimos bancários), projetos e ações de natureza corrente constantes no Plano de Atividades Municipais (PAM) e outros encargos de funcionamento do Município.

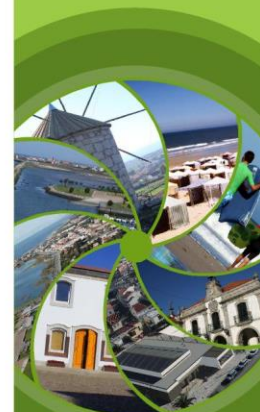
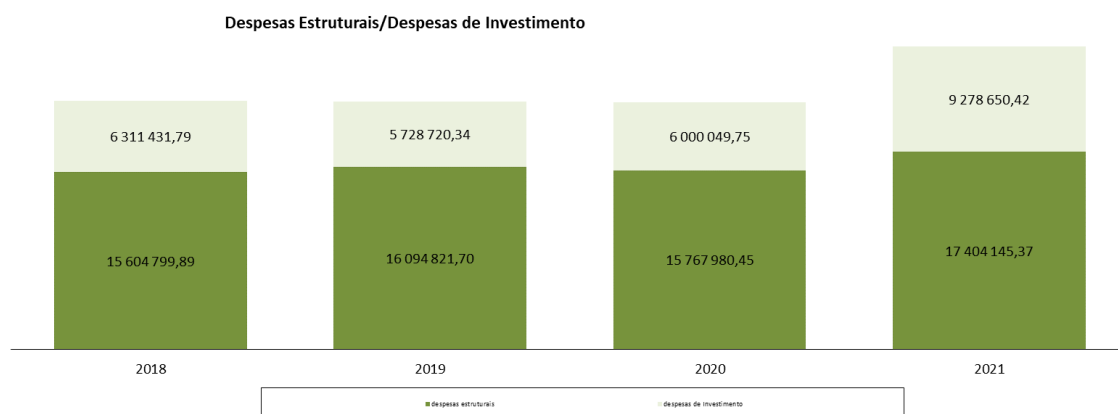
- Despesas de Investimento – São incluídas neste agregado os projetos previstos no PPI, que refletem investimentos diretos da autarquia, as transferências para investimentos de outras administrações (Freguesias, Empresas Municipais, IPSS's e Associações Diversas) incluídas no PAM.



RUBRICAS DA DESPESA	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	Taxa Média Cresc. Anual 2018/21	Varição 2020/2021 valor	Taxa Média Cresc. Anual 2020/2021
DESPESAS ESTRUTURAIS											
Pessoal	5 098 983,68	23,3	5 654 316,49	25,9	5 555 800,43	25,5	6 131 803,37	23,0	6,3	576 002,94	10,37
Serviço da dívida	852 318,80	3,9	1 036 833,10	4,8	794 009,98	3,6	828 167,25	3,1	-1,0	34 157,27	4,30
Plano de Actividades Municipais - Despesas Correntes	9 653 497,41	44,0	9 403 672,11	43,1	9 418 170,04	43,3	10 444 174,75	39,1	2,7	1 026 004,71	10,89
Total das despesas estruturais	15 604 799,89	71,2	16 094 821,70	73,7	15 767 980,45	72,4	17 404 145,37	65,2	3,7	1 636 164,92	10,38
DESPESAS DE INVESTIMENTO											
Plano Plurianual de Investimentos	5 622 146,75	25,7	5 298 218,12	24,3	5 405 619,89	24,8	8 173 470,04	30,6	13,3	2 767 850,15	51,20
Plano de Actividades Municipais - Despesas de Capital	689 285,04	3,1	430 502,22	2,0	594 429,86	2,7	1 105 180,38	4,1	17,0	510 750,52	85,92
Total das despesas de Investimento	6 311 431,79	28,8	5 728 720,34	26,3	6 000 049,75	27,6	9 278 650,42	34,8	13,7	3 278 600,67	54,64
Despesa Global	21 916 231,68	100,0	21 823 542,04	100,0	21 768 030,20	100,0	26 682 795,79	100,0	6,8	4 914 765,59	22,58

As despesas Estruturais registam em 2021, um aumento face a 2020 de 10,38%, apresentando uma taxa média de crescimento de 3,7%.

Nas despesas de Investimento verifica-se um aumento de 54,64% face a 2020, registando uma taxa média de crescimento de 13,7% no quadriénio 2018-2021.

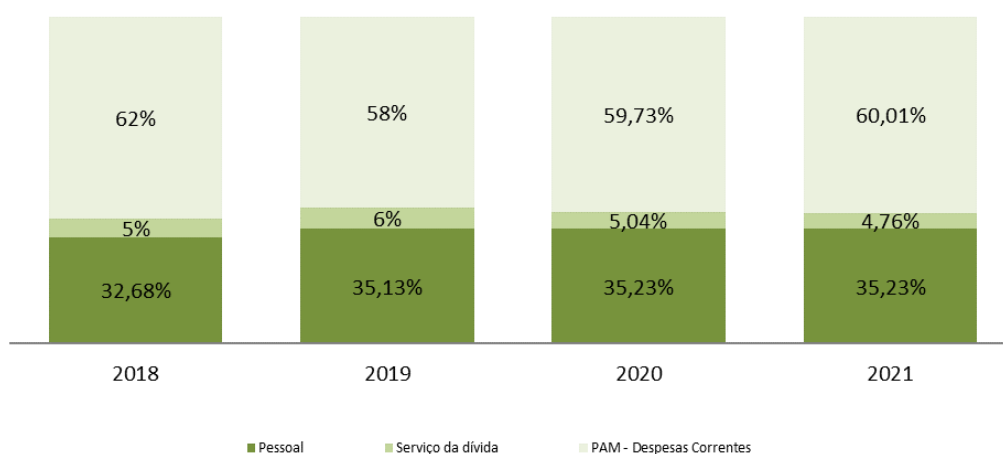


7.4.3. Estrutura das Despesas Estruturais | Atividades

As despesas Estruturais foram analisadas na sua estrutura e variação através da desagregação nos seguintes grupos, conforma a sua natureza

- Pessoal;
- Serviço da dívida;
- Plano de Atividades Municipais – Despesas Correntes;

Peso das Despesas Estruturais



7.4.3.1. Pessoal

Os gastos com pessoal correspondem a 23% da despesa global do Município, mantendo-se em níveis que não representam um constrangimento para a execução dos restantes compromissos da despesa.

Despesa	2018		2019		2020		2021		Taxa Média Cresc. Anual 2018/21	Variação 2020/2021 valor	Taxa Média Cresc. Anual 2020/21
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%			
Remunerações certas	3 945 050,68	77,4	4 271 958,47	75,6	4 352 391,76	78,3	4 632 811,88	75,6	3,3	280 420,12	6,4
Abonos variáveis	133 670,03	2,6	122 757,76	2,2	36 891,90	0,7	113 312,31	1,8	-34,9	76 420,41	207,1
Segurança Social	1 020 262,97	20,0	1 259 600,26	22,3	1 166 516,77	21,0	1 385 679,18	22,6	4,6	219 162,41	18,8
Total	5 098 983,68	100,0	5 654 316,49	100,0	5 555 800,43	100,0	6 131 803,37	100,0	2,9	576 002,94	10,4

As remunerações certas correspondem ao agregado com mais peso nas despesas com pessoal (75,6%), tendo aumentado, em relação a 2020, cerca de 280 420,12€.



Na rubrica Segurança Social, as despesas com maior relevância financeira são as contribuições da autarquia como entidade patronal, para a Caixa Geral de Aposentações e as despesas com a saúde dos funcionários públicos, vulgarmente conhecida como 'ADSE'. Quanto a esta matéria, é de referir, que são as autarquias que suportam, de facto, todos os encargos com a saúde dos seus funcionários e agregados familiares. A ADSE funciona apenas como intermediário com os estabelecimentos de saúde e outros prestadores de cuidados de saúde, no pagamento destas despesas, em 2021 o município suportou uma despesa de 132 760,90€.

O aumento verificado no agregado Segurança Social/CGA resulta, essencialmente, do aumento das participações para os regimes obrigatórios de segurança social, em proporção ao aumento ocorrido nas remunerações.

Do agregado Abonos variáveis fazem parte as despesas com as senhas de presença dos eleitos, o trabalho extraordinário e as ajudas de custo, tendo registado um aumento de 18,8% face a 2020.

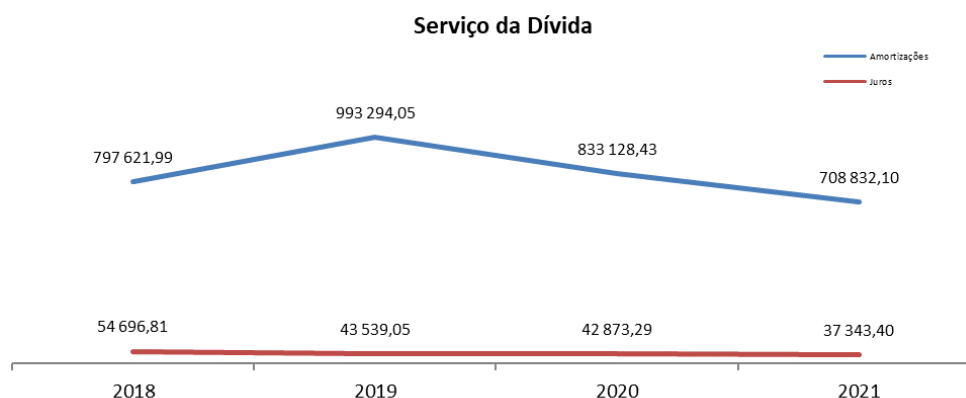


7.4.3.2. Serviço da dívida

O Serviço da dívida é composto pelo pagamento de amortizações e juros, provenientes dos empréstimos obtidos junto de instituições bancárias.

Durante o ano de 2021 terminaram 3 empréstimos da Caixa Geral de Depósitos e foi executado o empréstimo relacionado com o Plano de Investimentos de Freguesias – 2ª fase no Crédito Agrícola em 1 759 998,31€. A diminuição verificada em 2021, face ao ano anterior, resulta do término dos referidos empréstimos, assim com do período de carência do novo.

Serviço da Dívida	2018	2019	2020	2021
Juros	54 696,81	43 539,05	42 873,29	37 343,40
Amortizações	797 621,99	993 294,05	833 128,43	708 832,10
Total	852 318,80	1 036 833,10	876 001,72	746 175,50



7.4.3.3. Plano de Atividades Municipais – Transferências e subsídios Correntes

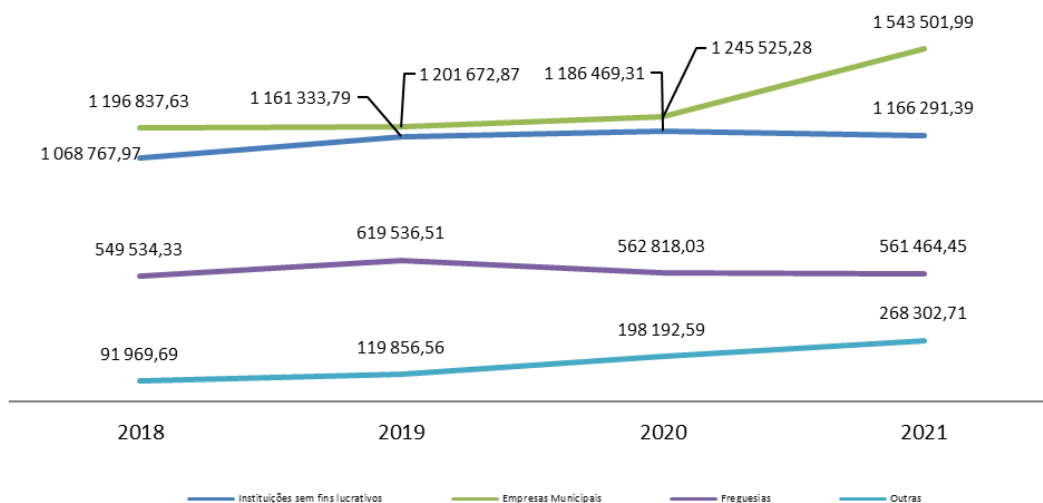
Despesa corrente	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	Taxa Média Cresc. Anual 2018/21	Variação 2020/2021 valor	Taxa Média Cresc. Anual 2020/21	
Instituições sem fins lucrativos	1 068 767,97	36,76	1 161 333,79	37,4	1 186 469,31	37,2	1 166 291,39	33,0	3,0	-	20 177,92	-1,7
Empresas Municipais	1 196 837,63	41,17	1 201 672,87	38,7	1 245 525,28	39,0	1 543 501,99	43,6	8,8	297 976,71	23,9	
Freguesias	549 534,33	18,90	619 536,51	20,0	562 818,03	17,6	561 464,45	15,9	0,7	-	1 353,58	-0,2
Outras	91 969,69	3,16	119 856,56	3,9	198 192,59	6,2	268 302,71	7,6	42,9	70 110,12	35,4	
Total	2 907 109,62	100,0	3 102 399,73	100,0	3 193 005,21	100,0	3 539 560,54	100,0	6,8	346 555,33	10,9	

As transferências e subsídios correntes, em 2021, registam um aumento, em relação ao ano anterior, de 10,9%, apresentando uma taxa média de crescimento no quadriénio de 6,8%.

Os montantes das transferências efetuadas durante o ano de 2021 podem ser consultadas, desagregadas por entidade, finalidade e montante, nos mapas das transferências correntes e subsídios concedidos em anexo a este relatório



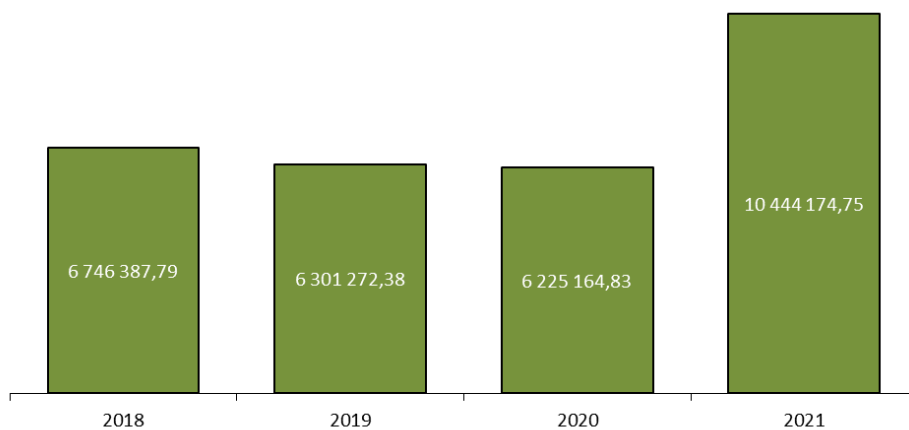
Plano de Atividades - Transferências e subsídios



7.4.3.4. Plano de Atividades - Outras despesas correntes

São incluídas neste agregado, as despesas com a realização de projetos/ações e as aquisições de bens e serviços de índole operacional, nomeadamente: conservações de viaturas e edifícios, combustíveis, seguros, correspondência e comunicações, água, eletricidade e subcontratos e parcerias necessárias ao funcionamento de todas as unidades orgânicas municipais. Em 2021 esta tipologia de despesas regista um aumento de cerca de 10,89% em relação aos valores executados em 2020.

Plano de Atividades - Outras despesas correntes



7.4.4. Estrutura das Despesas de Investimento | Atividades

As despesas de investimento têm a seguinte subdivisão quanto à sua forma de realização:

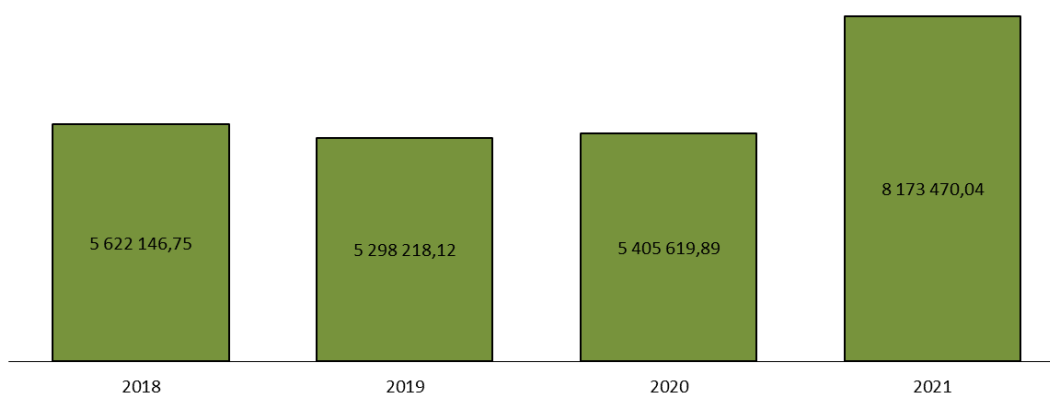
- Plano Plurianual de Investimentos – São incluídos neste documento os projetos que traduzem investimentos diretos da autarquia.

- Plano de Atividades Municipais – Transferências de Capital – reflete o investimento indireto da autarquia, que se traduz em transferências para investimentos de outras administrações (Freguesias, Empresas Municipais, IPSS's e Associações diversas)

7.4.4.1. Plano Plurianual de Investimentos

No ano de 2021 verificou-se um aumento de 51,20% face a 2020, registando uma taxa média de crescimento no quadriénio de 13,3%, mantendo uma excelente taxa de execução.

Plano Plurianual de Investimentos

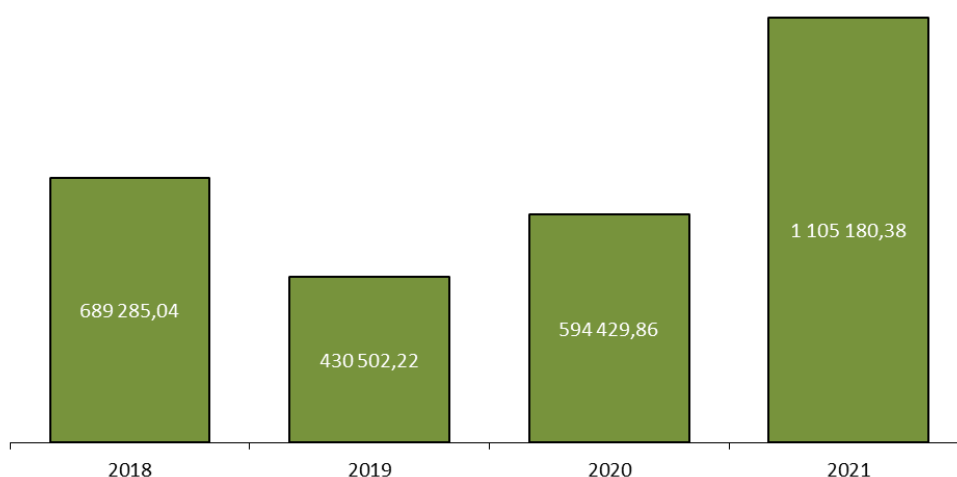


7.4.4.2. Plano de Atividades Municipal – Outras Despesas de Capital

Em 2021 verificou-se um aumento nas outras despesas de capital, relativamente ao ano anterior, de 81,92%, apresentando uma taxa média de crescimento de 17%



Plano de Atividades - Despesas de Capital



As participações municipais no investimento das freguesias aumentaram 315 318,87€ face a 2020.

Conforme tabela infra as restantes participações, as transferências para as instituições sem fins lucrativos (IPSS's e Associações Diversas) que apresentam uma taxa de crescimento no quadriénio de 22,2%, registaram em 2020 um aumento de 60,7% face a 2020.

Despesa Capital	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	Taxa Média Cresc. Anual 2018/21	Varição 2020/2021 valor	Taxa Média Cresc. Anual 2020/21
Instituições sem fins lucrativos	356 485,04	51,7	291 462,46	67,7	404 564,09	74,3	649 995,74	58,8	22,2	245 431,65	60,7
Freguesias	285 466,72	41,4	123 262,10	28,6	139 865,77	25,7	455 184,64	41,2	16,8	315 318,87	225,4
Outras	47 333,28	6,9	15 777,66	3,7	0,00	0,0	0,00	0,0	-100,0	-	-
Total	689 285,04	100,0	430 502,22	100,0	544 429,86	100,0	1 105 180,38	100,0	17,0	560 750,52	103,0

Os montantes das transferências efetuadas durante o ano de 2021 podem ser consultadas, desagregadas por entidade, finalidade e montante, no mapa das transferências de capital em anexo a este relatório.

No mapa de execução do PPI e do PAM, em anexo a este relatório, encontram-se especificados, todos os projetos de investimento do ano de 2021, organizados por objetivos, programas e respetiva fonte de financiamento e forma de realização.



7.4.4.3. Limites Legais

7.4.4.3.1. Limites da Dívida Total (artigo 52º. da Lei 73/2013, de 3 de Setembro).

A dívida total do município de operações orçamentais do município em 31 de dezembro de 2021 apresentava os seguintes montantes:

Limite	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent.Part	Dívida Total 2021				
			Dívida Total	Dívida total excluindo não orçamentais, exceções Lei n.º 73/2013 e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
				01/01/2021			
27 992 057	6 793 349	0	6 793 349	6 793 349	0	19 854 960	3 970 992
				31/12/2021			
	7 522 674	0	7 522 674	7 522 674		20 469 383,36	4 093 877
						Variação da Dívida %	10,74%
						Variação do Excesso da Dívida %	
						Margem Disponível por Utilizar	4 585 415



VIII. Situação Económico-Financeira - Demonstrações Financeiras

O Balanço, a Demonstração de Resultados em conjunto com a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração das Alterações no Património Líquido apresentados, proporcionam uma visão completa sobre a situação financeira, patrimonial, económica e monetária do Município a 31-12-2021, a todas as partes interessadas, que interagem com a autarquia.



8.1. Balanço

ENTIDADE	BALANÇO		ANO 2021	
MUNICÍPIO DE ESPOSENDE				
ATIVO	Notas	EXERCÍCIOS		
		31.12.2021	31.12.2020 reexpresso	
Ativo não corrente:				
Ativos fixos tangíveis	5	78 231 426,52	73 926 794,88	
Propriedades de investimento	8	421 546,77	436 572,75	
Ativos intangíveis	3	120 293,34	128 794,61	
Participações financeiras	18	28 076 875,06	27 847 010,09	
Sub-Total		106 850 141,69	102 339 172,33	
Ativo corrente:				
Inventários	10	101 684,62	143 424,56	
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		8 690,00	16 968,11	
Clientes, contribuintes e utentes	9	108 532,95	99 596,46	
Estado e outros entes públicos		48 985,18	31 288,14	
Outras contas a receber	23.1	2 369 973,71	2 140 770,18	
Diferimentos		248 102,17	242 648,43	
Caixa e depósitos	1	8 821 839,81	7 908 997,77	
Sub-Total		11 707 808,44	10 583 693,65	
Total do Ativo :		118 557 950,13	112 922 865,98	
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO				
Património Líquido:				
Património		46 064 588,99	46 064 588,99	
Reservas		25 563 041,67	25 563 041,67	
Resultados Transitados	2.1.10	-19 298 694,38	-21 054 826,98	
Ajustamentos em ativos financeiros		2 831 262,92	2 820 217,92	
Outras variações no Património Líquido		49 297 516,20	47 515 903,82	
Resultado líquido do período	23.2	2 551 043,10	1 581 816,64	
Sub-Total		107 008 758,50	102 490 742,06	
Total do património líquido :		107 008 758,50	102 490 742,06	
Passivo				
Passivo não corrente:				
Provisões		837 420,00	563 100,00	
Financiamentos obtidos	7	5 708 428,25	4 377 625,25	
Outras contas a pagar		2 279 528,71	2 121 453,62	
Sub-Total		8 825 376,96	7 062 178,87	
Passivo corrente:				
Fornecedores		829 997,18	872 215,49	
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		2 921,02	1 421,02	
Estado e outros entes públicos		180,31	85 450,79	
Financiamentos obtidos	7	429 190,71	708 827,50	
Fornecedores de investimentos		233 579,24	339 772,17	
Outras contas a pagar	23.1	1 218 412,47	1 352 724,34	
Diferimentos		9 533,74	9 533,74	
Outros passivos financeiros				
Sub-Total		2 723 814,67	3 369 945,05	
Total do passivo :		11 549 191,63	10 432 123,92	
Total do património líquido e do passivo :		118 557 950,13	112 922 865,98	



Da comparação do balanço, ressaltam algumas alterações na situação financeira e patrimonial do Município de Esposende, conforme quadro infra:

EVOLUÇÃO DE BALANÇOS							
ATIVO	Balanços						
	31.12.2021		31.12.2020 reexpresso		Variação		Peso na variação Total
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	
Ativo não corrente:							
Ativos fixos tangíveis	78 231 426,52	65,99%	73 926 794,88	65,47%	4 304 631,64	5,50%	76,39%
Propriedades de investimento	421 546,77	0,36%	436 572,75	0,39%	-15 025,98	-3,56%	-0,56%
Ativos intangíveis	120 293,34	0,10%	128 794,61	0,11%	-8 501,27	-7,07%	-0,32%
Participações financeiras	28 076 875,06	23,68%	27 847 010,09	24,66%	229 864,97	0,82%	8,54%
	106 850 141,69	90,12%	102 339 172,33	90,63%	4 510 969,36	4,22%	80,05%
Ativo corrente:							
Inventários	101 684,62	0,09%	143 424,56	0,13%	-41 739,94	-41,05%	-1,55%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsá	8 690,00	0,01%	16 968,11	0,02%	-8 278,11	-95,26%	-0,31%
Clientes, contribuintes e utentes	108 532,95	0,09%	99 596,46	0,09%	8 936,49	8,23%	0,33%
Estado e outros entes públicos	48 985,18	0,04%	31 288,14	0,03%	17 697,04	36,13%	0,66%
Outras contas a receber	2 369 973,71	2,00%	2 140 770,18	1,90%	229 203,53	9,67%	8,51%
Diferimentos	248 102,17	0,21%	242 648,43	0,21%	5 453,74	2,20%	0,20%
Caixa e depósitos	8 821 839,81	7,44%	7 908 997,77	7,00%	912 842,04	10,35%	33,91%
	11 707 808,44	9,88%	10 583 693,65	9,37%	1 124 114,79	9,60%	19,95%
Total do ativo :	118 557 950,13	85,74%	112 922 865,98	81,66%	5 635 084,15	4,75%	100,00%
Património Líquido							
Património	46 064 588,99	44,95%	46 064 588,99	44,95%		0,00%	0,00%
Reservas	25 563 041,67	24,94%	25 563 041,67	24,94%	0,00	0,00%	0,00%
Resultados Transitados	-19 298 694,38	-18,83%	-21 054 826,98	-20,54%	1 756 132,60	-9,10%	101,33%
Ajustamentos em ativos financeiros	2 831 262,92	2,76%	2 820 217,92	2,75%	11 045,00	0,39%	0,64%
Outras variações no Património Líquido	49 297 516,20	48,10%	47 515 903,82	46,36%	1 781 612,38	3,61%	102,80%
Resultado líquido do período	2 551 043,10	2,49%	1 581 816,64	1,54%	969 226,46	37,99%	55,92%
	107 008 758,50	100,00%	102 490 742,06	100,00%	4 518 016,44	4,22%	260,68%
Passivo não corrente:							
Provisões	837 420,00	8,03%	563 100,00	5,40%	274 320,00	32,76%	28,60%
Financiamentos obtidos	5 708 428,25	54,72%	4 377 625,25	41,96%	1 330 803,00	23,31%	138,77%
Outros passivos financeiros	2 279 528,71	21,85%	2 121 453,62	20,34%	158 075,09	6,93%	16,48%
	8 825 376,96	76,42%	7 062 178,87	67,70%	1 763 198,09	19,98%	167,37%
Passivo corrente:							
Fornecedores	829 997,18	7,96%	872 215,49	8,36%	-42 218,31	-5,09%	-4,40%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	2 921,02	0,03%	1 421,02	0,01%	1 500,00	51,35%	0,16%
Estado e outros entes públicos	180,31	0,00%	85 450,79	0,82%	-85 270,48	-47291,04%	-8,89%
Financiamentos obtidos	429 190,71	4,11%	708 827,50	6,79%	-279 636,79	-65,15%	-29,16%
Fornecedores de investimentos	233 579,24	2,24%	339 772,17	3,26%	-106 192,93	-45,46%	-11,07%
Outras contas a pagar	1 218 412,47	11,68%	1 352 724,34	12,97%	-134 311,87	-11,02%	-14,01%
Diferimentos	9 533,74	0,09%	9 533,74	0,09%	0,00	0,00%	0,00%
	2 723 814,67	23,58%	3 369 945,05	32,30%	-646 130,38	-23,72%	-67,37%
Total do passivo :	11 549 191,63	100,00%	10 432 123,92	100,00%	1 117 067,71	9,67%	100,00%
Total dos fundos próprios e do passivo :	118 557 950,13		112 922 865,98		5 635 084,15		

Estrutura do Balanço

A estrutura do balanço evidencia que o ativo não corrente, representa 90% do total do Ativo, do qual 73,6% está relacionado com bens móveis e imóveis sendo maioritariamente constituído por bens de domínio público.

No ativo corrente, que representa cerca de 10% do Ativo, destaca-se o montante em disponibilidades, no valor de 8 821 839,81€.

O Património Líquido é constituído, maioritariamente, pelo património (43%), pelas Outras variações no património líquido relacionadas com os subsídios ao investimento (46%) e reservas (24%).



Em relação aos subsídios recebidos pelo Município para comparticipação em investimentos nos ativos fixos tangíveis, os mesmos, são reconhecidos em rendimento na demonstração de resultados, na proporção do subsídio atribuído sobre as depreciações do período a que dizem respeito.

O Passivo do Município de Esposende é maioritariamente não corrente, não fazendo, deste modo, pressão imediata sobre a tesouraria, assumindo também um peso reduzido quando comparado com o valor dos Fundos Próprios. É de salientar, que está refletido no Passivo, tal como em disponibilidades, 1.168.792,77€ de cauções retidas a terceiros e retenções para terceiros.

A aplicação do princípio da especialização, de acordo com o estipulado no SNC-AP, implica o registo contabilístico de todos os gastos e rendimentos referentes ao exercício, mesmo que sejam suportados/recebidos em diferentes exercícios económicos, respeitando assim o pressuposto do acréscimo (ou da periodização económica).

8.2. - Demonstração dos Resultados

Da comparação das demonstrações dos resultados, ressaltam algumas alterações na situação económica do Município de Esposende, conforme quadro infra:

ENTIDADE MUNICÍPIO DE ESPOSENDE	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		ANO 2021	
			Exercícios	
	Descrição	Notas	2021	2020
Rendimentos e Gastos				
Impostos, contribuições e taxas	13	10 024 622,45	9 475 890,64	
Vendas	13	1 320,02	1 739,95	
Prestações de serviços e concessões	4/13	1 557 893,36	1 530 694,55	
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	8 833 312,66	8 164 880,70	
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		-49 702,71	-204 373,83	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-342 513,67	-434 085,82	
Fornecimentos e serviços externos		-7 082 718,34	-5 950 805,94	
Gastos com pessoal	19	-5 625 299,85	-5 376 545,47	
Transferências e subsídios concedidos		-4 310 520,95	-3 789 374,82	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		548,54		
Provisões (aumentos/reduções)		-274 320,00	-4 390,00	
Outros rendimentos e ganhos		3 947 304,47	1 752 941,29	
Outros gastos e perdas		-623 752,77	-290 137,58	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6 054 173,21	4 876 433,67	
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	3.5.8	-3 481 817,89	-3 250 672,85	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2 572 355,32	1 625 760,82	
Juros e rendimentos similares obtidos		20 627,69	3 264,59	
Juros e gastos similares suportados		-41 939,91	-47 208,77	
Resultado antes de impostos		2 551 043,10	1 581 816,64	
Impostos sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período	23.2	2 551 043,10	1 581 816,64	

Os rendimentos aumentaram cerca de 3 454 217,47€ dos quais se realça a rubrica de Outros Rendimentos e ganhos e Transferências e subsídios correntes obtidos.

Os fornecimentos e serviços externos (32%), os gastos com pessoal (26%) e as transferências e subsídios correntes concedidos (20%) são os que detêm um maior peso sobre a estrutura global dos gastos.

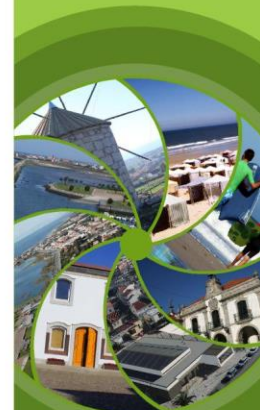
Os gastos aumentaram 13% face ao período homólogo essencialmente por força Dos Fornecimentos e Serviços Externos e Transferências e Subsídios Concedidos.



8.3. – Demonstração dos Fluxos de Caixa

DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (S/ REFERÊNCIAÇÃO DE CONTAS)

PERÍODO		ANO	
2021/01/01 - 2021/12/31		2021	
<i>C/ VISUALIZAÇÃO DE ACUMULADOS</i>			
<i>S/ VISUALIZAÇÃO DE CONTAS SEM MOVIMENTO</i>			
Rubricas	Notas	Datas	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 549 723,45 €	1 442 824,57 €
Recebimentos de contribuintes		9 521 658,26 €	8 721 818,07 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		8 580 206,91 €	8 127 343,25 €
Recebimentos de utentes		564 721,28 €	563 592,33 €
Pagamentos a fornecedores		-6 910 115,08 €	-5 963 861,28 €
Pagamentos ao pessoal		-5 722 791,23 €	-5 578 222,27 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-3 539 041,24 €	-3 193 005,21 €
Caixa gerada pelas operações		4 044 362,35 €	4 120 489,46 €
Outros recebimentos/pagamentos		-5 775 610,71 €	190 650,71 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-1 731 248,36 €	4 311 140,17 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-1 290 368,98 €	-5 286 165,12 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		211 980,17 €	
Recebimentos - Propriedades de Investimento		796 789,47 €	792 882,23 €
Recebimentos - Transferências de capital		3 933 507,56 €	4 075 652,93 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		3 651 908,22 €	-417 629,96 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Outras operações de financiamento		20 627,69 €	5 322,92 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-790 823,85 €	-751 136,69 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-41 939,91 €	-42 873,29 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-812 136,07 €	-788 687,06 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		1 108 523,79 €	3 104 823,15 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do pe		7 908 997,77 €	4 804 174,62 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		8 821 839,81 €	7 908 997,77 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		7 908 997,77 €	4 804 174,62 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		7 908 997,77 €	4 804 174,62 €
SGA De execução orçamental		5 766 163,43 €	3 709 933,52 €
SGA De operações de tesouraria		2 142 834,34 €	1 094 241,10 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	1.2.D	8 821 839,81 €	7 908 997,77 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		8 821 839,81 €	7 908 997,77 €
SGS De execução orçamental		6 539 984,70 €	5 766 163,43 €
SGS De operações de tesouraria		2 281 855,11 €	2 142 834,34 €



8.4. – Demonstração das Alterações no Património Líquido

DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

(Município de Esposende)

Período	(Periodicidade Mensal / Período Mensal Após Apuramento dos Resultados)	Ano
01/01/2021		2021
31/12/2021	Visualizar Contas s/ Mov. <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Acumulados	

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla							Total do património líquido
		Capital / Património	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos	Outras vars. no património	Resultado líquido do	TOTAL	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO REEXPRESSO	2.1.10	46 064 588,99 €	25 563 041,67 €	-21 054 826,98 €	2 820 217,92 €	47 515 903,82 €	1 581 816,64 €	105 695 997,10 €	105 695 997,10 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)				1 755 182,60 €	11 045,00 €	1 781 612,38 €	-1 581 816,64 €	1 966 023,34 €	1 966 023,34 €
Transferências e subsídios de capital						3 636 320,88 €		3 636 320,88 €	3 636 320,88 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido				1 755 182,60 €	11 045,00 €	-1 854 708,50 €	-1 581 816,64 €	-1 670 297,54 €	-1 670 297,54 €
Correção de erros materiais									
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)							2 551 043,10 €	2 551 043,10 €	2 551 043,10 €
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)							969 226,46 €	4 517 066,44 €	4 517 066,44 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)				-3 204 305,04 €				-3 204 305,04 €	-3 204 305,04 €
Subscrições de capital/património									
Entradas para cobertura de perdas									
Outras operações				-3 204 305,04 €				-3 204 305,04 €	-3 204 305,04 €
Subscrições de prémios de emissão									
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		46 064 588,99 €	25 563 041,67 €	-19 298 694,38 €	2 831 262,92 €	49 297 516,20 €	2 551 043,10 €	107 008 758,50 €	107 008 758,50 €



8.5. Indicadores económicos financeiros

		2021		2020		VARIAÇÃO 2021/2020	
SUSTENTABILIDADE A MÉDIO E LONGO PRAZOS	Solvabilidade	Património Líquido	107 008 759	102 490 742			
		Passivo	11 549 192	10 432 124			
	Autonomia Financeira	Património Líquido	107 008 759	102 490 742	926,55%	982,45%	55,91
		Ativo Líquido	118 557 950	116 128 121			
EQUILÍBRIO DE CURTO PRAZO	Liquidez Geral	Ativo Corrente	11 707 808	10 583 694	429,83%	314,06%	-115,77
		Passivo Corrente	2 723 815	3 369 945			
	Liquidez Imediata	Disponibilidades	8 821 840	7 908 998	323,88%	234,69%	-89,19
		Passivo Corrente	2 723 815	3 369 945			
ENDIVIDAMENTO	Endividamento	Passivo	11 549 192	10 432 124	9,74%	8,98%	-0,76
		Ativo Líquido	118 557 950	116 128 121			
	Endividamento de MLP	Dívidas Não Correntes	7 987 957	6 499 079	6,74%	5,60%	-1,14
		Ativo Líquido	118 557 950	116 128 121			
	Endividamento de CP	Dívidas Correntes	2 714 281	3 360 411	2,29%	2,89%	0,60
		Ativo Líquido	118 557 950	116 128 121			

Conforme se contata no quadro supra, o Município de Esposende apresenta um rácio de autonomia financeira elevado o que revela a independência do mesmo face a capitais alheios.

O rácio de liquidez gral aumentou face ao período de 2020, o que demonstra o equilíbrio entre recursos e obrigações correntes, e que se traduz na capacidade do Município satisfazer os seus compromissos correntes.



8.6. - Anexo às demonstrações financeiras

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1. Identificação da entidade, período de relato

A informação relativa à entidade, encontra-se no Ponto I do Relatório de Gestão.

As demonstrações financeiras referem-se à entidade em termos individuais, do período de 2021, sendo todos os valores expressos em euros.

1.2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade, exceto quanto aos requisitos das NCP 6/11/12 e 16 que não foram aplicados porque não se adequam à realidade do Município de Esposende. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as bases para a apresentação de demonstrações financeiras, os modelos de demonstrações financeiras, o código de contas e as normas contabilísticas e de relato financeiro, e as normas interpretativas.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, mantendo uma apresentação apropriada mediante a aplicação e conformidade com o normativo aplicável, incluindo as políticas contabilísticas, para que seja proporcionada informação relevante, fiável, comparável e compreensível, e proporcionando divulgações adicionais sempre que as disposições contidas nas NCP possam ser insuficientes para permitir a sua compreensão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil e de acordo com o regime do acréscimo.

B. DERROGAÇÕES DAS DISPOSIÇÕES DO SNC-AP



Durante o ano de 2021 não ocorreram derrogações das disposições do SNC-AP que produzissem efeitos nas demonstrações financeiras, pelo que a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade encontra-se assegurada.

C. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior, apresentados como comparativos nas presentes demonstrações financeiras.

D. DESAGREGAÇÃO DE CAIXA E DEPÓSITOS

Os depósitos bancários contêm valores em Euros para os quais o risco de alteração de valor não é significativo. Todos os montantes incluídos nestas rubricas são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

Conta	Descrição	Períodos	
		31.12.2021	31.12.2020
11	Caixa	1 640,17	2 951,05
12	Depósitos à ordem	7 651 406,87	6 858 595,45
13	Outros depósitos	1 168 792,77	1 047 451,27
		8 821 839,81	7 908 997,77

Os outros depósitos estão relacionados com depósitos de garantias e cauções.

Para as mesmas datas, os valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, apresentam-se conforme segue:

Designação	31.12.2021	31.12.2020
Execução orçamental	6 539 984,70	5 766 163,43
Operações de tesouraria	2 281 855,11	2 142 834,34
	8 821 839,81	7 908 997,77

NOTA 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade e tomando por base o custo histórico.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o exercício de reporte.

Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Órgão executivo foram efetuadas com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso. O Órgão executivo do Município de Esposende entende que as demonstrações financeiras anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira.

Tendo por base o disposto nas NCP as políticas contabilísticas adotadas pela entidade foram as seguintes:

2.1.1. Pressuposto da continuidade

Com base na informação disponível e a expectativas futuras, o Município, continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

2.1.2. Pressuposto do acréscimo (ou da periodização económica)

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de outras contas a pagar e a receber e nas rubricas de diferimentos.

2.1.3. Consistência da apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras são consistentes ao longo dos períodos.

2.1.4. Materialidade e agregação



A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, avaliados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se poderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas pelos utilizadores das demonstrações financeiras.

Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na fase das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

2.1.5. Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida.

2.1.6. Informação comparativa

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pela entidade no exercício de 2021 foram consistentes com os aplicados pela entidade na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior.

2.1.7. Classificação de Balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

2.1.8. Principais estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras previsionais, o Órgão executivo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que concerne ao impacto nos gastos e rendimentos reais.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto na NCP 2.



As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 incluem análises de imparidade, remunerações a liquidar, ajustamentos aos valores do ativo e provisões.

2.1.9. Acontecimentos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados no presente Anexo às demonstrações financeiras.

2.1.10. Alterações de políticas, estimativas e erros

No período foram registados erros - relacionados com o reconhecimento de abates de diversos bens - considerados materiais, relativos aos períodos de 2000 a 2013 (exceto 2012). Consequentemente, em conformidade com a NCP 2, foi efetuado o registo através da reexpressão da informação financeira anteriormente divulgada, apresentada para efeitos comparativos, relativa ao exercício de 2020. Assim, os resultados transitados de 2020 foram diminuídos em €3.205.255,04 com efeitos a 01 de janeiro de 2020. A reexpressão efetuada teve os seguintes impactos:

Rubrica	31/12/2020 divulgado	Efeito da reexpressão	31/12/2020 reexpresso
Ativos fixos tangíveis	77 014 768,28	-3 087 973,40	73 926 794,88
Propriedades de Investimento	553 854,39	-117 281,64	436 572,75
Total do Ativo	116 128 121,02	-3 205 255,04	112 922 865,98
Resultados transitados	-17 849 571,94	-3 205 255,04	-21 054 826,98
Total do património líquido	105 695 997,10		102 490 742,06

NOTA 3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCP 3, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

3.1. Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Rubrica	31.12.2021			31.12.2020		
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada
Projetos de desenvolvimento	319 580,83	234 353,12	85 227,71	319 580,83	218 374,04	101 206,79
Programas de computador e sistemas de informação	152 614,58	117 548,95	35 065,63	53 848,07	26 260,25	27 587,82
total	472 195,41	351 902,07	120 293,34	373 428,90	244 634,29	128 794,61

3.2. Ativos intangíveis - quantia escriturada e variações do período

Rubrica	Início do período	Variações		Quantia escriturada final
		Adições	Amortizações do período	
Projetos de desenvolvimento	101 206,79		-15 979,08	85 227,71
Programas de computador e sistemas de informação	27 587,82	98 766,51	-91 288,70	35 065,63
total	128 794,61	98 766,51	-107 267,78	120 293,34

3.2.A. Ativos intangíveis – adições

Rubrica	Adições		
	Compra	Reclassificações	Total
Projetos de desenvolvimento			
Programas de computador e sistemas de informação	98 766,51		98 766,51
total	98 766,51	0,00	98 766,51

NOTA 4. ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

Existe um acordo de exploração de concessão de distribuição de eletricidade com a entidade EDP Distribuição - Energia, S.A..

NOTA 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo, sendo de registar que o gasto de depreciação dos ativos iniciou quando estes ficaram disponíveis para uso e cessa quando os ativos



são desconhecidos. Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCP, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor. Os ativos tangíveis adquiridos numa transação sem contraprestação (não inclui imóveis) foram mensurados ao valor de mercado.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem, de acordo com o CC2 que constitui anexo ao SNC-AP.

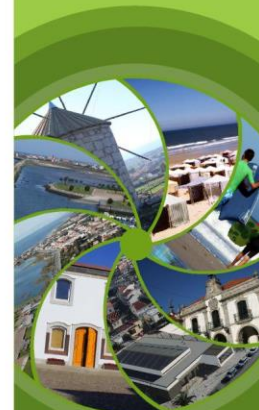
As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

5.1. Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Rubrica	31.12.2021			31.12.2020		
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada
'Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	60 043 069,07	37 267 495,97	22 775 573,10	59 109 135,83	37 445 306,76	21 663 829,07
Terrenos e recursos naturais	13 722 262,63		13 722 262,63	16 319 412,12		16 319 412,12
Edifícios e outras construções	35 194 980,32	12 970 792,54	22 224 187,78	35 192 679,20	10 026 428,96	25 166 250,24
Equipamento básico	6 391 174,73	5 657 753,30	733 421,43	6 266 147,02	5 475 149,25	790 997,77
Equipamento de transporte	1 372 210,58	1 119 489,43	252 721,15	1 519 204,79	1 234 776,71	284 428,08
Equipamento administrativo	3 730 370,75	3 447 609,91	282 760,84	3 533 931,82	3 319 997,86	213 933,96
Outros ativos fixos tangíveis	1 547 271,55	1 358 081,81	189 189,74	1 522 017,31	1 307 820,84	214 196,47
'Investimentos em Curso	18 051 309,85		18 051 309,85	12 361 720,57		12 361 720,57
total	140 052 649,48	61 821 222,96	78 231 426,52	135 824 248,66	58 809 480,38	77 014 768,28

5.2. Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período



Rubrica	Início do período	Variações			Quantia escriturada final
		Adições	Diminuições	Depreciações do período	
'Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	21 663 829,07	950 726,13	2 399 768,81	-2 238 508,47	22 775 815,54
Terrenos e recursos naturais	16 319 412,12	557 210,90	-3 154 360,39		13 722 262,63
Edifícios e outras construções	25 166 250,24	591 293,83	-2 819 674,36	-714 837,03	22 223 032,68
Equipamento básico	790 997,77	125 027,71		-181 669,85	734 355,63
Equipamento de transporte	284 428,08	15 350,01	-442,72	-46 614,22	252 721,15
Equipamento administrativo	213 933,96	196 438,93		-127 633,59	282 739,30
Outros ativos fixos tangíveis	214 196,47	25 254,24		-50 260,97	189 189,74
'Investimentos em Curso	12 361 720,57	7 124 461,48	-1 434 872,20		18 051 309,85
total	77 014 768,28	9 585 763,23	-5 009 580,86	-3 359 524,13	78 231 426,52

5.2A. Ativos fixos tangíveis – adições

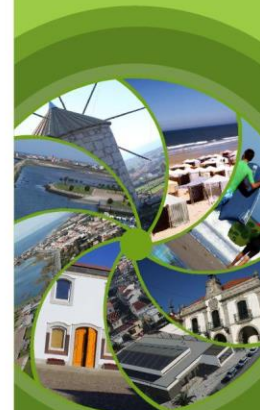
Rubrica	Adições		Total
	Compra	Reclassificações	
'Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	950 726,13		950 726,13
Terrenos e recursos naturais	557 210,90		557 210,90
Edifícios e outras construções	591 293,83		591 293,83
Equipamento básico	125 027,71		125 027,71
Equipamento de transporte	15 350,01		15 350,01
Equipamento administrativo	196 438,93		196 438,93
Outros ativos fixos tangíveis	25 254,24		25 254,24
'Investimentos em Curso	7 124 461,48		7 124 461,48
total	9 585 763,23	0,00	9 585 763,23

5.2B. Ativos fixos tangíveis – diminuições

Rubrica	Diminuições				Total
	Alienações	Reclassificações	Abates	Regularizações	
'Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	45 564,21			-10 730,45	34 833,76
Terrenos e recursos naturais	-242 750,00	-1 995,00	-30 778,00	-2 751 157,89	-3 026 680,89
Edifícios e outras construções	-218 533,75			-363 885,06	-582 418,81
Equipamento básico					
Equipamento de transporte			-134 910,34	134 467,62	-442,72
Equipamento administrativo					
Outros ativos fixos tangíveis					
'Investimentos em Curso		-1 434 872,20			-1 434 872,20
total	-415 719,54	-1 436 867,20	-165 688,34	-2 991 305,78	-5 009 580,86

NOTA 7. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Informação no mapa dos empréstimos em anexo.



NOTA 8 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De acordo com a NCP1, teria que ser divulgado o justo valor das propriedades de investimento. Até ao final da elaboração das demonstrações financeiras, não foi possível apurar com fiabilidade o respetivo justo valor.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

8.1. Propriedades de investimento – Modelo do justo valor

Rubrica	31.12.2021			31.12.2020		
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada
Terrenos e recursos naturais	32 920,66		32 920,66	32 920,66		32 920,66
Edifícios e outras construções	751 302,77	362 676,66	388 626,11	751 302,77	230 369,04	520 933,73
total	784 223,43	362 676,66	421 546,77	784 223,43	230 369,04	553 854,39

8.2. Propriedades de investimento – Modelo do justo valor – quantia escriturada e variações do período

Rubrica	Início do período	Variações			Quantia escriturada final
		Adições	Diminuições	Depreciações do período	
Terrenos e recursos naturais	32 920,66				32 920,66
Edifícios e outras construções	520 933,73		-117 281,64	-15 025,98	388 626,11
total	553 854,39	0,00	-117 281,64	-15 025,98	421 546,77

NOTA 9. IMPARIDADE DE ATIVOS

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Reforços	Reversões	Quantia escriturada inicial
Imparidades de clientes, contribuintes e utentes	134 651,56		548,54	134 103,02
total	134 651,56	0,00	548,54	134 103,02

A reversão do período ocorreu por força do recebimento.

NOTA 10. INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários de vender. Os inventários adquiridos através de uma transação sem contraprestação, são mensurados pelo justo valor à data de aquisição. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

O método de custeio utilizado foi o custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

10.1. Inventários

Rubrica	31.12.2021			31.12.2020		
	Quantia Bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia Bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	53 218,79		53 218,79	53 686,69		53 686,69
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	48 465,83		48 465,83	89 737,87		89 737,87
total	101 684,62	0,00	101 684,62	143 424,56	0,00	143 424,56

10.2. Inventários: Movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período			Quantia escriturada final
		compras liquidas	Consumos/gastos	Outras reduções	
Mercadorias	53 686,69		-467,90		53 218,79
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	89 737,87	300 773,73	-342 045,77		48 465,83
total	143 424,56	300 773,73	-342 513,67	0,00	101 684,62



NOTA 13. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

O rendimento é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. A quantia de rendimento proveniente de uma transação é geralmente determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utilizador do ativo ou serviço e é mensurada pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber tendo em conta as quantias de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Na maior parte dos casos, a retribuição é feita sob forma de caixa ou de equivalentes de caixa e a quantia do rendimento é a quantia de caixa ou de equivalentes de caixa recebida ou a receber.

O rédito compreende os rendimentos associados a vendas e a serviços prestados. O rédito é reconhecido nas vendas aquando da passagem para o comprador dos riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos e nos serviços prestados é reconhecido na demonstração dos resultados quando prestados, tendo em conta a proporção entre os serviços prestados no período e os serviços totais contratados.

Caso se verifiquem situações em que os serviços faturados são superiores aos serviços prestados, a diferença é registada na rubrica de rendimentos a reconhecer, sendo registados na demonstração dos resultados à medida que os mesmos são prestados e os respetivos gastos, associados a essa prestação, são incorridos.

Foram considerados rendimentos com contraprestação oriundos das vendas e prestações de serviços:

Rubrica	31.12.2021				31.12.2020			
	Rendimento do período		Quantias por receber		Rendimento do período		Quantias por receber	
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período
Taxas, multas e outras penalidades	560 865,97		17 715,95	10 988,85	565 427,72		23 780,16	17 715,95
Mercados e feiras	49 219,01		15 904,97	8 302,88	47 165,85		20 637,83	15 904,97
Loteamentos e obras	419 018,49		215,00	393,37	426 971,97			215,00
Licença sobre o ruído	31,50				15,00			
Taxa de Depósito da Ficha Técnica de Habitação (TDFTH)	210,00				219,50			
Taxa pela Emissão do Certificado de Registo	657,47				428,07			
Outras	34 353,18		1 595,98	2 292,60	25 921,27		3 142,29	1 595,98
Multas e outras penalidades	57 376,32				64 706,06		0,04	
Vendas	1 320,02		40,00	40,00	1 739,95		40,00	40,00
Mercadorias, Bens e outros	687,11		40,00	40,00	994,98		40,00	40,00
Livraria, papelaria e artigos institucionais para venda	85,71				58,97			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	547,20				686,00			
Prestação de Serviços	1 557 893,36		78 266,73	87 403,93	1 530 694,55		88 353,85	78 266,73
Resíduos Sólidos	1 520 152,12		39 209,35	45 818,50	1 504 047,83		46 920,35	39 209,35
Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias	5 224,42		1 960,30	3 239,59	4 370,51		5 016,42	1 960,30
Serviços Desporto	1 105,00				7 079,00			
Outros	3 424,01		37 097,08	38 345,84	2 931,19		36 417,08	37 097,08
Vistorias e ensaios	10 426,00				8 930,00			
Aluguer de Espaços	17 561,81				3 336,02			
Alienações	348 573,28		3 044,57	4 098,95	1 920,00		2 672,75	3 044,57
Alienações de Ativos Fixos Tangíveis	348 573,28		3 044,57	4 098,95	1 920,00		2 672,75	3 044,57
Rendas em propriedades de investimento	813 655,38		15 233,27	19 766,24	776 397,12		17 881,04	15 233,27
Rendas Terrenos Concessionário Energia Elétrica (EDP)	740 869,48				740 557,27			
Outros	4 300,00		15 233,27	5 123,63	3 000,00		17 881,04	15 233,27
Edifícios e outras construções	68 485,90			14 642,61	32 839,85			
Outros rendimentos e ganhos	35 216,83				187 408,85		454,97	
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	20 627,69				3 264,59			
total	3 338 152,53	0,00	114 300,52	122 297,97	3 066 852,78	0,00	133 182,77	114 300,52

NOTA 14. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. Assim, satisfeita uma obrigação presente reconhecida como um passivo com respeito a um influxo de recursos proveniente de uma transação sem contraprestação, é reduzida a quantia escriturada do passivo reconhecido e reconhecer uma quantia de rendimento igual a essa redução.

O reconhecimento de um aumento no ativo em consequência de uma transação sem contraprestação, reconhece o respetivo rendimento. Se tiver sido reconhecido um passivo relativamente ao influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação, quando o passivo for subsequentemente reduzido o rendimento é reconhecido, porque ocorre o acontecimento tributável ou é satisfeita a condição. Se um influxo de recursos satisfizer a definição de contribuições dos proprietários, não é reconhecido como um passivo nem como um rendimento.



O momento do reconhecimento do rendimento é determinado pela natureza das condições e respetivo cumprimento.

Rubrica	31.12.2021				31.12.2020			
	Rendimento do período		Quantias por receber		Rendimento do período		Quantias por receber	
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período
Impostos diretos	5 746 623,77	0,00	0,00	0,00	5 613 955,66	0,00	0,00	0,00
Imposto municipal sobre imóveis	4 728 582,16				4 658 881,77			
Imposto único de circulação	1 016 951,29				955 073,89			
Outros	1 090,32			22,11				
Impostos indiretos	3 717 132,71	0,00	91 503,69	91 444,41	3 296 507,26	0,00	91 492,58	91 503,69
Impostos indiretos específicos das autarquias locais	462 212,02		91 503,69	91 444,41	696 989,81		91 492,58	91 503,69
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	3 254 920,69				2 599 517,45			
Transferências e subsídios correntes obtidos	8 831 312,66	0,00	22 551,74	8 690,00	8 164 880,70	0,00	3 780,00	22 551,74
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	4 859 582,00				4 434 960,00			
Fundo Social Municipal (FSM)	842 214,00				842 214,00			
Participação no IRS	1 505 988,00				1 423 837,00			
Participação do IVA	172 193,66				202 970,86			
Outras	681 270,28			3 690,00	877 719,70			
Serviços e Fundos Autónomos	48 884,60				50 329,02			
Empresas Locais	100 007,84		22 551,74		23 778,55		3 780,00	22 551,74
Instituições sem fins lucrativos	5 987,00			5 000,00	13 883,00			
FEDER	388 225,48				175 810,90			
Outras	226 956,05				118 975,45			
Sociedades e quase sociedades não financeiras	3,75				402,22			
Reversões	0,00				3 742,50			
De provisões					3 742,50			
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	2 749 858,98				787 215,32			
Aplicação do método de equivalência patrimonial * (líquido)	0,00							
total	21 044 928,12	0,00	114 055,43	100 134,41	17 866 301,44	0,00	95 272,58	114 055,43

NOTA 15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município de Esposende, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para €837.420,00 que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos.

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total dos aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total das diminuições	
Processos judiciais em curso	563 100,00	274 320,00			274 320,00					837 420,00
total	563 100,00	274 320,00	0,00			0,00	0,00			837 420,00

NOTA 17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados no presente Anexo às demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram emitidas para a aprovação em 18 de abril de 2022. Adicionalmente, as demonstrações financeiras anexas em 31 de dezembro de 2021 estão



pendentes de aprovação pelo órgão deliberativo (Assembleia Municipal). No entanto, o Órgão Executivo do Município entende que as mesmas virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

NOTA 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. Os investimentos financeiros encontram-se no quadro seguinte:

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições		Quantia escriturada final
		Compras	Ajustamento pela aplicação do MEP	Cobertura de prejuízos	Alienações	Ajustamento pela aplicação do MEP	
Esposende 2000- Activ. Desp. e Recreativas	269 060,71					-85 973,41	183 087,30
EAMB - Esposende Ambiente, E.M.	22 324 140,30		45 391,63				22 369 531,93
Zendensino	375 193,08		1 924,07	268 522,68			645 639,83
FAM - Fundo de Apoio Municipal	633 096,00						633 096,00
Águas do Norte	1 013 020,00						1 013 020,00
Resulima- valor. e transf. residuos solidos	120 000,00						120 000,00
Celanus- Empresa de turismo, SA	2 500,00						2 500,00
Polis Litoral	3 110 000,00						3 110 000,00
	27 847 010,09	0,00	47 315,70	268 522,68	0,00	-85 973,41	28 076 875,06

18.2 Divulgações de partes relacionadas

Nos quadros seguintes indica-se o controlo do Município de Esposende nas suas participadas.

Designação	Sede	Participação		Capital próprio/Fundo Patrimonial	Resultado Líquido	
		Valor	%		Valor	Ano
Comunidade Intermunicipal do Cávado	Rua do Carmo, 29, 4700 -3 09 Braga		8,65%	2 417 030,55	63 908,50	2020
Agência de Energia do Cávado	Rua do Carmo, 29, 4700 -3 09 Braga		14,30%	34 542,01	5 982,00	2020
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Marnoco e Sousa, 52, 3004 - 511 Coimbra		0,32%	2 873 716,19	373 688,05	2021
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Praça do Comércio, Ala Oriental, 1149-015 Lisboa	633 096,00	0,15%	424 650 004,18	5 378 171,80	2019
Esposende 2000 E.M	Av. Eng. Arantes e Oliveira, 4740-204 Esposende	100 000,00	100,00%	451 609,98	-64 637,77	2021
EAMB – Esposende Ambiente, E.M.	Rua da Ribeira, 4740-245 Esposende	20 250 000,00	100,00%	22 369 531,93	14 728,78	2021
Águas do Norte	Av. Osnabruck, 29, 5000-427 Vila Real	1 013 020,00	0,91%	273 448 103,24	4 199 667,92	2021
CELANUS - Empresa Turismo	Hotel Ofir, 4740 - 405 Fão	2 500,00	1,00%	920 851,17	165,04	2020
Resulima - Valorização Tratamento Resíduos Sólidos	Aterro Sanitário do Vale do Lima e Baixo Cávado, 4936-908 Vila Nova de Anha	120 000,00	4,80%	23 301 140,00	61 251,00	2021
Zendensino, CIPRL	Rua Amorim Campos, 4740-335 Fão	2 550,00	49,90%	755 745,77	413,39	2021
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Castelo Santiago da Barra, 4900-360 Viana do Castelo			12 170 331,33	676 880,04	2020
Polis Litoral Norte	Edifício de Apoio à Doca de Recreio, 4900-405 Viana do Castelo	3 110 000,00	15,00%	6 275 250,72	0,00	2019
CIAB	Rua D. Afonso Henriques, 1, 4700-030 Braga			215 476,55	16 816,18	2020

Nota 19- Benefícios dos empregados

A entidade atribui os seguintes benefícios de curto prazo aos seus empregados: salários, contribuições para a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações, subsídio de alimentação,



subsídio de férias e de Natal, ausências permitidas a curto prazo e quaisquer outras retribuições previstas na Lei.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 01 de janeiro de cada ano e reporta ao trabalho prestado no ano civil anterior.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

O número total de trabalhadores ao serviço da entidade no final de cada exercício é o seguinte:

Descrição	2021	2020
N.º de trabalhadores	221	213

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	224 936,70	267 875,21
Remunerações certas e permanentes	3 891 544,20	3 755 725,54
Abonos variáveis ou eventuais	117 178,23	30 353,93
Encargos sobre remunerações	978 965,53	908 351,22
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	48 416,88	42 939,45
Outros gastos com o pessoal	208 493,62	199 469,47
Outros encargos sociais	155 764,69	171 830,65
	5 625 299,85	5 376 545,47

Nota 23 – Outras divulgações

Nota 23.1 – Contas a receber e a pagar

As dívidas de clientes, contribuintes e utentes e outros terceiros e as dívidas a fornecedores e a outros terceiros que não vencem juros são registados pelo seu valor nominal, o que é substancialmente equivalente ao seu justo valor. De seguida apresenta-se o detalhe das contas a receber e a pagar:



Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Outras contas a receber		
Juros a receber e outros rendimentos	2 783,34	7 625,01
Outros acréscimos de rendimentos	1 897 289,76	1 697 821,34
Outros devedores		
Devedores por alienação de ativos fixos	427 719,47	421 362,46
Outros	38 082,19	13 961,37
Cauções - Entregues a terceiros	0,00	
Total	2 365 874,76	2 140 770,18

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Outras contas a pagar		
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	686 215,76	671 006,32
Juros a liquidar e outros gastos financeiros	0,00	7 720,38
Outros acréscimos de gastos	213 819,51	265 961,16
Credores por subscrições não liberadas	313 020,00	313 020,00
Outros Credores	5 357,20	95 016,48
Total	1 218 412,47	1 352 724,34

Nota 23.2 – Proposta de aplicação de resultados

O órgão executivo propõe que o resultado líquido no montante de 2.551.043,10€ apurado no exercício de 2021 seja aplicado para cobertura de resultados transitados.

IX. Perspetivas de Futuro

Desde o primeiro trimestre do período de 2020, tem vindo a ser reportado, a nível nacional e internacional, um crescente número de casos de infeção das populações com o Sars-Cov-2, tendo diversos governos, autoridades e agentes económicos, implementado um conjunto de iniciativas com impacto na mobilidade das populações e na economia global.

Face à natureza das medidas já implementadas e eventuais futuras iniciativas, prevê-se que a economia nacional em geral será afetada significativamente pela pandemia, antevendo-se um cenário de recessão económica.

O Município de Esposende está a acompanhar em permanência a evolução da pandemia através dos órgãos competentes. Procurando minimizar os possíveis riscos associados à pandemia e, na



sequência das recomendações da Direção-Geral da Saúde (DGS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS).

O Município de Esposende desenvolveu e implementou planos de contingência com o objetivo de garantir a segurança dos seus trabalhadores e da comunidade em geral, bem como com o objetivo de minimizar o efeito da pandemia Covid-19 na atividade operacional, não sendo possível estimar os efeitos futuros da pandemia em curso na atividade e nas necessidades de intervenção do Município, é convicção do Executivo que esses impactos não colocarão em causa a estabilidade financeira do Município.

X. Nota Final

A análise às contas do Município de Esposende, referentes ao ano de 2021, continua a acontecer em contexto excecional, ainda devido à pandemia causada pela COVID-19 que afetou e continua a afetar todo o Mundo.

A excecionalidade vivida nos últimos anos continua a impor uma preocupação acrescida no reforço do apoio dado às famílias, às empresas, às Juntas de Freguesia e demais Instituições do Concelho, assegurando todas as respostas às suas necessidades.

Um esforço financeiro suplementar sem nunca esquecer a importância da sustentabilidade financeira do Município, que nos permite continuar a manter os níveis de investimento desejados.

O nosso desígnio é e continuará a ser o cumprimento dos compromissos assumidos com a nossa população, o que desde já se reflete neste documento, mantendo a tendência implementada nos últimos anos, de forte investimento, traduzida no elevado número de projetos, concursos e obras em desenvolvimento por todo o concelho, assistindo-se a um investimento direto no território, sem hipotecar a sustentabilidade financeira do município.

Olhando para o território como um todo, prosseguimos, assim, o projeto sustentado que definimos para o concelho e que, com empenho e trabalho temos vindo a concretizar, indo inclusive muito para além das nossas obrigações, substituindo inclusive o próprio estado nas suas obrigações e competências.

Destes documentos constatamos que a execução do Plano Plurianual de Investimentos do Município de Esposende se fixou, no final de 2021, em 8 173 214,00 €, mais 2 767 594,00 € face ao ano de 2020, mantendo a tendência implementada nos últimos anos, de forte investimento do município. Consequentemente o passivo do Município de Esposende aumentou cerca de 1,1 milhões de euros, por força da rubrica de Financiamentos atendendo à execução das despesas de capital.

Convém referir que, em termos de capacidade de endividamento, o Município terminou o ano com uma margem positiva de 20 649 386,66 € da dívida total, mais 614 426,00 € que em 2020.

O resultado líquido do exercício de 2021 fixou-se em 2.551.043,10 €, tendo o Município de Esposende alcançado um aumento de 61% face ao período homólogo.



É perceptível neste documento que apesar de todos os constrangimentos, conseguimos, mesmo assim, levar a cabo um relevante conjunto de intervenções, projetos e ações que, estamos certos, continuarão a orgulhar toda a nossa comunidade, e na impossibilidade de as referir a todas, relembro apenas a conclusão das obras da START Esposende, e a deslocalização da Loja Social, ou a intervenção na Doca de Pesca, todas elas de valor relevante, reconhecido pela presença de membros do Governo e mesmo de Sua Excelência o Sr. Presidente da República.

Ainda direcionado ao setor empresarial, social e familiar, atribuímos um conjunto de apoios, nomeadamente, isenções e benefícios fiscais, distribuição de equipamentos, mantivemos as taxas mínimas de IMI acumuladas ao IMI familiar, bem como a isenção total da derrama, entre muitos outros.

O Instituto Politécnico do Cávado e Ave (IPCA) está já presente no nosso município disponibilizando o ensino superior através dos cursos TESP, tendo, entretanto, terminado o processo do concurso público para a construção das novas instalações, aguardando-se apenas pelo visto prévio do Tribunal de Contas. Importa lembrar que a sua construção será integralmente suportada pelo orçamento municipal dada a impossibilidade de acesso aos fundos comunitários, o que não deixa de ser incompreensível e lamentável.

A conclusão do projeto do Parque da Cidade, ultrapassados os obstáculos burocráticos, nomeadamente os pareceres, está agora numa fase de preparação da aquisição/expropriação dos terrenos. Esta infraestrutura assume-se como peça fundamental na estratégia turística, ambiental e desportiva do concelho, mas também e sobretudo como um enorme ativo na melhoria constante da qualidade de vida da nossa população residente, afirmando-se como um marco no planeamento urbanístico de Esposende.

A colocação de obras de arte, em vários locais do concelho, numa lógica de aposta na cultura, mais em concreto na escultura de carácter público foi e continuará a ser, uma marca distintiva do nosso município.

Assumimos a cogestão do Parque Natural do Litoral Norte, abrindo novas formas de abordagem e partilha na correta utilização desta zona protegida.

O significativo progresso das obras de construção do Canal Intercetor que, além da função protetora das cheias à cidade de Esposende, abre novas alternativas de acessos e define novos traços na gestão do território, funcionando, já hoje, como ponto de atração turística e zona de lazer amplamente visitado.

Os avanços na materialização dos projetos previstos para a Estação Radionaval de Apúlia e para o Forte de S. João Batista, cujos resultados veremos muito em breve tornados realidade.

Tal como previsto, estão terminadas as obras do Plano de Ação de Regeneração Urbana, nomeadamente a intervenção na Zona Central de Marinhas, a Alameda de Bom Jesus, e em fase final de conclusão a adaptação das antigas instalações da GNR a Arquivo Municipal e o Museu do Sargaço. Arrancou, entretanto, a requalificação do Mercado Municipal e está previsto avançarem dentro de dias, as obras do Largo Rodrigues Sampaio.

Também, em estreita colaboração com as Juntas de Freguesia, prosseguimos com a implementação do Plano de Investimento nas Freguesias que, privilegia a melhoria das condições das vias, a requalificação do espaço público e a intervenção em infraestruturas e edifícios.



Tudo isto só é possível por via de uma gestão rigorosa, em que surgem como parceiros no compromisso as empresas do universo municipal e as Juntas de Freguesia.

No final de 2021, a disponibilidade financeira do Município de Esposende regista um saldo de gerência total de 8.821.839,81 €, do qual 6 539 984,70€ de execução orçamental e 2 281 855,11€ de operações de tesouraria, tão mais relevante se atendermos ao valor do orçamento previsto para o ano de 2022, que perfaz um valor de 39 241 379,70 €.

Mais uma vez, e como sempre defendemos, esta gestão rigorosa e responsável faz com que o Município de Esposende seja detentor dos meios financeiros exigíveis para cumprir com os encargos assumidos, assim como garante o cumprimento dos compromissos assumidos com a população.

A execução do orçamento da receita fixou-se em 90,32%, mais 10% que no ano transato. Quanto à execução da despesa, fixou-se nos 72,54% verificando-se contudo, uma diminuição de valor semelhante, muito por força das limitações ainda existentes da COVID 19.

O prazo médio de pagamentos a fornecedores situou-se nos 27 dias, resultados que deverão sempre ser lidos e interpretados ao abrigo das novas regras do SNC-AP e nunca comparados diretamente com os exercícios apresentados em anos anteriores.

Constatamos que da análise deste documento se percebe o rumo correto seguido por este Executivo, seja no investimento nas freguesias, tendente à melhoria das condições de vida dos nossos munícipes, seja nas áreas diretamente geridas pelo município, que se traduzem nas inúmeras ações estruturantes na área social, na educação, na cultura, no desporto, no desenvolvimento económico, entre outras áreas de intervenção.

Olharemos sempre para o território como um todo e continuaremos a responder às necessidades das populações.

Estamos orgulhosos destes resultados e satisfaz-nos saber que, apesar da situação atípica que vivemos, em resultado da pandemia, fomos capazes de corresponder aos anseios da população, tomando decisões assertivas, mantendo serenidade na gestão e estabilidade política, aspetos que muito contribuem para o sucesso deste município e para uma imagem extremamente positiva que temos perante os demais.

Como sempre fazemos, aos nossos munícipes renovamos o agradecimento pela confiança depositada no nosso projeto, acreditando que só juntos, com grande empenho e sentido de responsabilidade seremos capazes de continuar no rumo certo.

Obrigado.

O Presidente da Câmara Municipal



Benjamim Pereira, Arq.



XI. Certificação Legal das Contas

jmm sroc.

HP

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **MUNICÍPIO DE ESPOSENDE** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 118.557.950 euros e um total de Património Líquido de 107.008.759 euros, incluindo um resultado líquido de 2.551.043 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos parágrafos 1 e 2 e dos efeitos das matérias referidas no parágrafo 3 na secção “Bases para a Opinião com Reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **MUNICÍPIO DE ESPOSENDE** em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

1.O Ativo do Município de Esposende não releva a integralidade dos bens imóveis, não sendo possível até à presente data concluir a inventariação e a avaliação do respetivo património. Neste contexto, não estamos em condições de emitir uma opinião sobre a existência, plenitude, valorização e mensuração dos imóveis incluídos na rubrica de Ativos Fixos Tangíveis, com referência a 31 de dezembro de 2021, bem como quantificar o respetivo impacto nos Fundos Próprios.

2. O Passivo da Entidade inclui o montante de 837.420 euros de provisões para riscos e encargos. Da resposta do advogado, não nos é possível aferir sobre a adequacidade deste valor assim como quantificar o valor necessário para cobrir eventuais responsabilidades futuras. Neste contexto, não estamos em condições de emitir uma opinião sobre o referido valor.

3. A participada Polis Litoral encontra-se mensurada pelo valor do capital realizado no montante de 3.110.000 euros em detrimento do capital subscrito no montante de 3.915.000 euros. Consequentemente, o Ativo e o Passivo encontram-se subavaliados em 805.000 euros.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

1/4

JORQUIM GOMARÃES, MARUÊLA MALHEIRO E MARIO GOMARÃES, SROC

Registo no CIRCOC n.º 108 | Registo no CMUM n.º 2016/1478
NIF: 503 381 342 | Capital Social: 100 000 euros
Membro do ABC & Associação - SROCO ACE
www.jmm.pt

Escritórios

Fóia de Reguengo do Braga, EBF001 A,
Av. D. João I, n.º 434, 4.º Piso, Escritório 47,
4700-375 Braga - Portugal
T: +351 253 253 520 F: +351 253 253 621

Av. 23 de Junho, n.º 21, 9.º C,
4715-052 Braga - Portugal
T: +351 253 213 881 F: +351 253 213 799

jmm

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021





Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO EXECUTIVO DO MUNICÍPIO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Órgão Executivo do Município é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão Executivo do Município;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão Executivo do Município, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material

2/4

JUNTA MUNICIPAL, ALCAIDE E ALCAIDEA E ALCAIDEA MUNICIPAL

Recursos Humanos e Formação | Rua da Igreja do Carmo, 11 | 4700-001
4700-001 | 4700-001 | Câmara Municipal de Esposende
Alcaide do Município | Esposende | 4700-001
www.esposende.pt

Escritório

Rua da Igreja do Carmo, 11 | 4700-001
Av. D. João III, 1745A, 4700-001
4700-001 | 4700-001 | 4700-001
Tel: 251 251 251 | Fax: 251 251 251

Jmm

Av. D. João III, 1745A, 4700-001
4700-001 | 4700-001 | 4700-001
Tel: 251 251 251 | Fax: 251 251 251



relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 33.222.780 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 26.682.796 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão Executivo do Município é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos e possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a Opinião com Reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, e exceto quanto à matéria referida no parágrafo seguinte, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

3/4

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC

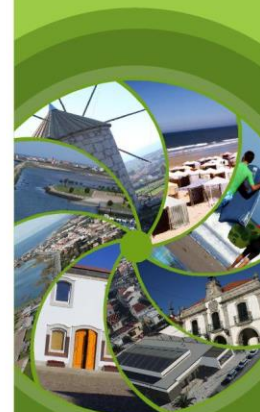
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
NIPC 503 951 943 | Capital Social 5.000 euros
Membro de ABC & Associados - SROC, ACE
geral@jmm^{sroc.pt}

Escritórios

Pólo de Negócios de Braga, Edifício A
Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
4715-275 Braga - Portugal
T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
4715-052 Braga - Portugal
T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 759

www.jmm^{sroc.pt}





O Relatório de Gestão não inclui as divulgações previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão e a Entidade não divulgou as razões para esta insuficiência.

Braga, 18 de abril de 2022

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459

Representada por:

Maria Manuela Alves Malheiro, Revisora Oficial de Contas
Registo na OROC n.º 916 | Registo na CMVM n.º 20160535

4/4

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC

Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
NIPC 503 951 943 | Capital Social 5.000 euros
Membro de ABC & Associados - SROC, ACE
geral@jmm-sroc.pt

Escritórios

Pólo de Negócios de Braga, Edifício A
Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
4715-275 Braga - Portugal
T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

www.jmm-sroc.pt

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
4715-052 Braga - Portugal
T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 759

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021



7. Anexos

Caracterização da entidade

Mapa de empréstimos

Demonstração do desempenho orçamental

Demonstração de execução orçamental da receita

Demonstração de execução orçamental da despesa

Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos (PPI's)

Demonstração da execução do plano de atividades Municipal (PAM)

Alterações orçamentais da receita

Alterações orçamentais da despesa

Alterações ao PPI's

Operações de tesouraria

Contratação administração – Adjudicações por tipo de procedimento

Transferências e subsídios - receita

Transferências e subsídios – despesa

Dívidas a terceiros por antiguidade de saldos

Mapa das Dívidas

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021



Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência/exercício de **2021 do Município de Esposende**, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas individuais ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

a) não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;

b) identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;

c) não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;

d) evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;

e) incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;

f) evidenciam que foram respeitadas as normas da contratação pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;

g) evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;

h) foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Câmara Municipal de Esposende, 18 de abril de 2022

Os responsáveis subscritores:

O Presidente da Câmara Municipal



(Arq. Benjamim Pereira)

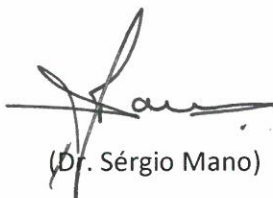
Os Vereadores com competências delegadas:



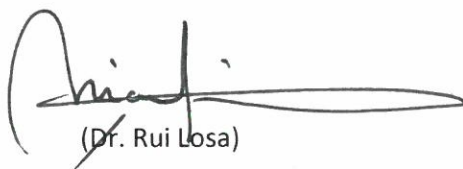
(Eng.º Guilherme Emílio)



(Eng.ª Alexandra Roeger)



(Dr. Sérgio Mano)



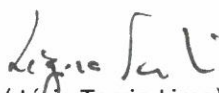
(Dr. Rui Losa)

Os responsáveis que condicionam a subscrição, total ou parcialmente, nos termos e pelas razões constantes das declarações juntas:

N/A

Subscreve enquanto responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais ao membro do executivo competente pelo pelouro financeiro para apreciação pelo executivo municipal, excetuando as alíneas g) e f).

A Chefe da Divisão de Gestão Financeira,



(Lígia Tarrío Lima)